

Nas autarquias

APU CONFIRMA GRANDE APOIO POPULAR



POVO UNIDO

**Trabalho
honestidade
e competência
garantem
grande
votação
e significativas
vitórias**

A Aliança Povo Unido registou como resultados fundamentais:

- Uma votação maciça global nacional, alcançando cerca de um milhão de votos, mais de 20% para as Assembleias de Freguesia e mais de 19% para as Câmaras Municipais, o que representa uma subida de cerca de 5 pontos (ou 33%) em relação às eleições legislativas de 6 de Outubro.
- A vitória esmagadora contra as coligações da direita em sete concelhos (Loures, Amadora, Vila Franca, Sobral de Monte Agraço, Almada, Évora e Marina Grande) visados pela reacção como alvos estratégicos prioritários, passando de maioria relativa a maioria absoluta em Loures, Amadora e Vila Franca.
- A obtenção pela APU de maioria em 47 Câmaras (45 com maioria absoluta) e em 355 Juntas de Freguesia (mais 20 do que em 1982).
- A obtenção de maioria absoluta nos distritos de Beja (53%), Évora (56%) e Setúbal (53%).
- O avanço notável na cidade e no distrito de Lisboa com uma vota-

- ção global de 33%, a passagem a força política mais votada no distrito e a segunda força política na capital e o reforço nas zonas operárias circundantes. A APU ficou a 700 votos de vencer na Câmara Municipal de Sintra e foi a força mais votada para a Assembleia Municipal. Em Cascais e Oeiras afirmou-se como a segunda força política e a única possível alternativa progressista à gestão da direita.
- A vitória, pela primeira vez, para as Câmaras de Silves (maioria absoluta) e Constância.
 - A obtenção da maioria em Assembleias Municipais em concelhos em que outras forças políticas ganharam as Câmaras.
 - A aproximação do número de votos da APU (onde não tinha maioria absoluta) da soma dos votos do PS/PSD e CDS, perdendo algumas Câmaras apenas à tangente.
 - O progresso da votação em dezenas de concelhos e centenas de freguesias em todo o país.

Do comunicado apresentado por Álvaro Cunhal na Conferência de Imprensa — 17 de Dezembro — Pág. 1, 2 e 3/Semana

Amanhã, reunião do Comité Central

Convergir esforços para novas vitórias

Das eleições de domingo último uma conclusão inequívoca se deve extrair: a grande operação anti-APU das forças de direita coligadas fracassou.

Num contexto político fortemente marcado pela notável vitória democrática de 6 de Outubro é de extrema importância que uma tal conclusão seja realçada.

A experiência do nosso povo verificada ao longo de décadas e sob condições e regimes diferentes, em particular depois do 25 de Abril, é extraordinariamente rica.

Por ela se pode concluir que as grandes batalhas políticas se travam e decidem em condições e frentes de luta por vezes muito diversificadas.

A batalha cívica de domingo pelo Poder Local democrático, disputada por meio do voto — a segunda das três que o funcionamento normal das instituições e o deflagrar da crise política provocada pela falência da coligação PS/PSD no primeiro semestre deste ano impuseram —, não fugiu à regra.

A leitura dos resultados de uma disputa eleitoral nem sempre é uma questão linear.

As vitórias e as derrotas determinam-se com a profunda análise das relações de força, da vastidão dos meios empenhados no combate, da natureza dos objectivos visados pelas forças em presença, do peso e influência dos factores subjectivos, das consequências imediatas e à distância e, naturalmente, de maneira directa pela medição dos votos.

O sentido fundamental não pode, porém, ser iludido.

A «Declaração da APU» sobre as eleições de 15 de Dezembro é conclusiva: os resultados «traduzem uma séria derrota política das forças de direita coligadas numa frente única antidemocrática do PS/PSD/CDS, um assinalável êxito da Aliança Povo Unido e uma confirmação da vitalidade do Poder Local democrático».

Esta conclusão assenta em dados irrefutáveis. A operação anti-APU no Poder Local corresponde a um velho sonho das forças reacçãoárias, remonta à derrota da AD em 1983 e está na base do estoirado casamento de conveniência PS/PSD.

Tornou-se depois um dos objectivos enunciados e calendarizados do plano contra-revolucionário dos dois partidos, renegociado em 11 de Dezembro de 1984.

Desalojar a APU das suas posições no Poder Local foi uma das finalidades que a ruptura da coligação PS/PSD em 4 de Junho e a derrota da direita em 6 de Outubro não fizeram desarmar.

O maquiavélico «pacote» antiautárquico caído com a dissolução da AR em 14 de Julho, as discriminações financeiras do Poder Central, os celerosos «inqueritos» ordenados pelo ministro Eduardo Pereira contra algumas das mais importantes autarquias de maioria APU, como as de Loures e Amadora, a sistemática obstrução dos eleitos do PS e do PSD contra as Câmaras de presidência da APU, a soez campanha de calúnias contra os eleitos e a gestão autárquica da Aliança Povo Unido, e outras formas tortuosas, foram elementos de uma cabala antidemocrática que deveria culminar com a eliminação pura e simples da APU do Poder Local nas eleições de 15 de Dezembro.

Com este objectivo foram tentadas coligações ilegais do PS, PSD e CDS nas autarquias locais dirigidas pela APU e, como tentativa desesperada, a última e derrotada golpe pseudojurídica de impugnação da própria legalidade da Aliança Povo Unido pelos três partidos de direita.

Na importante batalha cívica do último domingo apenas 4 milhões e 800 mil dos mais de 7 milhões e 570 mil eleitores a dirimiram entre si. Cerca de 2 milhões 700 mil abstiveram-se ou votaram em branco e a própria extensão do fenómeno abstencionista deve ser lida fundamentalmente como um inequívoco repúdio da política e das maquinações antidemocráticas da direita nas quais o PS desempenhou um vergonhoso e destacado papel.

O fracasso da formidável operação anti-APU das forças de direita na área do Poder Local não dá margem para dúvidas, a «Declaração da APU» o concretiza:

— A votação maciça global nacional alcançando cerca de um milhão de votos da Aliança Povo Unido, nç semelias de Freguesia e mais de 19% para as Câmaras Municipais;

— A vitória esmagadora contra as coligações de direita em 7 grandes concelhos (Loures, Amadora e Vila Franca — que passaram de maioria relativa a maioria absoluta — Almada, Évora, Sobral de Monte Agraço, Marinha Grande) visados pela reacção como alvos estratégicos prioritários;

— A obtenção pela APU da maioria em 47 Câmaras — com mais uma, a de Vila Real de Sto. António ainda por decidir — (das quais 45 com maioria absoluta) e em 355 Juntas de Freguesia (mais 20 que em 1982);

— A obtenção de maioria absoluta nos distritos de Beja (53%), Évora (56%) e Setúbal (53%);

— O notável avanço na cidade e no distrito de Lisboa com votação global de 33%;

— A vitória pela 1.ª vez para as Câmaras de Silves (maioria absoluta) e Constância.

São, entre outras que a «Declaração» enumera,

vitórias democráticas que ilustram a derrota insofismável da reacção.

Logo que se tornaram conhecidos os resultados, Cavaco Silva veio à comunicação social cantar vitória e dizer que os resultados eram uma manifestação de confiança na política do Governo. É uma conclusão sem base.

Também, 3.ª feira, na Assembleia da República, um deputado socialista e antigo secretário de Estado dos Desportos, Miranda Calha, que no seu distrito — Portalegre — distribuiu largas somas para empreendimentos desportivos pelas autarquias PS, veio com todo o descaro afirmar que as eleições de domingo mostraram a recuperação do PS do pesado revés sofrido em 6 de Outubro.

São afirmações que carecem de seriedade. O caso do distrito de Lisboa, o mais populoso e o de maior importância política do País, é significativo.

Associado ao CDS, o PSD obteve no concelho da capital menos 35 448 votos que em 1982; o PS menos 45 481, enquanto que o decréscimo da APU se cifrou em apenas 4 115, sendo a única força que subiu em termos percentuais (de 26,6% para 29%).

No distrito de Lisboa e apenas nos 5 concelhos de maioria APU a coligação PS/PSD/CDS perdeu 46 288 votos relativamente às eleições autárquicas de 1982 enquanto que a APU ganha mais 3 007.

O PS nos concelhos do distrito de Lisboa, além da capital (e de Mafra de que ainda não temos os dados), em que concorreu sozinho, sofre perdas no total de 41 295 votos (apenas no da Lourinhã conseguiu subir 887).

O CDS nos concelhos onde concorreu sozinho perdeu 5694 votos.

A comparação destes números mostra como — no caso concreto do distrito de Lisboa, onde a APU obteve uma votação global de 33% — os partidos perfilados à direita (PSD, CDS e PS) sofreram um importante revés. Os seus declarados objectivos de desalojar a APU dos importantes concelhos de Loures (o 3.º do País), da Amadora (3.ª cidade) e de Vila Franca, como objectivos prioritários da operação anti-APU, foram derrotados de maneira significativa: as maiorias simples tornaram-se maiorias absolutas, a resposta das populações foi concludente.

Os insucessos da APU em Setúbal, Montijo, Azambuja e no Alentejo só foram possíveis pela vergonhosa coligação do PS com os partidos da direita e ainda pela falta de visão do PRD, e mesmo da UDP, que não levou até onde devia e podia ter levado a sua desistência positiva em alguns concelhos a favor da APU.

Apesar disso, o distrito de Setúbal e os de Évora

Resumo

11 Quarta-feira

Os trabalhadores da Reforma Agrária vêm-se, uma vez mais, em braços com a ilegalidade: em Aguiar e Galerias, trabalhadores das UCP's são expulsos das suas terras pela GNR. Os acordos do STA obrigavam à devolução das terras às Cooperativas. ■ Mário Soares apela ao candidato Freitas do Amaral na possível segunda volta das eleições presidenciais. ■ Para Salgado Zenha, a candidatura de Freitas visa alterar a ordem constitucional. ■ A UDP apela ao voto da APU nas eleições autárquicas para as Câmaras de Évora, Almada, Seixal e Amadora. ■ Os trabalhadores da Sundlet mantêm-se em luta contra a hipótese de despedimento colectivo. ■ O Sporting de Portugal qualifi-



Qualificado

ca-se para os quartos-de-final da Taça UEFA ao vencer o Atlético de Bilbao. ■ Em conferência de imprensa, o embaixador da URSS em Portugal salienta o «enorme significado político» da realização do XXVII congresso do PCUS. ■ O Conselho de Segurança da ONU discute uma queixa apresentada pela Nicarágua contra os Estados Unidos pelo derrube de um helicóptero das suas forças armadas. ■ A Assembleia Geral das Nações Unidas aprova oito resoluções de condenação da política do *apartheid*.

12 Quinta-feira

O candidato à Presidência da República, Ângelo Veloso, entrega nove mil assinaturas em seu apoio e assim legaliza a sua candidatura. Ângelo Veloso foi o segundo candidato presidencial a entregar as assinaturas de apoio no Tribunal Constitucional. ■ Para a CGTP-IN, a política do Governo PSD é marcadamente eleitoralista. ■ A entrevista de Cavaco Silva à RTP é considerada pela APU como «manifestamente inadequada e ilegítima em plena campanha eleitoral». ■ O novo Conselho Consultivo do PRD encontra-se já em funções. ■ O ministro português dos Negócios Estrangeiros recusa um encontro com a Fretilin. ■ No encontro de Sociologia da Saúde é afirmado que o «desemprego é um factor produtor de doença». ■ No comício da APU em Lisboa, Octávio Pato, referindo-se ao PS, pergunta «até que ponto pode a ambição de um homem ou de um punhado de homens fazer descer um partido?». ■ A Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública exige do Governo a resposta às suas reivindicações. ■ A queda de um avião em Gander, na Terra Nova, provoca a morte a 258 militares norte-americanos. ■ Os governos da RFA e da Itália admitem a sua participação no projecto norte-americano da «guerra das estrelas». ■ O Parlamento Europeu condena a ajuda norte-americana aos bandidos da UNITA. ■ A República da Irlanda estaciona novas tropas na fronteira com o Ulster, sob dominação britânica.

13 Sexta-feira

Segundo um estudo da CGTP-IN, a inflação ultrapassará os 23 por cento em 1986. ■ No mesmo dia, ocorrem dois descarrilamentos na linha ferroviária de Sintra. Sem consequências. ■ Último dia da campanha eleitoral para as eleições autárquicas. ■ Para a Federação dos Sindicatos do Comércio, a EPAC — embora reestruturada — deve continuar para defesa dos interesses nacionais. ■ No sector têxtil, mais de 15 mil trabalhadores estão ameaçados pelo desemprego, devido às dificuldades económicas e financeiras das empresas do sector. ■ Deputados comunistas inteiram-se da situação na Faculdade de Letras de Lisboa. ■ Um despacho da Secretaria de Estado da Administração Escolar do Ministério da Educação determina «a suspensão do funcionamento», de 120 escolas primárias no continente. ■ Os trabalhadores da Lisnave propõem um acordo à administração da empresa. ■ O ministro dos Negócios Estrangeiros debate com George Shultz o acordo das Lajes.

14 Sábado

A federação sindical dos ferroviários protesta contra o atraso no pagamento das pensões. ■ O Governo mostra-se indiferente em relação aos despedimentos na Sundlet. ■ Na Figueira da Foz termina o congresso de Oftalmologia. ■ Na Damaia é inaugurado um monumento ao 25 de Abril. ■ O Partido Socialista acusa o Governo de falta de isenção... ■ Reúnem-se as Organizações Representativas dos Trabalhadores (ORT's) do Sector Empresarial do Estado. Estas estruturas concluíram que o Governo vai agravar a ofensiva contra o sector público. ■ O Instituto Sul-Africano de Relações Raciais afirma que a polícia racista sul-africana matou mais de 1000 pessoas em 16 meses. ■ O presidente da República de S. Tomé e Príncipe visita a Guiné-Bissau. ■ As forças do exército angolano mataram mais de 1500 contra-revolucionários no Huambo e no Bié, é hoje anunciado. ■ Mais de quatro mil pessoas manifestam-se na RFA contra a construção da primeira central de transformação de gás nuclear. ■ O partido «Os Verdes», da Alemanha Federal, suspende o seu congresso por um dia. ■ A União Soviética anuncia o desmantelamento das instalações fixas dos mísseis SS-20. ■ Na África do Sul, cinco homens e uma mulher são condenados à morte. ■ O parlamento dinamarquês aprova uma resolução que suspende toda a importação de carvão da África do Sul.

15 Domingo



Eleições

Realizam-se as eleições para as autarquias. ■ O Conselho Português para a Paz e a Cooperação organiza uma campanha destinada à aquisição de uma «casa da paz». ■ A última: Soares considera-se um candidato isento... ■ A organização dos bancários de Lisboa do PCP

acusar os governos de serem os responsáveis pela degradação do sector. ■ Segundo um estudo da Direcção-Geral do Comércio Interno, os centros comerciais decuplicaram no nosso país em apenas oito anos. ■ Populações de oito freguesias não votam nas eleições autárquicas. ■ Realiza-se o sorteio para a fase final do Mundial de Futebol. Portugal não foi favorecido. ■ O povo das Filipinas saúda a unidade da oposição para as eleições presidenciais. ■ A OLP adverte os países onde detém bases contra a proeminência de ataques aéreos israelitas. ■ Oito jornalistas estrangeiros são presos pela polícia sul-africana. ■ Num discurso, Ronald Reagan profere ameaças contra a Nicarágua e volta a insistir em mais milhões para ajuda na luta contra o povo nicaraguense. ■ Em Berlim-Oeste, a polícia carrega violentamente contra uma manifestação de protesto pela visita de George Shultz a este território internacional.

16 Segunda-feira

Com 32,9 por cento, a APU é a força mais votada no distrito de Lisboa. ■ A APU põe como possível a impugnação das eleições do concelho de Vila Real de Santo António. ■ Os novos governadores-civis são empossados pelo Governo. ■ Para Adriano Moreira, o PS não serve para derrotar a Aliança Povo Unido. ■ Os trabalhadores do porto de Sines levantam a sua greve após terem chegado a acordo com a administração. ■ Mário Soares legaliza a sua candidatura às eleições para a Presidência da República. ■ Os trabalhadores da Administração Regional da Saúde do Porto paralisam contra um despacho do ministro da Saúde. ■ A Câmara Municipal de Almada delibera garantir o transporte a crianças que moram longe da escola. ■ Comemora-se o 24.º aniversário do início da luta armada contra o regime racista na África do Sul. ■ A República Popular de Angola reafirma o seu apoio à luta do ANC e da SWAPO. ■ Um milhar de pacifistas espanhóis entram em greve da fome contra a presença espanhola na NATO. ■ O presidente iraquiano encontra-se na URSS para uma visita de trabalho.

17 Terça-feira

Confirma-se: foram anulados em V. Real de Santo António 25 votos claramente expressos na APU. Recorde-se que a vantagem ali obtida pelo PS/PSD é de apenas 9 votos. ■ Coordenadora Nacional da APU sublinha em encontro com os jornalistas: frente única antidemocrática sofreu pesada derrota nas eleições de domingo. ■ Cavaco Silva desloca-se ao distrito de Setúbal onde promete mais apoios para o Plano de Emergência na região. ■ É empossado o novo Conselho de Gerência da RTP, presidido por J. Manuel Coelho Ribeiro, antigo bastonário da Ordem dos Advogados. ■ Freitas do Amaral formaliza candidatura no T. Constitucional. À noite, num frente-a-frente com Salgado Zenha, no canal um da TV, o antigo líder do CDS confirma os objectivos antidemocráticos da sua candidatura. ■ Milhares de camiões pesados bloqueiam as fronteiras da Holanda e o interior do país, como forma de luta por melhores salários. ■ Os dirigentes da URSS e do Iraque encontram-se em Moscovo. ■ O governo de Uganda e o movimento de guerrilha ERN assinam um acordo de cessar-fogo.

ra e Beja permanecem como grandes baluartes da APU, esta alargou a sua influência no Algarve e no distrito de Santarém (distritos onde pela primeira vez obteve as presidências das Câmaras de Silves e Constância).

Importantes sucessos foram conseguidos no Norte, nas Beiras e nas restantes regiões do País no plano das freguesias.

Os insucessos da APU exigem agora da parte das suas organizações e aderentes o estudo atento das causas que os originaram e, naturalmente, em toda a parte, um dinâmico e devotado trabalho dos seus eleitos ao serviço das populações, lá mesmo onde outras forças detêm a maioria.

Das eleições autárquicas decorrem consequências políticas cujo sentido incontestável é o do ascenso da Aliança Povo Unido que recolheu nelas cerca de um milhão de votos.

A leitura correcta dos resultados destas eleições, juntamente com a dos resultados das eleições de 6 de Outubro, é agora uma exigência política imprescindível da preparação e das perspectivas da terceira batalha eleitoral imediata — a das presidenciais de 26 de Janeiro.

Com a continuação da queda do PS, a candidatura de Mário Soares — um candidato da direita — tem agora ainda menos possibilidades de uma votação séria à Presidência da República.

Pode Soares rodear-se de gente sonante que oportunisticamente lhe garante dar apoio — o que não é certo — porque o que cada vez mais salta aos olhos é que a sua candidatura se assemelha a um balão que se esvazia.

Quem não se lembra do «senhor 43%»?

Também Freitas do Amaral, o «general de S. Nicolau» à paisana (como já alguém lhe chamou) — se enche de vento, amansa a voz, dá o dito por não dito das suas velhas afirmações e postulados contra-revolucionários.

Derrotar estes dois candidatos da direita, garantir a eleição e a vitória de um candidato democrático às presidenciais é agora um objectivo das forças democráticas e patrióticas, uma tarefa prioritária e imediata de todos os democratas, dos trabalhadores, dos homens, mulheres e jovens de todas as classes e camadas sociais mais desfavorecidas, de todos os que desejam consolidar e continuar o 25 de Abril.

É neste trabalho necessariamente determinado que se preparam novas vitórias democráticas e de imediato uma vitória da democracia em 26 de Janeiro.

Como conclui a «Declaração da APU»:

«Fazendo convergir os seus esforços, o seu apoio e os seus votos, as forças democráticas estão em condições de assegurar uma grande vitória da democracia.»

Avante!
Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 — Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º — 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 — 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B — 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50

Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heeka Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 Venda Nova — 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Novembro: 35 555

Álvaro Cunhal aos jornalistas

«Na APU respira-se a vontade de confirmar no futuro o sucesso destas eleições»

Após a Declaração da APU sobre os resultados das eleições autárquicas de 15 de Dezembro, lida na passada terça-feira, pelo secretário-geral do PCP na Conferência de Imprensa que teve lugar no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, e que publicamos na página 3, seguiu-se um período de perguntas e respostas entre os representantes do Partido Comunista e do MDP/CDE, que faziam parte da mesa, e os jornalistas presentes. Na mesa encontravam-se, além do camarada Álvaro Cunhal, os camaradas Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, e Vítor Dias, membro do Comité Central, e, pelo MDP/CDE, os seus dirigentes nacionais, António Galhordas e Mário Casquilho. A Conferência de Imprensa foi promovida pela Comissão Coordenadora Nacional da Aliança Povo Unido.

A primeira pergunta pretendia saber a opinião da APU sobre a concorrência do PRD em Setúbal. Considera a APU que tal facto foi decisivo para a perda da Câmara de Setúbal? Foi o secretário-geral do PCP a responder, sublinhando que tal facto não foi «essencial», mas foi elemento que contribuiu para que «todos os partidos coligados PS, PSD e CDS, tivessem tido mais votos que a Aliança Povo Unido.»

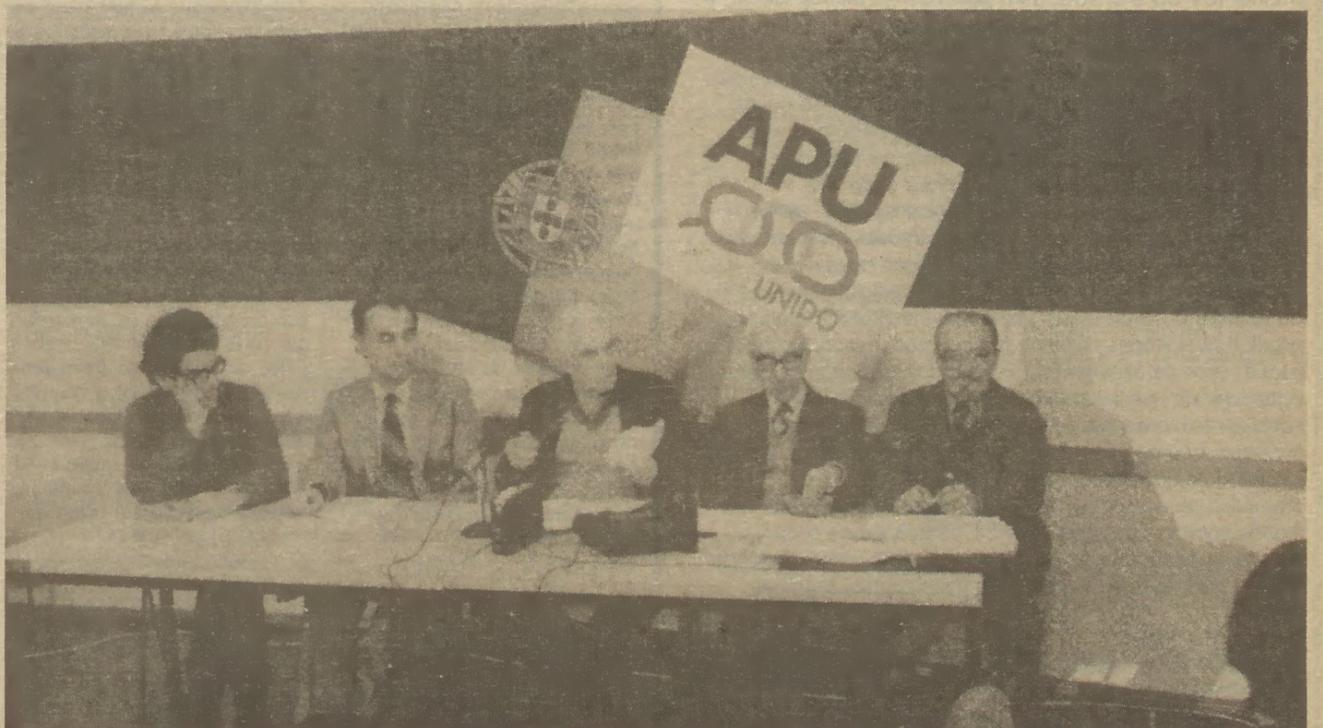
«Mas a APU», destacou Álvaro Cunhal, «aproximou-se da votação total desses três partidos. Houve portanto, em relação às eleições de 82, uma subida da APU.»

Perante a aparente dificuldade de colocar mais questões, por parte dos jornalistas presentes, Álvaro Cunhal diria que «ainda bem que tudo é simples, tudo está claro, o que é muitíssimo bom, se me permitem um comentário a adiantar a quaisquer perguntas, uma vez que, na noite de 15 de Dezembro, a todos nós, aqueles que ouvimos as informações através da televisão e da rádio, até uma hora muito tardia da noite, tínhamos, creio, uma informação que não coincidia com a informação objectiva que a Aliança Povo Unido acaba de dar. Não digo a apreciação que acabamos de dar, mas informação objectiva na base dos resultados oficiais apurados. Entretanto, durante toda esta noite, fomos bombardeados com uma informação que não correspondia aos dados que os factos mostram serem os reais.»

Mau ou bom para a democracia?

A pergunta seguinte incidiu sobre a queda do PS. Mau para a democracia? Quis saber o jornalista a opinião do dirigente do PCP.

«Há o PS e o PS», respondeu Álvaro Cunhal. «O PS com uma política de direita, é bom para a democracia que pague o preço dessa política, além do mais para que os socialistas e o eleitorado do Partido Socialista aprendam com a lição. E, na verdade, uma vez mais, nestas eleições, o PS sofreu uma baixa considerável. Por exemplo em Lisboa, o PS nestas eleições, não só obteve menos 45 281 votos do que em 82 nas autárquicas, como teve menos ainda 13 mil votos do que nas eleições de 6 de Outubro. Naturalmente que a queda do PS é muito difícil de discernir no quadro muitíssimo complexo de alianças e alianças que se formaram em todo o país e que escondem os resultados reais obtidos por cada um dos partidos. Pela nossa parte ainda não podemos proceder a um exame — que tem que ser um exame muito ponderado — daquilo que se pode discernir dos resultados obtidos pelos vários partidos, uma vez que são coligações que escondem aquilo que cabe a cada qual. Mas, res-



Álvaro Cunhal, Carlos Costa, Vítor Dias (PCP), António Galhordas e Mário Casquilho na conferência de Imprensa promovida anteaem em Lisboa pela Comissão Coordenadora Nacional do Aliança Povo Unido

pondendo à sua pergunta, nós pensamos que a queda do PS só seria desfavorável à democracia se a política do PS fosse uma política democrática. Na medida em que é uma política de aliança com a direita e está profundamente responsabilizada com essa política, cremos que uma parte considerável do eleitorado do PS aprenderá a lição e saberá em eleições ulteriores escolher o seu voto correspondente ao seu ideal democrático.»

Perspectivas para as presidenciais

A pergunta seguinte, pegando nos resultados das eleições autárquicas, pretendia projectá-los para as eleições presidenciais, «tendo em conta a queda do

PRD» e o apoio de uma das componentes da APU, o MDP, que já tomou posição favorável ao mesmo candidato do PRD. Não será «sombria» a perspectiva das presidenciais?

«Não creio que a perspectiva seja sombria» disse Álvaro Cunhal. «Por um lado tratou-se de eleições autárquicas em que pesam muito as situações locais, e não, como sucederá nas eleições presidenciais e de certa forma já sucedeu nas eleições legislativas, ainda que num grau menor, aquilo que aqui são os grandes problemas nacionais e que verdadeiramente pesam na decisão dos eleitores. Portanto não pensamos que o resultado do PRD nas autárquicas seja um factor de que desde já haja que tirar ilações em relação às presidenciais. Por outro lado, no que respeita à APU — ao MDP, ao Partido Comunista Português e

aos numerosos milhares de independentes que participam na Aliança Povo Unido —, estes resultados das autárquicas são uma indicação duma implantação popular, de uma influência popular e de um apoio popular que certamente não deixará de pesar ulteriormente nas posições relativamente às eleições presidenciais que venham a tomar as diversas forças — o MDP já tomou, o PCP depois se verá. Mas certamente é factor positivo este reforço verificado nas eleições autárquicas.»

O secretário-geral do PCP recusou considerar, como o jornalista propunha, como «desastroso» o resultado do PRD.

«A única afirmação que nós fazemos» disse Álvaro Cunhal, «é que a concorrência do PRD a estas eleições autárquicas, eleições para as quais não estava preparado, pode ter contribuí-

do em alguns casos para que os partidos coligados — reaccionários e PS — tivessem uma votação superior à APU e portanto tivessem alcançado a presidência de câmaras.»

O frentismo de direita

António Galhordas, do MDP/CDE, interveio por sua vez sobre a questão da «posição que o MDP já tomou sobre as presidenciais apoiando o candidato Salgado Zenha», esclarecendo que «a lógica que tem presidido aos dois actos eleitorais que já houve voltará a verificar-se nas eleições presidenciais. E essa lógica foi, nas eleições legislativas de 6 de Outubro, uma clara penalização que o povo português fez ao bloco



o livro
a melhor oferta
de natal

Editorial Caminho
recomenda

ARMANDO CASTRO
História Económica
de Portugal — III vol.

MANUEL DA FONSECA
Tempo de Solidão

MIGUEL OTERO SILVA
Quando quero
chorar não choro



Deixem lá...

Helena Torres Marques, a candidata que o PS apresentou à Câmara de Lisboa com certificados de «pureza alfacinha», desapareceu algures em Oeiras, onde votou e reside, engolida não se sabe se pelo coração da cidade (que assim a devolveria às artérias a que pertence), se pela derrota propriamente dita que, de novo, o seu partido averbou na capital.

Rosado Correia, que se fartou de enganar o Porto enquanto ministro do Equipamento Social, prometendo verbas astronómicas que nunca concedeu, apresentou-se, naturalmente, na segunda cidade do País, como candidato PS à Câmara Municipal. Foi a sua (deles) vez de serem enganados e desenganados, com uma banhada eleitoral da mais fina arquitectura.

Coligando-se com todas as memórias do fascismo disponíveis na praça partidária, o PS (sempre de Mário Soares, evidentemente) ambicionou desalojar a APU da cintura industrial de Lisboa e varrê-la de municípios tão importantes como Loures, Amadora, Vila Franca de Xira, Almada, Barreiro e Seixal. Apresentando como programa, às populações, a obsessão de expulsar os comunistas.

Explicando a sua alternativa, pela necessidade de expulsar os comunistas. Foi varrido de uma vez por todas, vitimado por pactos que, se fossem infernais, não lhe tostaríamos mais a falta de escrúpulos.

Continuando em coligação com os mesmos do parágrafo anterior (o PSD e o CDS, para quem esteja menos atento) e sempre correndo atrás do isco anticomunista, o PS de Mário Soares experimentou o «frisson» das alianças sem princípios em para cima de mais três dezenas de municípios da APU, extorquindo-lhe assim dois ou três, dando quatro ou cinco de bandeja ao PSD e perdendo, para este e do seu próprio «território» autárquico, muito mais do que conseguiu obter da Aliança Povo Unido. Tudo isto acompanhado de uma derrocada autárquica que, avaliada pelos resultados obtidos em 1982, se traduziu na perda de um quarto de milhão de eleitores, de cinco pontos percentuais e outros tantos municípios tradicionalmente PS. No entanto o PS de Mário Soares clama vitória. Baralhando resultados eleitorais distintos (parece que, nestas alturas, quase todos se esquecem do que todos reconhecem, tal é a evidência: de que autárquicas e legislativas são duas «coisas» eleitorais absolutamente diferentes), retirando números e conclusões do caldeirão de trampolines que cozinhou com a direita, fugindo para a frente, numa dramática recusa em olhar para os despojos que cada vez menos sobram do partido que foi, arriscando-se cada vez mais em transformar-se em coisa nenhuma, o PS de Mário Soares não reflecte, investe, não deita contas, regouga vitórias.

É triste. E é grave.

Segundo o novo «chefe» que tempera o actual sarrabulho do PPD/PSD, esta federação de baronatos políticos conquistou, pelo menos, a Península Ibérica e mais algumas índias no antártico, certificando, para já, o «direito de exploração» (já que estamos em maré de expansões territoriais) em quase 140 municípios nacionais, fatura que proporcionou ao referido chefe, Cavaco Silva, a exibição dos seus sempre surpreendentes recursos manequinescos (sem ofensa para nenhuma das partes) a esganiçar estentóreos discursos triunfais.

«Esganiçar estentóreo» é, de um ponto de vista acústico, uma contradição, mas não a mais espectacular, quanto ao discurso de Cavaco Silva. Na verdade a contradição mais robusta do homem de Bolíqueime está em proclamar uma subida política que não teve os correspondentes (e indispensáveis, para o efeito) aumentos de votação e influência eleitoral, indo também buscar ao tal caldeirão de trampolines o milagre da multiplicação dos números (aquilo não é um caldeirão, é um alto forno siderúrgico!). É uma laracha. Como tal, não é grave.

Finalmente o CDS, fraquinho das pernas desde o trambolhão que queria mudar Portugal (o que não se percebe, pois tanto falam do «País profundo e imutável» como lhe querem mudar o sítio), esse por aí andou à muleta dos santos aliados, ganhando na babugem duas dúzias de Câmaras. Ficou felicíssimo porque «travou a descida», ignorando olímpicamente que continua muito perto do chão. Isto não é nada, como tal, não é nada.

Pois imaginem que todos estes figurões se esforçam para olhar para a APU com sobranceria, muito contentes pela dezena de Câmaras que, transitoriamente, lhe arrebataram! Esquecendo, coitados, que esta resistiu espectacularmente ao assédio político-partidário mais vergonhoso da nossa história eleitoral, que reforçou posições e maiorias e foi a única força política com ganhos políticos e eleitorais visíveis!

■ H. C.

PCP

«O plano da grande coligação reaccionária PS/PPD/CDS sofreu uma estrondosa derrota»

central, aos dois partidos PS/PSD que não estavam a defender os seus interesses. E votou claramente numa alteração e numa mudança, tendo em conta a defesa dos valores constitucionais que estavam a ser adulterados pelo PS e pelo PSD. Nas eleições autárquicas podemos dizer que se verificou um pouco a mesma coisa. Acabamos de afirmar que a confiança manifestada em relação à Aliança Povo Unido, confrontada com um frenetismo de direita quase generalizado — podemos lembrar que dos 43 casos em que se verificou uma confrontação com esse frenetismo de direita, a APU saiu vitoriosa em 33 dessas confrontações, o que é bastante significativo. E mesmo nos sítios onde veio a perder (podemos dizer, «com dignidade»), não baixou a cabeça, praticamente, em relação ao anterior. Simplesmente, os votos convergentes das outras forças acabaram por se impor. Isto demonstra, na nossa leitura das eleições autárquicas, que há uma certa estabilidade do eleitorado e não há nenhuma subida do eleitorado nos partidos de direita como o sr. Primeiro-Ministro tenta dizer. Para concluir, pensamos portanto que esta lógica se manterá nas eleições presidenciais».

O dirigente do MDP/CDE manifestou a sua confiança de que o eleitorado vai, pois, apoiar o candidato que «mais se mostrar de acordo com os valores de Abril», que o MDP já definiu como sendo o candidato Zenha.

Reforço APU

Álvaro Cunhal, por sua vez, chamou a atenção para o facto de os três partidos — PS, PSD e CDS — terem tido, mesmo em relação às últimas eleições, uma perda de votos global, o que considerou bastante significativo.

«Quando o sr. Primeiro-Ministro agora fala de um reforço da sua base de apoio, de um reforço do Governo», sublinhou, «a sua base de apoio restringiu-se nestas eleições. Naturalmente uma parte pode ser devida à abstenção, mas o facto de os eleitores do PSD, tomando neste momento em consideração os resultados segundo as listas e quem as encabeça, e não segundo as coligações, o PSD perdeu bastantes votos, mais de cem mil votos, das legislativas para estas eleições autárquicas. Portanto, não é muito animador para o partido do Governo o resultado que acaba de ter.

«Em relação à coligação PS/PSD» esclareceu ainda o secretário-geral do PCP, «tomando os cinco concelhos do distrito de Lisboa — Loures, Sobral de Monte Agraço, Azambuja, Vila Franca de Xira e Amadora — em que concentraram os seus esforços, eles perderam (PS, PSD e CDS), em relação às autárquicas de 82, 46 mil votos; e em relação a 6 de Outubro também perderam mais de 30 mil votos. No que respeita à coligação PSD/CDS, nos três concelhos em que apareceram como coli-

gação, em relação a 82 perdem mais de 50 mil votos e, em relação às legislativas de 6 de Outubro, perdem mais de 30 mil votos. Portanto os resultados não são animadores quanto à base de apoio do PS e dos partidos reaccionários.»

«Ainda em relação às câmaras que foram aqui citadas», sublinhou Álvaro Cunhal, «câmaras em que a APU deixou de ter a maioria: muitas vezes é esquecido que na grande maioria dessas câmaras, a APU tinha muito menos votos nas eleições de 82, do que o conjunto do PS, PSD e CDS. Simplesmente, esses partidos concorreram separados e, segundo a lei portuguesa, a presidência das câmaras cabe ao cabeça da lista mais votada. A APU teve a lista mais votada mas não teve a maioria absoluta de votos. Por exemplo, em Setúbal, a diferença era de mais de 5 mil votos a favor da soma do PS com os partidos da direita. Na Azambuja, era de 1600 votos; em Ourique, era uma diferença de 400 votos (não deixava de ser uma diferença apreciável num pequeno concelho); em Vila Real de Santo António, era também uma diferença de centenas de votos; em Estremoz, era uma diferença de 600 votos; em Mourão, um concelho muito pequeno, era também uma diferença importante: em Elvas, era uma diferença de mais de 2500 votos. Portanto, eram diferenças reais que existiam entre a soma dos votos PS, PSD e CDS e os votos da APU. A APU tinha ganho a presidência das câmaras porque foi a força mais votada contra a concorrência dos outros partidos em separado. Eles usaram esta coligação sem princípios porque o único objectivo era ver se retiravam a maioria à APU e, na dinâmica que apresentavam, seria de esperar que tivessem uma melhor votação. Mas não. A diferença diminuiu. Quer dizer, a APU recuperou uma parte da diferença que a separava da totalidade dos votos desses partidos. Por exemplo, em Vila Real de Santo António, caso conhecido porque os resultados estão impugnados, a diferença é de 9 votos. No caso de Alvão e no caso de Borba é que a APU, tendo a maioria absoluta, perdeu essa maioria. Aí foi um insucesso eleitoral real. No caso de Elvas, consideramos um insucesso eleitoral, uma vez que ali houve novamente a concorrência

separada dos outros partidos. Reconhecemos, no próprio comunicado, esses três insucessos eleitorais. Nos outros casos, apesar da coligação eleitoral dos três partidos ter conseguido ganhar as presidências das câmaras, não houve uma diminuição do nosso eleitorado, pelo contrário, houve mesmo um reforço.»

Um sucesso real

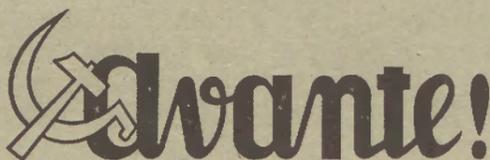
Por fim, foi pedido um comentário sobre o nível de abstenção verificado. Álvaro Cunhal respondeu:

«É a desilusão e a indignação com a política da direita. A abstenção tocou o eleitorado da direita, não tocou o nosso eleitorado, praticamente. E isto vai-se sentir ainda mais para o futuro.»

A concluir, o secretário-geral do PCP, agradecendo a presença dos jornalistas, e interpretando o «pensamento do Partido Comunista e dos companheiros do MDP/CDE e de todos os democratas que conosco participam na Aliança Povo Unido», disse:

«Não é naturalmente em benefício dos povos que a APU deixa de dirigir a gestão municipal em algumas câmaras, mas sim em prejuízo dos povos. Certamente que a realidade e os factos», sublinhou, «para o futuro não deixarão de indicar o sentido do voto àqueles que neste momento se deixaram enganar por essa coligação. Mas, independentemente desse resultado, creio que na Aliança Povo Unido se respira uma vontade muito grande de confirmar no futuro o sucesso real alcançado nas eleições autárquicas de Dezembro de 1985. Parece-nos que é um sucesso político real, perante uma ofensiva como foi desencadeada pelo Partido Socialista e pelos partidos da direita, ter alcançado os resultados favoráveis que foram alcançados nas eleições autárquicas.»

Finalmente, aos jornalistas dirigiu votos de êxito no trabalho e de felicidade pessoal, ao mesmo tempo que formulou o melhor voto que «se pode formular a mulheres e homens que trabalham na comunicação social: é que sejam sempre capazes de ser fiéis à verdade e que sejam sempre capazes de ter a coragem, em 1986, de serem fiéis à verdade».



Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Alteração no dia de saída

O facto de os próximos feriados do dia de Natal e do dia de Ano Novo ocorrerem a quarta-feiras, obriga-nos a alterar o dia normal de saída do «Avante!».

Assim, nas próximas duas semanas, o nosso jornal será publicado não à quinta-feira mas sim à terça, ou seja, nos dias 24 e 31 de Dezembro.



José Saramago

**VIAGEM
A PORTUGAL**

editorial
CAMINHO

O prazer de ter bons livros para ler

4.ª edição
45 500
Exemplares

PCP

Declaração da APU

sobre os resultados das autárquicas

1.

Os resultados das eleições autárquicas de 15 de Dezembro traduzem uma séria derrota política das forças de direita coligadas numa frente única antidemocrática do PS/PSD/CDS, um assinalável êxito da Aliança Povo Unido e uma confirmação da vitalidade do poder local democrático — grande conquista de Abril consagrada na Constituição da República.

2.

A Aliança Povo Unido registou como resultados fundamentais:

a) Uma votação maciça global nacional, alcançando cerca de um milhão de votos, mais de 20% para as Assembleias de Freguesia e mais de 19% para as Câmaras Municipais, o que representa uma subida de cerca de 5 pontos (ou 33%) em relação às eleições legislativas de 6 de Outubro.

b) A vitória esmagadora contra as coligações da direita em sete concelhos (Loures, Amadora, Vila Franca, Sobral de Monte Agraço, Almada, Évora e Marinha Grande) visados pela reacção como alvos estratégicos prioritários, passando de maioria relativa a maioria absoluta em Loures, Amadora e Vila Franca.

c) A obtenção pela APU de maioria em 47 Câmaras (45 com maioria absoluta) e em 355 Juntas de Freguesia (mais 20 do que em 1982).

d) A obtenção de maioria absoluta nos distritos de Beja (53%), Évora (56%) e Setúbal (53%).

e) O avanço notável na cidade e no distrito de Lisboa, com uma votação global de 33%, a passagem a força política mais votada no distrito e a segunda força política na capital e o reforço nas zonas operárias circundantes. A APU ficou a 700 votos de vencer na Câmara Municipal de Sintra e foi a força mais votada para a Assembleia Municipal. Em Cascais e Oeiras afirmou-se como a segunda força política e a única possível alternativa progressista à gestão da direita.

f) A vitória, pela primeira vez, para as Câmaras de Silves (maioria absoluta) e Constância.

g) A obtenção da maioria em Assembleias Municipais em concelhos em que outras forças políticas ganharam as Câmaras.

h) A aproximação do número de votos da APU (onde não tinha maioria absoluta) da soma dos votos do PS/PSD e CDS, perdendo algumas Câmaras apenas à tangente.

i) O progresso da votação em dezenas de concelhos e centenas de freguesias em todo o País.

3.

Em 6 Câmaras Municipais (Setúbal, Montijo, Ourique, Estremoz, Mourão e Azambuja) a coligação do PS e dos partidos da direita alcançou os seus fins. A APU detinha a presidência das Câmaras por ser a força mais votada mas os votos somados do PS, PSD e CDS em 1982 eram superiores. A coligação sem vergonha do PS com os partidos da direita permitiu agora aos partidos da direita obter a presidência das Câmaras.

4.

Não se considera ainda definitivo o apuramento de Vila Real de Santo António. Em 1982, PS, PSD e CDS somados tinham vantagem sobre a APU. Nas eleições de 15 de Dezembro, a primeira contagem deu à coligação reaccionária apenas a vantagem de 9 votos. Como entretanto há votos protestados, o resultado final está por apurar.

5.

Insucessos da votação e dos resultados da APU verificam-se em Alvito e Borba, em que, perdendo-se a maioria absoluta, se perderam as presidências das Câmaras, e em Elvas, onde o PS e os partidos de direita voltaram a concorrer separados.

6.

O plano da grande coligação reaccionária PS/PSD/CDS de, concorrendo em listas únicas, «tentar varrer a APU» das autarquias sofreu uma estrondosa derrota.

7.

Esta coligação não tinha como finalidade a realização de qualquer programa para a resolução dos problemas das populações. Era uma coligação de carácter meramente negativo e destrutivo. A sua derrota e os êxitos da Aliança Povo Unido mostram que o povo português está consciente do valor do trabalho, da honestidade e da competência na gestão autárquica.

8.

A coligação antidemocrática PS/PSD/CDS, confiando na soma dos seus votos, concentrou particularmente os seus esforços, recursos, meios e campanhas nas grandes Câmaras Municipais de maioria APU, da grande Lisboa, do Sul do Tejo e do Alentejo — nomeadamente Amadora, Vila Franca de Xira, Almada e Évora. O facto de que, em todos estes concelhos, a APU reforçou as suas posições e passou a ter maioria absoluta, traduz grandes vitórias democráticas, um notável reforço da APU e o reconhecimento pelas populações do valor da gestão democrática.

9.

A votação no PSD é sensivelmente igual à que obteve nas eleições legislativas de 6 de Outubro (baixa de 1 711 000 para 1 644 000). Tal facto retira veracidade às afirmações do 1.º Ministro de que os resultados das eleições autárquicas reforçam o Governo. O ganho de presidências de algumas Câmaras deve-se nuns casos às coligações com o PS (Mourão e Ourique) e noutros casos à quebra eleitoral do PS. O campo eleitoral dos partidos reaccionários manteve-se sem expansão (passa de 2 270 000 para 2 115 000). Alguns avanços eleitorais devem-se fundamentalmente à instrumentalização do PS.

10.

As eleições autárquicas de 15 de Dezembro confirmaram o papel do PS dirigido por Mário Soares como instrumento da política reaccionária dos partidos da direita. Confirmaram também a radical restrição da base de apoio e a queda vertical da influência do PS. Tal como as eleições legislativas de 6 de Outubro já tinham mostrado, as eleições autárquicas de 15 de Dezembro confirmaram o descalabro a que o PS é conduzido pela política de aliança e colaboracionismo com a direita.

11.

Os resultados das eleições autárquicas de 15 de Dezembro confirmaram a apreciação feita anteriormente acerca da concorrência do PRD. O PRD não tinha condições para alcançar resultados correspondentes ao êxito que alcançou nas eleições legislativas de 6 de Outubro. A sua concorrência, dividindo os votos democráticos, contribuiu em alguns casos para que a coligação PS/PSD/CDS alcançasse mais votos do que a APU, tirando a esta a maioria (Setúbal) e impedindo noutros casos que a APU alcançasse a maioria (Sintra).

12.

Os modestos votos na UDP (menos de 30 000 no total nacional), assim como noutros grupos esquerdistas, tiveram também um papel negativo. Em alguns casos (Sintra), se se tivessem juntado aos votos da APU, teriam bastado para que fossem derrotadas as listas da direita e garantida uma maioria democrática. Foi positivo que em alguns casos a UDP e outros grupos (PSR) tivessem declarado a intenção de fazer convergir votos para a APU.

13.

O panorama político geral decorrente das eleições legislativas de 6 de Outubro não sofreu alteração sensível em consequência dos resultados das eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Mantém-se a modificação positiva verificada em 1985 na arrumação e correlação de forças sociais e políticas. Mantém-se uma perspectiva favorável da evolução da situação nacional. Mantém-se uma perspectiva favorável de uma derrota da direita e de uma vitória da democracia nas próximas eleições presidenciais de 26 de Janeiro de 1986.

14.

É com plena noção, por um lado, das dificuldades e dos perigos e, por outro lado, das reais possibilidades, que cabe às forças democráticas enfrentar as próximas eleições presidenciais. Fazendo convergir os seus esforços, o seu apoio e os seus votos, as forças democráticas estão em condições de assegurar uma grande vitória da democracia.

Assembleia da República

Vitória, vitória e acabou-se a história

Na passada terça-feira, a Assembleia da República apreciou o pedido de ratificação n.º 4/IV, do PCP, sobre o Decreto-Lei n.º 125/82, de 22 de Abril, que criou o Conselho Nacional de Educação e das Universidades, estando em causa a representação por parte da Assembleia da República. No período de antes da Ordem do Dia, as recentes eleições autárquicas estiveram presentes.

António Capucho, do PSD, o primeiro orador, teve a coragem de dizer que **com estes resultados eleitorais, o Governo PSD não vê obviamente a sua legitimidade acrescida**, mas não deixou de congratular pelo que considerou uma vitória, sem uma única palavra para o seu parceiro de coligação — o PS.

Na mesma medida lhe pagou o PS, pela voz de Miranda Calha, que também ele veio falar de vitória e recuperação dos votos do PS.

E tudo teria ficado neste louvar de vitórias, por parte a parte, se Carlos Brito não tivesse levantado uma questão, ou melhor, várias, que os resultados das eleições autárquicas, quer se queira ou não, têm muitas leituras.

Qual foi a ajuda do PS ao PSD, para os resultados obtidos por este último partido? E qual a ajuda do PSD ao PS? E como justifi-

car as baixas do PS nas câmaras em que este partido concorreu sem coligações? E o que seria do PS sem a ajuda do PSD? — Tudo isto perguntou o deputado comunista.

Carlos Brito foi mesmo mais longe e interrogou-se quanto ao pacto do PS, concretamente nos locais onde concorreu sozinho, não ser o preço que este partido está a pagar pela sua aliança com o PSD?

Miranda Calha meteu o «hardware» pelo «software» e não deu um «bit» para a caixa.

Por seu turno, Armando de Castro do MDP/CDE fez ver que a intervenção de Miranda Calha estava viciada na forma, pois fazia a comparação dos resultados eleitorais das recentes eleições autárquicas com os resultados das legislativas de 6 de Outubro últi-

mo, quando devia utilizar como termo de comparação os resultados das eleições autárquicas de 1982.

E assim se ficou o debate, com o PS a dizer que a APU tinha sofrido uma grande derrota, quando o seu (do PS, é claro) secretário-geral (ainda suspenso, por motivo das eleições presidenciais) na própria noite das eleições apontava para o perigo que representava o reforço da APU na Cintura Industrial de Lisboa. Vá lá entender estes socialistas?

Hernâni Moutinho, do CDS, fez também um discurso sobre as eleições autárquicas. Anódino, como todas as intervenções do CDS, com Lucas Pires ou Adriano Moreira, mas a falar de vitória. Vitória, vitória e acabou-se a história, isto para recordar tempos de infância.

Torres Couto preocupado

Os trabalhadores portugueses sofrem desde 1983 o drama dos salários em atraso e só agora, Torres Couto, deputado do PS e

dirigente da UGT, se mostra preocupado com o que se passa.

Falou, falou e disse:

Não é solução para os salários em atraso o mero envio para o desemprego de todos os trabalhadores nessa situação.

Se o assunto não fosse tão grave, dava vontade de rir. Ou será que este deputado e também «sindicalista» não leu o projecto de lei apresentado pelo seu partido para resolver o problema dos salários em atraso?

Se não o fez, aconselhamo-lo a que o faça. Talvez tenha uma surpresa, ou talvez não!

Mas deixemos Torres Couto e as suas elucubrações laborais, já que não é por aqui que os trabalhadores vêem os seus problemas resolvidos.

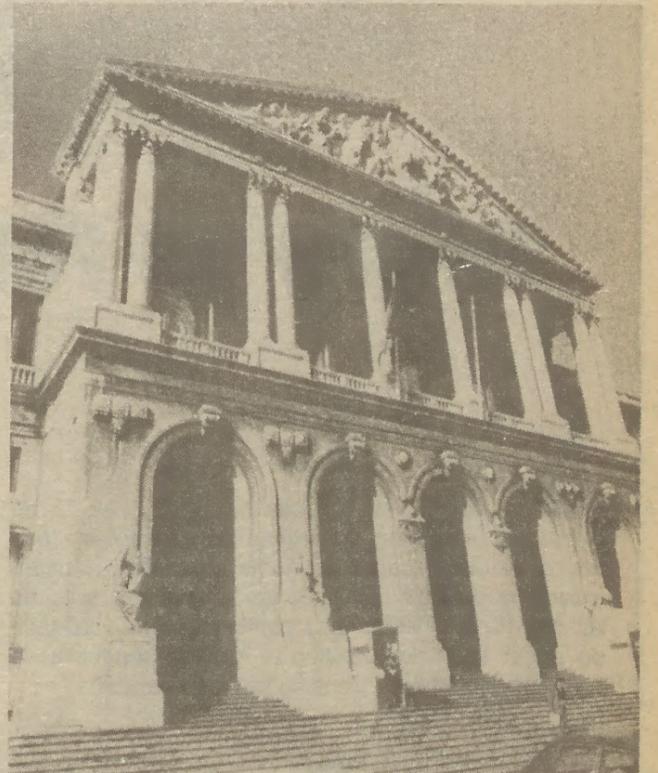
90 000 desempregados no Porto

Sobre o que se passa no Porto falou, antes da Ordem do Dia, o deputado comunista António Mota, que ali voltou a trazer a grave situação social que se vive na capital do Norte do País.

Referindo que não se trata de uma situação original nem exclusiva do distrito do Porto destacou que aumentam os trabalhadores com salários em atraso, os despedimentos, os contratos a prazo, prolifera o trabalho clandestino, o encerramento de empresas, a insegurança e a falta de respeito pelos direitos dos trabalhadores.

Acrescentou:

Os trabalhadores com salários em atraso neste momento no distrito do Porto são cerca de 20 000 em 120 empresas, com uma dívida estimada em 2 727 513 contos, ou seja, 140 contos a cada trabalhador o que em média dá 5 meses de vencimento. O sector têxtil, o mais sacrificado, contribui com quase 1/3 das empresas, com metade dos trabalhadores e quase 2/3 da dívida, 1 769 069 contos, seguindo-se-lhe o sector metalúrgico com 18 empresas num total de 3160 trabalhadores e com a dívida de 336 825 contos, a construção civil e madeiras com 19 empresas, 2530 trabalhadores, 155 275 contos.



No sector têxtil a CIFA deve 3 anos de salários, rondando no total um milhão de contos; o Grupo MONDEGO deve 10 meses de salários; o Grupo Wandschneider constituído por 4 empresas num total de 1250 trabalhadores, deve neste momento 134 827 contos.

A metalúrgica EFI com 580 trabalhadores deve 58 000 contos; a Fábrica Leão com 310 trabalhadores deve 70 000, e a Jotocar deve 19 500 contos, a Metalúrgica da Longra, de 300 trabalhadores deve 52 500 contos.

Na construção civil e madeiras são grandes as dívidas aos

trabalhadores, de que é exemplo a Tabopan com 1600 trabalhadores, que não paga retroactivos nem subsídios de alimentação, férias e de Natal.

No sector químico, 16 empresas abrangendo 1004 trabalhadores, têm salários em atraso e uma dívida de 85 034 contos.

Os desempregados rondam 90 mil e os contratados a prazo são mais de 100 mil.

Esta uma situação criada pelo Governo PS/PSD e que o actual Governo de Cavaco Silva pretende manter e piorar ao «solucionar» os salários em atraso com o desemprego forçado.

Deputados do PCP ao Parlamento Europeu

Para os efeitos da Resolução da Assembleia da República relativa ao regime de eleição dos deputados ao Parlamento Europeu, o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português apresentou os seguintes candidatos ao cargo de Deputados ao Parlamento Europeu:

Efectivos:

Joaquim António Miranda da Silva
José Barros Moura
José António Mestre de Brito Apolónia

Suplentes:

Manuel Rogério de Sousa Brito
António Manuel da Silva Osório
Custódio Jacinto Gingão



Desconhecer Marx-Engels é ignorar o presente e o futuro

à venda o III tomo

Cerca de 2000 páginas
Formato: 14,6 x 22,0
3 volumes encadernados
Cada volume 800\$00

Uma tradução rigorosa dos principais textos de Marx e Engels

As OBRAS-ESCOLHIDAS MARX-ENGELS em 3 volumes, pela 1.ª vez em Português, numa edição preparada com o maior rigor por um colectivo de especialistas, em colaboração com o Instituto do Marxismo-Leninismo.

Edição dirigida por: Álvaro Pina, Eduardo Chitas, Francisco Melo e José Barata-Moura.

edições **Avante!**

Obras escolhidas Marx-Engels indispensáveis na sua biblioteca



Os poemas possíveis

José Saramago

editorial **CAMINHO**

O romancista consagrado de hoje "decidiu raspar com unha seca e às vezes irónica o Poeta de Ontem"

O resultado foi OS POEMAS POSSÍVEIS que não sendo outro livro são uma nova edição revista e emendada. Obra de um grande autor.

Assembleia da República

É urgente o inquérito parlamentar às ilegalidades cometidas pelo MAP na zona da Reforma Agrária

Como noticiámos no número anterior, o Grupo Parlamentar do PCP, ao abrigo dos artigos 251.º e seguintes do Regimento da Assembleia da República, requereu a realização de um inquérito parlamentar, em virtude da multiplicação de ilegalidades contra a Reforma Agrária.

A iniciativa foi dada a conhecer durante uma conferência de imprensa em que estiveram presentes o Presidente do Grupo Parlamentar do PCP, Carlos Brito, e os deputados José Magalhães, João Amaral, Margarida Tengarrinha, Rogério de Brito, Álvaro Brasileiro e Custódio Gingão.

Na comunicação feita aos jornalistas, o deputado Carlos Brito salientou que a Assembleia da República deve estabelecer em toda a sua extensão os factos que indiciam a apontada prática de actos inconstitucionais e ilegais.

Referindo-se a esta prática destacou:

— os atropelos ao normal an-



Carlos Brito ao informar os jornalistas da importante iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP

damento de processos de reserva para apressar a entrega de terra aos antigos proprietários e dificultar a defesa dos trabalhadores agrícolas;

— infracção às normas sobre

o direito de reserva, com vista a entregar o máximo possível de terras aos proprietários expropriados e aos seus cônjuges e parentes próximos;

— e ainda irregularidades e

ilegalidades nas entregas de terras para exploração.

Carlos Brito referiu, ainda, que o próprio director regional da Agricultura do Alentejo reconheceu publicamente há meses «a existência de corrupção no sector responsável pela instrução dos processos de exercício do direito de reserva».

Aliás, o próprio Presidente do Grupo Parlamentar do PCP referiu, no decorrer da exposição feita aos jornalistas, um caso de violação da lei. Outros casos, das centenas que existem, foram dados a conhecer aos jornalistas.

O desrespeito pela justiça

Alertando para a prática constante do Ministério da Agricultura, Carlos Brito salientou ser incompatível com o Estado democrático o reiterado e deliberado incumprimento de mais de 300 acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo, por alegadas razões de política governamental, aliás contrárias à Constituição e à lei.

Não pode aceltar-se — acrescentou — que um departamento da Administração Pública se converta deliberadamente numa central de produção de ilegalidades, de obstrução à execução de sentenças dos tribunais e numa Procuradoria dos Interesses de agrários a quem o Supremo Tribunal Administrativo negou razão.

Urgência no inquérito

Carlos Brito afirmou ainda: O inquérito agora proposto assume neste preciso momento ainda maior urgência e pertinência. Com efeito, estão em curso mais de uma centena de novos processos (alguns em execução), com vícios tão graves como os que descrevi.

E mais adiante:

A suspensão destas acções e o cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo constitui um imperativo imediato, ao qual a Assembleia da República deve associar-se através da aprovação do inquérito agora proposto.

E a terminar:

O que está em causa não são, evidentemente, apenas questões de constitucionalidade e ilegalidade abstractamente consideradas. Estamos perante um processo cada vez mais acelerado, desabrido e violento de reconstrução do latifúndio, com consequências especialmente desastrosas nas condições de vida das populações do Alentejo e Ribatejo e que constitui um verdade-

ro atentado à economia nacional e aos interesses do nosso povo e do nosso país.

Por seu turno, o requerimento entregue na Mesa da Assembleia da República, acompanhado de alguns casos flagrantes de violação da lei, refere que para a gravidade de que se revestem o incumprimento dos acórdãos do STA e a sistemática publicação de regulamentos, circulares e despachos ilegais, alertam, em petição recentemente entregue, um conjunto de advogados, bem como nesse sentido se têm pronunciado organizações de trabalhadores agrícolas e órgãos de Poder Local, com directo conhecimento de actos ilegais. Daí que se torne inadiável que a AR proceda às indagações que a gravidade da matéria exige.

Dois exemplos de violação da lei

Transcrevemos, a seguir, dois casos de flagrante violação da lei e que constam, em anexo, do requerimento apresentado pelo Grupo Parlamento do PCP a pedir o inquérito parlamentar à actividade do MAP e do seu actual titular:

Atribuição, em 1985, a Maria Cristina Murteira Grave de Sousa Cabral de uma reserva, com 458 ha, correspondendo a 70 mil pontos, mais duas majorações no total de 90 937 pontos.

A beneficiária é casada com o veterinário José Luís Sousa Cabral que requereu, e obteve, em 1980 uma reserva de 700 ha e 118 mil pontos, majorada em 35 mil pontos atendendo à composição do agregado familiar em que a Maria Cristina surgia como doméstica que sempre foi, nunca tendo evidentemente explorado directamente qualquer prédio rústico, como agora alega.

Os serviços não podiam ignorar que no primeiro processo de reserva ao marido desta beneficiária ela surgia como doméstica. Aliás o instrutor dos dois processos é o mesmo — o licenciado António Barbosa Correia — que não só omitiu o facto de que não podia deixar de ter conhecimento, como deu por provado, na base de declarações e testemunhos manifestamente falsos, que a requerente doméstica exploraria directamente uma herdade que o veterinário José Luís, seu marido, confessou ser por ele explorada, chegando mesmo a requerer a marcação de uma reserva nesse prédio rústico...

O casal Sousa Cabral tem hoje já para cima de 1200 ha!

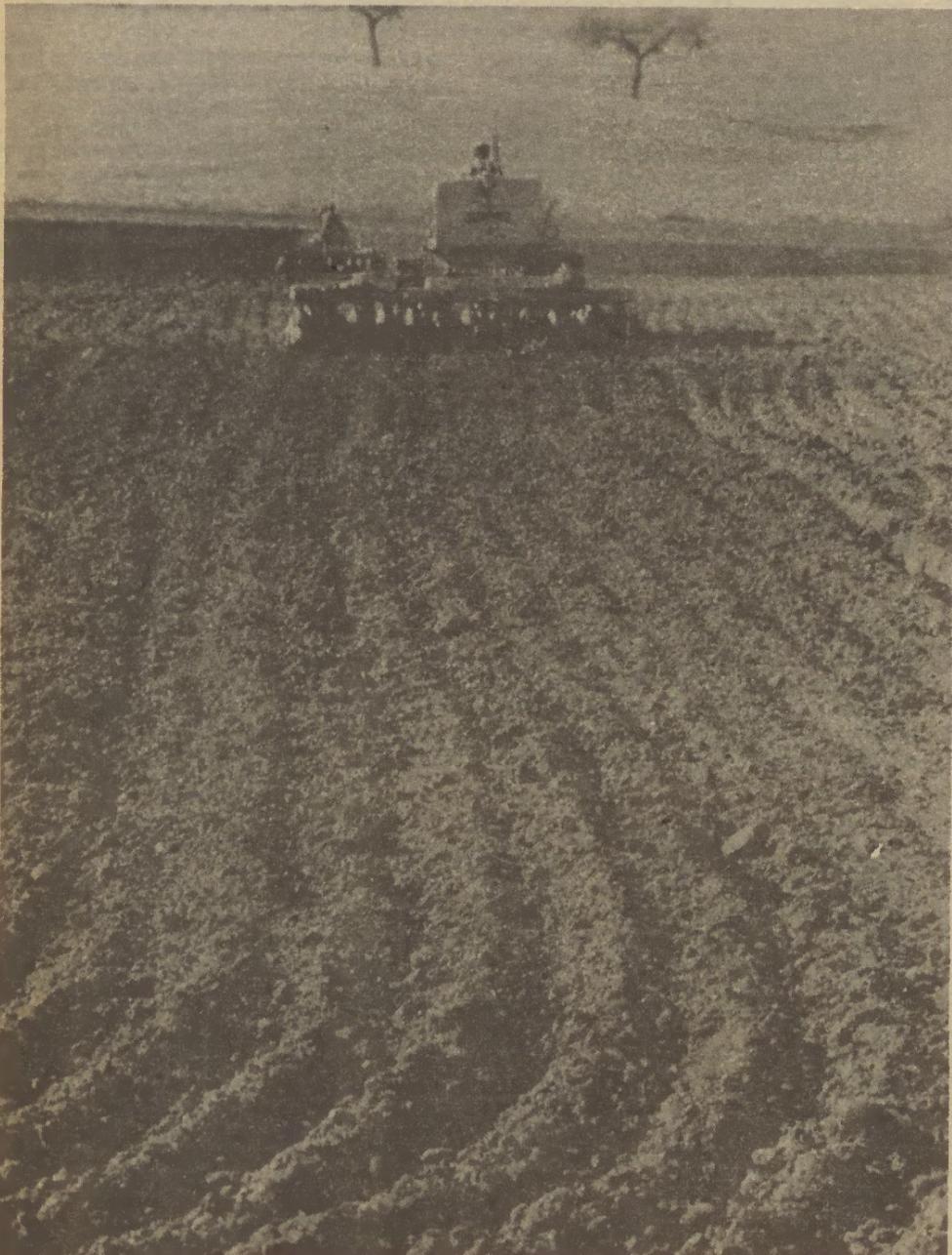
Cinco reservas para cinco irmãs

Por despacho de 10/9/80 foi atribuída a Maria de Lurdes Lopes e cinco irmãs na qualidade de ex-contitulares do património rústico de que a mãe era usufrutuária.

O despacho veio a ser anulado por vício de forma a requerimento das interessadas.

Por despacho de 30/4/82 foi atribuída uma reserva de 70 mil pontos às contitulares que não impugnaram a decisão. Veio, porém, em 1985 requerer reservas separadas, alegando pela primeira vez que eram exploradoras directas.

Escamoteando o facto de o despacho (anulado pelo STA) de 10/9/80 ter sido revogado pelo despacho de 30/4/82 o licenciado Manuel Francisco Ponta propõe a revogação do despacho de 30/4/82 à revelia do Parecer 195/82 da PGR, DR n.º 157 de 11/7/83, conclusões 3.ª e 4.ª.



A terra a quem a trabalha não é uma palavra de ordem vazia de sentido. Com a reconstrução do latifúndio, que o MAP pretende concretizar, muitas destas imagens desapareceriam para sempre



edições
Avante!
Recomendam

O PARTIDO COM PAREDES DE VIDRO

Álvaro Cunhal

ARCO ÍRIS
Wanda Wassilewska

VIII SONETOS
Ary dos Santos

BARRANCO DE CEGOS
Alves Redol

OBRAS ESCOLHIDAS DE MARX E ENGELS

Trabalhadores

Novo Governo pouca novidade

O Governo, que adiou não se sabe para quando a revisão salarial da Função Pública (470 000 abrangidos, segundo a Federação sindical) e se mantém na retransmissão relativamente a um elevado número de revisões salariais e salários mínimos, prepara-se para implantar medidas sobre os salários em atraso que, segundo a CGTP-IN, «estimularão fortemente o desemprego». Por outro lado e de acordo com a mesma fonte sindical, a «promessa de limitar a inflação em 1986 à taxa de 14 por cento não tem qualquer base segura» (a natureza desta promessa é exactamente igual à de governos anteriores que, como se sabe, não a cumpriram). Mas, «de qualquer forma, já ninguém defende hoje que o Estado deva demitir-se das suas responsabilidades» quanto aos salários em atraso, como defendia, recorde-se, ainda há bem pouco tempo, o ex-ministro do Trabalho, Amândio de Azevedo, vice-presidente do PSD. «A inflação em 1986 pode ultrapassar os 20 por cento», considerando a repercussão dos aumentos de preços decretados já por este Governo — refere ainda a Inter — bem como da entrada em vigor do IVA e do aumento das rendas de casa. A Central reafirma que «nenhum facto substancial» alterou a sua «clara e inequívoca oposição à política do Governo», embora mantenha a habitual abertura ao diálogo e à participação.

A comissão executiva do conselho nacional da CGTP-IN sublinhava num *telex* da passada quinta-feira que «várias das medidas já decretadas ou anunciadas pelo Governo inserem-se no âmbito das reivindicações fundamentais dos trabalhadores, independentemente do conteúdo de cada uma delas». Para a direcção da Central unitária o facto «traduz claramente uma vitória da persistente luta da CGTP-IN pela resolução dos problemas sociais mais prementes do nosso país».

Dinheiro para estimular o desemprego

A direcção da Inter, depois de referir que «algumas das medidas já tomadas e propagandeadas pelo Governo assumem um carácter marcadamente eleitoralis-

ta», recorda que as medidas sobre os atrasados não só são insuficientes como, «se forem aplicadas, estimularão fortemente o desemprego», pois é para isso que «o Estado adianta dinheiro ao patronato» e não para «garantir o direito ao salário dos trabalhadores».

A CGTP, voltando a lembrar que os aumentos das prestações familiares e das pensões «ficam muito aquém do necessário para, pelo menos, repor o poder de compra perdido nos últimos anos», alude novamente à «tentativa já ensaiada pelo Governo de liberalizar os despedimentos».

A pretexto da «flexibilização», escreve o executivo da Central, volta este Governo com o mesmo projecto para o mercado do trabalho já repudiado e derrotado no tempo do governo PS/PSD.

Para a Inter isso prova as «ver-

«Concertação Social» — órgão de fachada

Depois de assinalar que, por outro lado, o Governo «mantém e prossegue a mesma linha de ataque violento às UCPs e cooperativas da Reforma Agrária», a direcção da Central protesta contra «a intenção do Governo de remeter exclusivamente para o Conselho Permanente de Concertação Social» a «discussão de matérias que aos trabalhadores dizem respeito». Aquele Conselho é considerado pela Inter um «órgão de fachada», que não assegura a participação efectiva e democrática dos trabalhadores, e que tem sido criticado pela generalidade das forças políticas e pelas forças sociais mais significativas.

A atitude do Governo neste caso «é uma reedição da prática



A Função Pública volta à rua em defesa de novos salários e garantias contratuais. 70 dirigentes e delegados foram à residência do 1.º-Ministro

antidemocrática do governo anterior, que visa discriminar e marginalizar a maior organização social do País, a CGTP-IN».

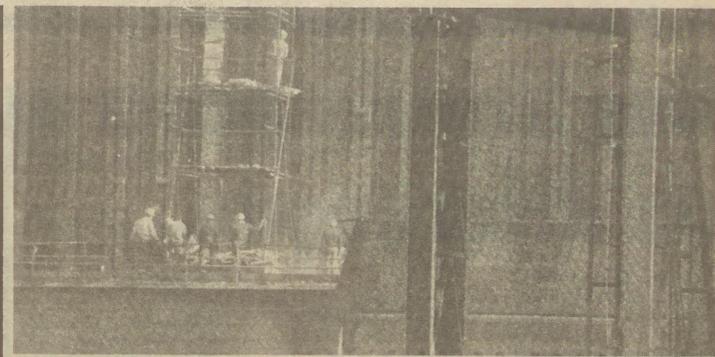
Antes de referir que, perante as medidas e posições «já conhecidas do actual Governo», continuam a não se «vislumbrar as prometidas e necessárias soluções para os problemas mais prementes do mundo laboral e do País», os dirigentes da Central sintetizam a sua acção a breve prazo da seguinte maneira:

«A CGTP-IN prosseguirá os contactos com os órgãos do poder para debater as reivindi-

cações, já apresentadas publicamente, e continuará a mobilizar os trabalhadores para que lutem nos seus locais de trabalho, nos sectores de actividade e regiões pela resolução dos problemas concretos que os afectam, designadamente pelo pagamento e a justa actualização contratual dos salários, pelos postos de trabalho, contra o aumento do custo de vida e das rendas de casa, pela defesa e apoio do sector empresarial do Estado e da Reforma Agrária, contra a corrupção e pelo direito à informação.»

Protesto

A Federação sindical do comércio, escritórios e serviços (FEP-CES), fortemente implantada na EPAC, levantava entretanto um veemente protesto, em conferência de imprensa, contra a nomeação de Cardoso e Cunha para comissão das Comunidades (CEE). Para aquela estrutura intermédia da CGTP-IN, o ex-ministro da Agricultura PSD «mentiu, expressa e reconhecidamente, a uma comissão de inquérito no parlamento português, a propósito da liberalização do comércio de cereais». Da biografia de Cardoso e Cunha, nomeado como se sabe por Cavaco Silva para aquele cargo europeu, com um churodo vencimento mensal superior a 1200 contos, faz parte, ainda segundo a FEP-CES, uma estreita ligação ao 'lobby' (palavra que sem muita ousadia se pode traduzir por 'cambão') dos «interesses privados nacionais e multinacionais que, desde há cinco anos, vêm procurando o controlo dos 100 milhões de contos anuais, que representa o comércio de cereais em Portugal» — e que implica o desmantelamento da EPAC, recusado pelos trabalhadores e pelo movimento sindical.



A siderurgia não quer ser vítima da CEE

Siderurgia Nacional às portas da falência

«Fruto de manobras e interesses de carácter político-partidário da parte das forças políticas que desde 1976 têm passado pelo governo, a Siderurgia Nacional-EP encontra-se hoje à porta da falência, porque têm sido sacrificados os interesses nacionais em prol de interesses alheios à SN e ao País» — acusam as organizações representativas dos trabalhadores (ORT's) desta empresa pública, após análise empresarial. A direcção da FSMMP (federação sindical do ramo), que enviou uma nota à imprensa sobre o caso, afirma no seu órgão central, «O Metalúrgico», que, no sector e relativamente ao distrito de Lisboa, «os salários em atraso afectam, neste momento, 7670 trabalhadores de 47 empresas, ascendendo a dívida do patronato a um milhão e 554 mil contos». Entre outras firmas, «O Metalúrgico» de Novembro/Dezembro cita a Baptista Russo, a Frinil, a UTIC, Guérin, Luso-Italiana, Precix, Indústrias Previdente, Treflaria, Progresso Mecânica, Argibay, Mevil, Gazina, Fábrica Portugal, Lusofal, Marcolauto, Ferrunil, Casa Hipólito, FAS, Fundação Dois Portos, CIM e Abel Esteves Martins.

actuais, mais de 40 milhões de contos; que sejam tomadas medidas para proceder ao urgente saneamento financeiro da empresa e resolver os graves problemas originados pelo endividamento externo, contraído com a aquisição de equipamentos destinados ao referido plano».

As ORT's enviaram estas propostas aos ministros do Trabalho e da Indústria a quem pediram audiências. As organizações representativas estão dispostas a encetar outras «acções de luta» que se revelem «mais convenientes e necessárias à defesa dos direitos e interesses, quer dos trabalhadores, quer da Siderurgia Nacional-EP».

Frio doméstico: Afectados 2 mil trabalhadores e 5 milhões de património

O sector do frio doméstico, indústria com forte implantação no distrito de Setúbal, está também numa «situação de enormes dificuldades». A FSMMP reclama do Governo «corajosas medidas de protecção e apoio a este importante sector da economia nacional». De outro modo, a sua destruição é irreversível.

Directamente serão afectados dois mil trabalhadores e, de maneira indirecta mas não menos grave, «vários milhares que laboram em empresas» dependentes desse sector. É no distrito de Setúbal que se concentram as três maiores empresas produtoras de frio doméstico: o Entrepósito Industrial, a Fri-Sado/Ariston e a HR. Os trabalhadores têm apresentado soluções. É necessário que os órgãos do poder sejam sensíveis e se responsabilizem pelos postos de trabalho, pelo aproveitamento dos investimentos «modernos e importantes», com um património da ordem dos 5 milhões de contos.

LUTAS E TAREFAS

Os reformados e pensionistas da CP ainda não receberam os aumentos que o governo lhes deve desde Fevereiro. Os trabalhadores nestas condições são mais de 22 mil. A Federação dos Sindicatos Ferroviários (FSTFP) sublinha que a maioria desse pessoal reformado «recebe pensões inferiores a dez mil escudos mensais». Em muitos casos a mensalidade não chega aos seis mil escudos. Na tarde do passado dia 11, foi entregue uma petição na Assembleia da República, para que este «escândalo social», afirma a FSTFP, «seja apreciado pelos deputados». A Federação convocou para o próximo dia 23, às 14 e 30, uma concentração de protesto em frente ao Ministério das Finanças. Num período pouco superior a um mês, será esta a segunda acção de protesto na via pública, efectuada em Lisboa pelos reformados da CP. É realmente incompreensível um atraso destes. Trata-se de milhares de idosos sem outra fonte de rendimentos. O «escândalo social», de que fala o conselho da FSTFP, torna-se ainda mais evidente se nos lembrarmos de que o contrato de gestão da CP, «verdadeiro regabofe», garante aos membros do conselho de gerência «vencimentos anuais da ordem dos sete mil contos, acrescidos de privilégios de sabor asiático». O conselho nacional da FSTFP convocou plenários de local de trabalho para tratar das carreiras e de outras questões relacionadas com a negociação das condições de trabalho na CP. Prevê-se a adopção de formas de luta.

As organizações representativas dos trabalhadores da Central/AEP (Automática Eléctrica Portuguesa) revelam que, mal foi conhecida a decisão de suspender o protocolo das «digitais», a administração daquela empresa ordenou a dispensa temporária dos seus 400 trabalhadores. A decisão terá efeito a partir do próximo dia 23 e durará, segundo a administração, um mês. Durante esse período mantém-se encerrada a unidade fabril. As ORT's da Central/AEP manifestam a sua «apreensão», pois ao «mandar trabalhadores para casa a empresa abre um precedente relativo a despedimentos». Entre os 400 trabalhadores abrangidos pela decisão da Central, 50

estão sujeitos a transferência de local de trabalho». Se não a aceitarem, terão que pedir a rescisão do contrato. Nestes grandes negócios, onde pontificam multinacionais e governos, o direito ao trabalho e a alguma estabilidade de emprego continuam a servir de joguete nas mãos do grosso capital privado. Mais do que nunca é necessário que a unidade se reforce e funcione na acção diária do movimento sindical. Decorriam entretanto os trabalhos preparatórios do 1.º Encontro Nacional de ORT's e activistas do subsector de electrónica. A comissão organizadora concluiu que «o volume de negócios deste subsector em Portugal (13 empresas) duplicou, praticamente, nos últimos quatro anos». Em 1981 ultrapassava os 38 milhões de contos; em 1984 atingia 74 milhões e 225 mil contos. Mas o número de trabalhadores tem diminuído. No mesmo período de quatro anos o volume do emprego na electrónica — ramo a que pertence a Central — baixou cerca de 4 por cento. Seiscentos milhões de contos para gerar desemprego, adverte, por outro lado, a Comissão. Referindo-se aos investimentos previstos em Portugal no sector das telecomunicações nos próximos quinze anos, o grupo técnico que procede aos trabalhos preparatórios do I Encontro considera que a chamada «opção digital» (centrais telefónicas, nomeadamente) não passa de «um critério meramente político, que não tem em conta as necessidades básicas da economia nacional, principalmente no que se refere à competitividade com os países do Mercado Comum». Embora a longo prazo considerem «necessária a introdução do digital nas redes de telecomunicações», aqueles quadros técnicos «contestam a oportunidade, a dimensão e o ritmo a que actualmente está a ser implementada» a referida introdução. Por seu lado, o Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI) abre uma nota à imprensa do dia 12 sublinhando que «a decisão do Governo PSD de conceder autorização para a fabricação de centrais telefónicas de comutação digital, sob tecnologia de empresas multinacionais, é contrária aos interesses da economia nacional e põe em perigo imediato milhares de postos de trabalho no sector das telecomunicações».

Acção sindical

Contra destruição da EPAC

● Greve nos barcos da CP

Entre as empresas onde as acções e a movimentação sindical são assinaláveis ultimamente incluem-se a EPAC, a Carris, a Rodoviária Nacional e a CP. Nos sectores, são de destacar a Função Pública e os Gráficos. Em causa estão geralmente as situações económico-sociais das empresas, a negociação e a contratação colectiva. A Empresa Pública de Abastecimento de Cereais está ameaçada de desmantelamento.

Em conferência de imprensa, a Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços (FEP-CES) sublinhava há uma semana que «se reactiva a ofensiva pelo controlo privado e multinacional do nosso comércio de cereais» e que «estão em jogo 100 milhões de contos por ano». Esta operação desnacionalizadora «reacendeu-se nos últimos meses», acrescenta a FEP-CES. Referindo-se ao «processo de assalto ao comércio de cereais», a Federação recorda que a EPAC é a «terceira maior empresa portuguesa em volume de negócios, uma empresa pública que ainda em 1984 obteve 200 mil contos de receitas líquidas». Na conferência de imprensa

onde foram distribuídos importantes documentos, a que voltaram oportunamente, a FEP-CES anunciou que «irá acionar todos os mecanismos junto dos diversos órgãos de soberania, nomeadamente a Assembleia da República», para alertar as forças políticas e conquistá-las para a «tomada de posições que garantam o fracasso da ofensiva contra a EPAC, contra os interesses económicos e o prestígio do País».

Recorde-se que o projecto de decreto-lei relativo à alteração dos estatutos da EPAC e à criação de três novas empresas para o comércio é, segundo a FEP-CES, «inconstitucional» e põe em risco os postos de trabalho.

Paralisações na via fluvial da CP

A Federação sindical dos ferroviários (FSTFP) anunciava, antontem, paralizações na via fluvial entre Lisboa e Barreiro. A forma de luta, no seguimento de outras efectuadas ainda recentemente, tem a ver com a justa exigência feita pelas associações sindicais ao Governo para que este «respeite a legalidade democrática, garantindo aos sindicatos, que legitimamente representam os ferroviários, o direito à negociação do regulamento de carreiras», em fase de revisão há mais de um ano. A greve de 48 horas foi anunciada para ontem, a partir das 23 e 55 até à mesma hora do dia 20. A FSTFP reafirma que «os ferroviários querem negociar. Querem resolver os seus problemas pela via do diálogo. Quem fecha a porta às negociações é o Governo. É ao Governo que devem ser pedidas todas as responsabilidades pelos prejuízos e transtornos causados aos utentes pela greve de 48 horas nos barcos do Barreiro».

PCP

Freitas do Amaral/Mário Soares, candidatos da direita**Presidenciais 86**
CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
ANGELO VELOSO

Um brinde para quem descobrir as diferenças...

Vamos directos ao assunto.

Mário Soares e Freitas do Amaral são, para os «devidos» efeitos, candidatos da direita.

Ambas as candidaturas apontam e servem no geral um mesmo projecto e uma mesma política.

Aqui e ali podem encontrar-se algumas diferenças: no ritmo, no estilo, na tática e, claro, no visual das duas campanhas.

Mas os objectivos centrais são os mesmos.

Não é necessário recorrer a teses muito aprofundadas para concluir que Freitas e Soares flutuam na mesma barcaça.

Basta pensar um pouco na actuação de ambos nos últimos anos da vida política portuguesa (até já houve um Governo PS/CDS...).

Basta acompanhar, mesmo de forma ligeira, as declarações programáticas de ambos (é só ligar a TV, por exemplo).

Basta olhar para a aflição e para os apelos alarmados dos dois candidatos e dos «funcionários» mais activos de serviço às respectivas candidaturas.

E, depois, será fácil concluir: ambos desejam a

instrumentalização da Presidência da República para recuperar das enormes derrotas sofridas em 1985; ambos planeiam

bloquear as possibilidades de uma verdadeira alternativa

democrática para o País; ambos sonham com o relançamento

de uma política de direita condenada em 6 de Outubro e

também em 15 de Dezembro; ambos pretendem jogar a partir

de Belém a cartada da revisão da Constituição da República.

Participando numa recente iniciativa efectuada no Porto, o

candidato do PCP à eleição presidencial de Janeiro de 86,

camarada Ângelo Veloso, membro da Comissão Política do

Partido, dedicou parte da sua intervenção a este tema, e

demonstrou ponto por ponto, recordando e interpretando alguns

factos do domínio público, como é verdadeira e justa a

caracterização de **candidatura de direita** não só para Freitas

do Amaral como para Mário Soares.

Os factos

«Compreendemos — são já palavras de Ângelo Veloso — que tal caracterização choque de um modo especial apoiantes de Mário Soares. Nem a todos chocará pelas mesmas razões, mas quase todos contrapõem argumentos idênticos, confluindo na leitura subjectiva e intencional da realidade política portuguesa. A nossa proposta, ao contrário, é que nos baseamos nos factos.»

Vejamos:

«Em nosso entender, a caracterização política de uma candidatura não pode determinar-se a partir de aparências ou de rótulos e etiquetas que não correspondem ao conteúdo real da política prática realizada. De idêntico modo, não tem sentido caracterizar uma candidatura a partir do espaço social ou político dos seus eventuais eleitores. Não valerá a pena citar exemplos históricos.»

«A caracterização das candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares como de **direita** assenta a sua fundamentação rigorosa na actuação passada de ambos os candidatos e nos projectos programáticos que animam as duas candidaturas.»

O passado

«Quanto à **actuação passada**, destacamos que têm sido numerosos os pontos de contacto e a harmoniosa colaboração destes dois candidatos. Negociaram entre si a formação do Governo PS/CDS que se traduziu na ascensão pela primeira vez, e pela mão do dr. Mário Soares, do CDS — partido da extrema-direita par-

lamentar — às responsabilidades governativas. Ambos, em 1980, se bateram contra a eleição de Ramalho Eanes e pela eleição do general Soares Carneiro (Freitas do Amaral activa e directamente, Mário Soares indirecta e implicitamente). Negociaram entre si a revisão da Constituição em 1982, confessadamente orientada para a redução dos poderes do Presidente da República, general Ramalho Eanes.

«Ambos desempenharam durante muito tempo funções governativas, realizando, no essencial, a mesma política de direita, com os mesmos métodos e com os mesmos objectivos opostos às realidades e fundamentos básicos do regime democrático e institucional.»

«E se, porventura, alguém observar de que assim metemos no mesmo saco os governos AD e os governos dirigidos por Mário Soares, designadamente o finado governo PS/PSD, então sugerimos que a questão fique definitivamente esclarecida, chamando a testemunho as tão numerosas como clarificadoras declarações de Mário Soares e de outros destacados dirigentes do PS em que atribuíam a mérito do PS a realização e concretização de sérios golpes contra o regime democrático e as conquistas de Abril que os governos AD não tinham tido força para concretizar (abertura da banca e dos seguros ao grande capital, medidas contra o sector nacionalizado e a Reforma Agrária, serviço de informações, proposta de lei de segurança interna, propostas de revisão da legislação laboral com liberalização dos despedimentos, lei do aumento das rendas, etc., etc.).»

A orientação programática

«Quanto às **linhas de orientação programática** ou às **propostas das candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares**, é incontroversa a coincidência e a convergência em questões fundamentais.»

«Ambos defendem a mudança do sistema político e económico consagrado na Constituição, a pretexto de, por essa via, estabilizar e «salvaguardar o regime», quando, na verdade, se trata de, alterando e modificando drasticamente os sistemas político e económico constitucional (que são parte integrante e componentes indissociáveis do regime democrático), subverter o próprio regime constitucional.»

«Ambos defendem a alteração da organização económica consagrada na Constituição, em termos que, em ambos, correspondem à restauração do poder do grande capital sobre a economia nacional, à liquidação das nacionalizações e da Reforma Agrária, e, em geral, de todas as transformações realizadas pela revolução de Abril nas estruturas económicas.»

«Ambos defendem drásticas limitações dos direitos dos trabalhadores (lei dos despedimentos, lei da greve, etc.) e se pronunciam por medidas (lei de segurança interna, serviços de informação, etc.) que de ciência certa se sabe visarem a limitação dos direitos e liberdades democráticas.»

«Ambos se pronunciam contra o sistema eleitoral proporcional em vigor (que, nos termos constitucionais, é um princípio básico e inviolável do regime democrático português) e propugnam a sua substituição por sistemas eleitorais antidemocráticos, distorcedores e desrespeitadores da verdade eleitoral e visando transformar minorias de votos em maiorias de eleitos.»

A investida contra o Artigo 290.º

«Sublinhe-se ainda que tais projectos de distorção do sistema eleitoral abrangem não apenas as eleições legislativas mas também as eleições para as autarquias (visando eliminar a representação pluripartidária nos executivos municipais) e as eleições presidenciais (designadamente, com o alargamento do direito de voto a muitas centenas de milhares de cidadãos estrangeiros, a pretexto de serem descendentes de emigrantes portugueses).»

«Freitas do Amaral assume com clareza o significado mais profundo das suas propostas ao caracterizar o artigo 290.º (limites materiais da revisão) da Constituição como «um quebra cabeças» para os constitucionalistas.»

«Mário Soares avança timidamente a proposta do referendo... mas os projectos de ambos, como Freitas do Amaral reconhece explicitamente, impõem, como única saída, a «dupla revisão» da Cons-



Soares e Freitas: os «arquitectos» do governo PS/CDS. Corria então o ano de 1978. A consonância em muitos pontos de vista já vinha de trás, continuou e chegou aos dias de hoje...

O que prometem	O que fizeram e o que revelam nas suas propostas políticas actuais
Reformas	Limitação ou destruição das verdadeiras reformas democráticas introduzidas pela Revolução de Abril
Estabilidade	Desestabilização da sociedade portuguesa na esfera económica, social, política e institucional
Tolerância	Intolerância e espírito de «revanche» — partidarização e governamentalização do aparelho de Estado; manipulação constante da comunicação social; clientelismo e compadrio na nomeação de gestores e responsáveis públicos; recusa ao diálogo com os trabalhadores e as suas organizações representativas
Segurança	Generalizada insegurança. Impunidade e protecção à corrupção. Violência sistemática contra os trabalhadores. Recusa ao cumprimento de sentenças dos tribunais. Passividade perante o terrorismo. Abuso do Poder.
Justiça social	Agravamento das desigualdades e injustiças sociais; reforço dos privilégios do grande capital. Agravamento das condições de vida da maioria da população. Aumento das situações de fome e miséria para as famílias. Salários em atraso. Desemprego. Aumento dos problemas da habitação, saúde, educação e bem-estar.
Desenvolvimento e modernização	Agravamento de todos os factores responsáveis pelo atraso nacional. Estagnação e retrocesso económico e social. Desemprego. Falências. Destruição, paralisação e saque dos recursos nacionais. Abandono dos grandes projectos de desenvolvimento. Reforço da dependência externa.

tuição da República, isto é, primeiro a revisão dos limites materiais da revisão (artigo 290.º) e, depois, de tudo o resto...

«O artigo 290.º da Constituição garante o núcleo essencial do sistema democrático-constitucional saído do 25 de Abril e é uma espécie de sumário de toda a tradição constitucional democrática portuguesa.»

«É um instrumento constitucional de garantia da identidade e vitalidade da Constituição.»

«A tese segundo a qual as normas que proibem a revisão do núcleo essencial do sistema democrático-constitucional saído do 25 de Abril poderiam ser elas próprias revistas é indefensável. Trata-se de um expediente para levar a cabo uma ruptura constitucional, incompatível, por definição, com a ordem democrática constitucional e a estabilidade do regime democrático.»

«A investida contra o artigo 290.º comprova cabalmente que

as propostas não só não se conde-
têm dentro das regras do regime
democrático como visam explicitamente a sua destruição. O expediente da dupla revisão agora aventado não disfarça antes com prova cabalmente que o intuito real é a destruição do regime democrático saído do 25 de Abril.»

O objectivo fundamental

«A prática política ao longo dos últimos 9 anos e as declarações programáticas de ambos os candidatos, os apelos crescentemente alarmados não apenas deles mas de todas as forças de direita, clarificam o conteúdo fundamental das candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares: através da instrumentalização da Presidência da República, recuperar das enormes derrotas sofridas em 1985; impedir o desenvolvimento do processo que conduz a uma alternativa democrática; ganhar força institucional para relançar a

política de direita, gasta e condenada em 6 de Outubro, e para avançar na revisão anticonstitucional da Constituição.»

«São estes os traços fundamentais objectivos que contam na caracterização das candidaturas de Freitas do Amaral e de Mário Soares. São elementos acessórios o facto de Freitas do Amaral emergir do CDS e contar com o apoio do CDS e do PSD, enquanto Mário Soares se reclama do apoio de um PS conduzido por ele próprio (e o seu grupo dirigente) à desagregação. E daí decorrem rótulos diferentes e linguagens diferentes. É óbvio que se chocarão aqui ambições pessoais e de grupo, até, eventualmente, de ritmo e de tática na execução. Mas o projecto é o mesmo, a política é a mesma. Freitas do Amaral, autoritadamente, afirma que ambos têm a mesma «concepção de democracia». Desta concepção ambos prestaram elucidativas provas — concluiu Ângelo Veloso.»

Nacional

Assim se destrói a Banca nacionalizada...

Os efeitos de 9 anos de ataque estão à vista. O Governo PSD ameaça continuar a destruição!

São conhecidas as intenções do actual Governo para o sector bancário: destruir a banca nacionalizada em benefício exclusivo dos bancos privados. Como salienta um comunicado divulgado há dias pela organização dos bancários comunistas de Lisboa, estes objectivos do Governo de Cavaco Silva — na linha dos anteriores Executivos — avolumam naturais preocupações quanto à segurança do emprego e estão directamente relacionados com a situação do sector bancário e a sobrevivência da banca nacionalizada, num quadro de ataque destruidor às transformações conseguidas pela Revolução de Abril e de agudização das dificuldades económicas do País e da vida das populações. «Não se trata de pôr em questão», acentuam os bancários comunistas, «a importância do sector privado para a economia nacional». O que está em causa é que os incentivos, as promoções e apoios dos governos à privada fazem parte de uma manobra mais vasta: o ataque sucessivo à banca nacionalizada, impedindo a sua dinâmica e o seu desenvolvimento. Pondo em cheque a sua própria vida.

Rentabilidade e volume de actividade

Apointando «os efeitos da política seguida ao longo de 9 anos de governos submetidos aos interesses do FMI, que levaram o sector bancário à grave situação que hoje atravessa», a organização dos bancários comunistas de Lisboa refere em primeiro lugar os aspectos da rentabilidade e do volume de actividade. Assim:

«Decresceu assustadoramente a rentabilidade do sistema bancário ao longo dos últimos sete anos — e não se diga que o PSD é alheio a tal situação —, ou seja, desde os primeiros acordos com o Fundo Monetário Internacional, tendo sido o ano passado cerca de metade do que foi em 1978 e prevendo-se para este ano um agravamento ainda maior.

«Enquanto o volume da actividade é quase cinco vezes superior ao efectuado em 1978, os resultados da exploração foram em 1984 inferiores aos de 1981, conquanto os resultados financeiros ainda tenham sido superiores embora denotem, de uma forma acentuada, um decréscimo no crescimento, o que não acompanha de forma nenhuma

as taxas de inflação que logicamente influenciam este crescimento.»

Depois de salientar que as dotações para provisões não acompanharam a actividade creditícia do sector, sendo neste momento a relação dotações constituídas e os saldos médios do crédito concedido cerca de metade do que foi em 1978 (isto em relação à globalidade do sistema bancário nacionalizado, porque, se analisarmos só a banca comercial nacionalizada; esta relação é de 1/3), a organização dos Bancários de Lisboa mostra o que se passa quanto à rubrica «conta margem».

Conta margem

Um primeiro comentário: «Uma das principais causas dos débeis resultados obtidos pelas instituições de crédito é a reduzida margem entre as remunerações provenientes das operações de crédito e o custo dos depósitos, como efeito da política seguida pelos diversos governos da responsabilidade do PSD, PS e CDS em consonância com os acordos com o FMI».

Tomando como referência o quadro que aqui publicamos, saliente-se desde já que aquela margem atingiu na banca comer-

cial um défice de quase 80 milhões de contos em 1984. Acrescenta o comunicado dos bancários comunistas: «Nos bancos de poupança e investimento esta margem manteve-se positiva embora de montante bastante inferior ao de 1981».

Interpretando a mencionada situação do défice monumental, os trabalhadores comunistas chamam a atenção para as medidas de restrição ao crédito impostas e ainda a descida verificada na procura global de crédito. Influenciam ainda esta evolução:

- O aumento de reservas obrigatórias de caixa e que não são remuneradas;
- A política seguida na fixação das taxas de juro;
- A alteração da estrutura de depósitos;
- O agravamento do crédito mal parado;
- As dívidas do Estado, também sem remuneração;
- A concessão de crédito a empresas bancárias e para-ban-

de que a sua natureza exige, dá origem a uma quase total ausência de remuneração — conclui a organização dos trabalhadores comunistas.

Estrutura dos depósitos e taxas de juro

Prosseguindo a análise dos vários problemas em foco no sector bancário, o comunicado avança breves comentários sobre a estrutura dos depósitos e taxas de juro. Aqui ficam:

«A estrutura dos depósitos sofreu profundas alterações degradando-se acentuadamente com mais incidência na Banca Comercial (relação depósitos à ordem/depósitos totais de 38,5% em 1978 para 22,9% em 1984) do que nos bancos de poupança e investimento (relação DO/DT de 37,4% em 1978 para 24% em 1984).

«Tem originado esta situação a elevação das taxas de depósitos a prazo, as restrições ao cré-

	1978	1981	1984
Banca Comercial			
Remuneração do crédito	60 235	137 731	349 974
Custo dos depósitos	39 028	142 101	429 652
Diferença	+ 21 207	- 4 370	- 79 678
Bancos Poup. Invest.			
Remuneração do crédito	24 317	81 668	228 864
Custos dos depósitos	16 349	58 104	193 980
Diferença	+ 7 968	+ 23 564	+ 15 596

em milhares de contos

cárias privadas, em condições de privilégio;

• As aplicações forçadas, resultantes dos excessos de liquidez, com fraco ou até nulo rendimento.

Temos de reflectir, ainda, que o crédito duvidoso, além das perdas que provoca e das provisões que se torna forçoso criar, e que não se criam na quantida-

de e o seu custo, a diminuição do investimento e do fundo de maneo das empresas, a distribuição dos rendimentos, a fácil mobilização antecipada dos depósitos a prazo, a inexistência de uma prática regular de captação e o aumento constante dos depósitos dos emigrantes.»

Por outro lado, «a política de taxas de juro caracterizou-se por variações frequentes dos critérios na sua fixação e por um aumento constante, até fins de 1984 este aumento foi de cerca de 13/14 pontos em relação a 1978, ou seja, cerca do dobro do praticado naquela altura.

«Considerando-se as taxas anteriores aos primeiros acordos com o FMI, o agravamento situou-se entre os 18/20 pontos, factor que degradou toda a actividade económica.

«Esta política de taxas de juro, as restrições verificadas no crédito e a adulteração da estrutura de depósitos são os principais factores para o défice da conta margem na banca comercial nacionalizada.

«E não se diga que as recentes medidas levadas a cabo pelos Governos PS/PSD e agora PSD sozinho, de abaixamento das taxas de juro, por si só, recuperam esta situação, sem as correspondentes medidas de re-

É necessário e urgente

Como assinala o organismo de direcção dos Bancários de Lisboa, do PCP, é necessário e urgente:

- Uma mudança radical de política económica e financeira;
- Uma gestão honesta, competente e verdadeiramente interessada nos objectivos patrióticos da Banca Nacionalizada;
- O combate eficaz à corrupção, com a definição de medidas concretas que de uma forma profiláctica a impeçam;
- A revogação da legislação que permitiu, anticonstitucionalmente, a abertura de bancos privados;
- Um Governo democrático de salvação nacional.

O caminho a seguir

- O reforço da unidade, participação e intervenção activa dos trabalhadores e das suas estruturas representativas;
- A dinamização da actividade sindical em todos os locais de trabalho, valorizando o papel e a actividade dos delegados sindicais e das Sub-CT's;
- A luta pela resolução dos problemas concretos dos bancários;
- O aumento da vigilância por parte dos trabalhadores por forma a impedir a destruição da Banca Nacionalizada;
- Uma actuação por parte dos bancários que impeça a continuação dos apoios financeiros e técnicos à banca privada;
- A mobilização e participação dos bancários, a partir dos locais de trabalho, na construção de uma proposta de ACTV que reflecta e consagre os seus anseios, interesses e direitos;
- A luta dos bancários em defesa dos SAMS, do seu correcto funcionamento e gestão, não permitindo a perda de regalias.

(Propostas dos bancários comunistas)

cuperação da nossa economia, ou seja, sem os correspondentes investimentos necessários, sem a recuperação do poder de compra dos trabalhadores, o que pelos vistos não está no horizonte deste Governo se tivermos em

em 1984, o que espelha bem a evolução da nossa economia, a falta de procura do crédito e a situação de excesso de liquidez da banca comercial.»

Proveitos e custos

Proveitos, custos com o pessoal e custos de estrutura são também temas incluídos no balanço divulgado pelos bancários comunistas de Lisboa.

Assim, «os proveitos das instituições de crédito evoluíram no sentido da obtenção de outras fontes de receita, nomeadamente lucros em operações cambiais, beneficiando da desvalorização do escudo, rendimentos em títulos, outras operações não especificadas e prestação de serviços.

É de salientar a evolução positiva destes proveitos que retrata a actuação da banca face à política que lhe foi imposta.

Esta orientação marca um desvio da principal função da banca, isto é, o apoio à produção, ao desenvolvimento económico e nacional.»

«É de salientar que os custos com o pessoal acompanharam de perto as variações percentuais do volume de actividade bancária em termos médios, o mesmo não acontecendo com os fornecimentos e serviços de terceiros.

«No caso da banca comercial não deixa de ser altamente preocupante o facto de nos últimos anos os proveitos líquidos de natureza financeira não cobrirem já os custos com o pessoal.

«Os restantes custos de estrutura, sobretudo os fornecimentos e serviços prestados por terceiros, têm registado agravamentos anuais excessivos. O mesmo tem acontecido com os gastos com imobilizações. As dotações para amortizações que estes originaram atingiam perto de cinco milhões e meio de contos em 1984, enquanto em 1978 eram de pouco mais de seicentos mil contos.

«Entretanto todos os indicadores apontam para que no final deste ano a situação seja bem mais grave.»

Exemplos significativos

Alvo: a Banca Nacionalizada.

Objectivo: a destruição.

Responsáveis: as forças de direita que têm ocupado o

Governo nos últimos 9 anos.

Consequências: estão à vista.

Os exemplos que agora extraímos do recente comunicado dos bancários comunistas de Lisboa falam por si:

• É o apoio à implantação e abertura de bancos privados, levado a cabo pelos Conselhos de Gestão da Banca Nacionalizada que têm concedido crédito, a juros bonificados, aos novos bancos privados, tendo como capitais nacionais como estrangeiros (veja-se os casos do MDM, Citybank, SPI, etc.).

• São os «platonds» restritivos que inviabilizam os bancos de colocar as suas disponibilidades de forma a rentabilizarem a conta de exploração, que vai provocar este ano — se operações de «maquilhagem» (que desta vez tinham de ser autênticas cirurgias plásticas) não voltarem a ser feitas — que o sector bancário apresente como resultados largos prejuízos.

• Entretanto, a própria situa-

ção de crise económica que o País vive, a gestão conduzida no sentido de favorecer anti-gos monopolistas e operações de natureza especulativa, o perdão de dívidas e as limitadas e deficientes tentativas na sua recuperação, a má distribuição do crédito e, ainda, os efeitos da corrupção e do compadrio, têm provocado o descalabro do aumento constante do volume do crédito mal parado, já em cima dos 400 milhões de contos, sem a existência de provisões adequadas e de medidas tendentes à sua recuperação, o que põe em risco o próprio sistema.

Nacional

Agricultores reagem à plantação indiscriminada de eucaliptos

A forma indiscriminada como continuam a ser plantados eucaliptos em muitas regiões do País, nomeadamente no Ribatejo, está a suscitar uma onda de protesto e de repúdio por parte dos agricultores e suas organizações representativas, os quais entendem estar-se em presença de um grave atentado que compromete o futuro da agricultura, desertificando a região e reduzindo drasticamente a área agrícola.

Ainda recentemente a Federação dos Agricultores do Distrito de Santarém, numa tomada de posição pública sobre o assunto,

chamava a atenção para o facto de em consequência do avanço dos eucaliptais vários poços estarem a secar, as barragens ficarem vazias, a caça ter desaparecido e as pequenas serrações e empresas mobiliárias começarem a ficar a braços com falta de matéria-prima.

De acordo com a Federação esta situação resulta do facto de as empresas de celulose estarem a cobrir a região com grandes manchas de eucaliptais, chagando ao ponto — num claro desrespeito pela própria lei — de arrancar sobreiros e olivais para

depois plantarem eucaliptos em sua substituição.

A situação é tanto mais preocupante porquanto nos concelhos de Abrantes e da Chamusca se elevarem já a muitos milhares o número de hectares plantados, situação idêntica à dos concelhos de Rio Maior e do Cartaxo, sendo que o plano existente prevê uma área ainda consideravelmente maior para a respectiva plantação.

Comentando afirmações recentemente produzidas num programa da RTP segundo o qual os efeitos do eucalipto não seriam afinal tão negativos, o co-

municado considera serem falsas tais declarações e pergunta por que razão, então, a sua plantação está proibida, entre outros, em países como a Espanha, França e Alemanha.

Depois de se interrogar sobre o futuro da agricultura na região a Federação de Santarém exorta os agricultores a reforçarem as acções de protesto e informa que promoverá um debate no próximo mês de Janeiro, na Chamusca, por forma a que o Ribatejo não se «transforme num deserto» e se evitem «desequilíbrios ecológicos» que tragam consigo a «fome e a miséria».

Trabalhamos, Lutamos Vivemos com transparência

ALVARO CUNHAL
O
PARTIDO
com paredes
de vidro

5.^a edição
45000
Exemplares

"Para aqueles que de fora observam o PCP e queiram com seriedade formar uma opinião sobre ele, decerto interessa saber como os comunistas concebem, constroem, explicam e desejam o seu próprio Partido. Propomo-nos dizer com verdade como somos, como pensamos, como actuamos, como lutamos, como vivemos, nós, os comunistas portugueses. Tudo será dito, tornando transparentes as paredes do nosso Partido, de forma a que quem está de fora possa observar o Partido como que através de paredes de vidro".

À venda nas Livrarias
270 pág. - 300 Esc.

A verdadeira imagem do PCP

...Síntese... semanal da IMPRENSA

Autárquicas: aí estão as lições

Um dos recortes que escolhemos esta semana é parte de um escrito de um dirigente do PSD conhecido como um dos principais obreiros da aliança PSD-PS-CDS para as autarquias. O leitor aperceber-se-á facilmente de que por mais que o sr. Júdice escreva, o fracasso da estratégia reaccionária anti-APU está à vista.

APU: força estável e coerente ao serviço das populações

«Os cantos de vitória entoados pelo Partido Socialista e pelos porta-vozes do PSD e do CDS logo que foram conhecidos os resultados das eleições autárquicas de domingo não disfarçaram as derrotas sofridas por essas forças políticas tanto em percentagem como em número de votos. Quase 300 mil votos ficaram pelo caminho entre Dezembro de 1982 e Dezembro de 1985. Alguns foram para a abstenção, é certo, mas outros transferiram-se para a força mais consequente do Poder Local, a APU, sobretudo nas zonas onde esta tem podido aplicar as suas soluções.

Sete em cada cem eleitores que em 1982 tinham optado pelo PS, PSD, CDS ou alguma das suas várias coligações negaram-se a repetir o sentido do seu voto. (...)

Além dos votos perdidos, da baixa de percentagem, o tripartido sofreu uma enorme derrota política ao falhar o seu objectivo central: afastar a APU dos concelhos onde era maioritária. Das grandes câmaras onde se propunha derrotar o Povo Unido, a coligação a três conseguiu apenas Setúbal. Pelo contrário, a sua simples participação, declaradamente para «correr com a APU», como alguns dos seus dirigentes dizem, proporcionou impressionantes reforços desta força política. Tal é o caso de Almada, Loures, Amadora, Vila Franca de Xira e Sobral de Monte Agraço.

Como exemplo central do falhanço da estratégia anti-APU do tripartido fica o distrito de Lisboa. Pela primeira vez o Povo Unido foi a força mais votada no mais populoso distrito do País, o que incluí o concelho da capital. Um em cada três votantes deste distrito escolheu a APU. Na votação para as Assembleias de Freguesia a segunda força mais votada, constituída pelas listas que se apresentaram sob a sigla PSD, recebeu menos 70 mil votos que a APU.

Muitas são as declarações em que se ouve dizer que a APU sofreu uma «derrota no Alentejo». Pois bem: nos 43 municípios desta região a Aliança Povo Unido perdeu seis dos que geria. Foi obrigada a bater-se contra coligações a três e em alguns casos perdeu por escassas dezenas de votos. Apesar do ataque, 24 concelhos do Alentejo são APU, todos com maioria absoluta.»

(José Goulão, «o diário», 17. Dezembro)

Direita: fracasso da «santa aliança» com o PS enquanto espera pelos fundos da CEE!

«Estas eleições marcam um forte sucesso do PSD e exprimem não apenas a força da sua implantação local, como também o bom momento do Governo e a correcção da estratégia eleitoral que escolheu, embora ela não tivesse podido obter todos os êxitos desejados, nomeadamente nos confrontos com a APU. O PSD com estes resultados e com os fundos do FEDER que aí vêm estará a caminho de se tornar um partido hegemónico na sociedade portuguesa, desde que Freitas do Amaral ganhe as eleições presidenciais.

No passado domingo a APU teve também um sucesso político, embora tenha perdido algumas Câmaras. De facto, em primeiro lugar pôde manter Loures, Amadora, Vila Franca, Almada, Évora e Beja, apenas perdendo Setúbal no que se refere às autarquias politicamente mais importantes. Em segundo lugar a APU tornou-se na única força política relevante no apoio a Zinha, desequilibrando a seu favor a balança de poder de tal candidatura. Em terceiro lugar mostrou que o eleitorado não se mobiliza para a derrotar, mesmo nas zonas em que tem gerido pior: as abstenções foram muito elevadas e permitiram-lhe resistir em toda a cintura urbana de Lisboa e no distrito de Setúbal.

Mas a principal consequência a extrair deste acto eleitoral é que não serviram de trampolim para Soares, ao mesmo tempo que aumentaram fortemente as probabilidades eleitorais de Freitas. De facto, e no que se refere a Soares, o PS perdeu em Lisboa e no Porto e nas cinturas de ambas as regiões, com relevo para os casos de Gaia e Sintra, onde tinha fortes ambições. Quer isto dizer que as suas percentagens foram possíveis a nível nacional devido aos votos do PSD nas coligações informais que foram feitas, visto que em todos os concelhos urbanos onde não tinha o Presidente da Câmara perdeu as eleições por forte diferença. O PS resistiu onde tinha presidentes eleitos há dois ou três mandatos.»

(J.M. Júdice, «O Diabo», 17. Dezembro)

Internacional



Filipinas

Ditadura de Marcos à beira do fim

A situação política nas Filipinas, que se tem caracterizado nos últimos meses pela agudização crescente dos confrontos entre as forças repressivas do regime ditatorial do presidente Ferdinando Marcos e as forças populares, registou na semana passada um salto qualitativo com a decisão das forças de oposição de se apresentarem unidas às eleições presidenciais marcadas para 7 de Fevereiro de 1986.

Após um conturbado período em que a necessidade da unidade e as dificuldades da unidade dominaram as atenções da opinião pública, o presidente da Organização Democrática e Socialista Unificada (UNIDO), Salvador Laurel e Corazón Aquino (viúva de Benigno Aquino) anunciaram a decisão de concorrerem coligados às eleições de Fevereiro, candidatando-se o primeiro à vice-presidência e a segunda à presidência das Filipinas.

Pese embora todas as dificuldades previsíveis que a oposição a Marcos vai ter de enfrentar, a unidade conseguida foi classificada como um acontecimento histórico pelo ex-senador Laurel, e apontada como a «primeira salva para fazer cair este regime imposto e repugnante» que vigora nas Filipinas.

Na verdade, o reinado de Marcos, que se tem mantido com a ajuda norte-americana e com a lei marcial instaurada em 1972, parece estar a chegar ao fim.

Os próprios EUA, que detêm

na região uma importante presença militar, estão conscientes daquele facto, manobrando todas as suas influências para dar um «new look» democrático ao país sem no entanto perderem o ascendente político, militar e económico de que dispõem com a ditadura de Marcos.

O substituto ideal de Marcos, para os EUA, parecia ser de resto Benigno Aquino, amigo de longa data da Casa Branca e da administração norte-americana, a cuja sombra viveu em exílio durante muito tempo. Mas o seu assassinato em Agosto de 1983, à chegada a Manila, por fiéis de Marcos, subverteu os planos de Washington. Com a agravante de ter provocado radicalização de posições a nível interno, contribuindo de certa forma para aproximar sectores anti-ditatoriais e dar novo impulso à luta popular pela democracia.

As manifestações de rua, as greves em todos os sectores de actividade, a luta de guerrilha, ganharam depois da morte de Aquino dimensões inesperadas. E hoje as exigências de mudan-

ça, tanto a nível político como económico, ultrapassam em muito os interesses norte-americanos de uma alteração de fachada nas Filipinas.

Uma colónia dos EUA

A presença militar dos EUA nas Filipinas data dos finais do século passado, não tendo a independência do arquipélago, em 1947, alterado particularmente a situação. Nas bases militares de Subic Bay e Clark Field estão estacionados 15 mil soldados norte-americanos e concentrados importantes meios de comunicação e de combate anti-submarino e aéreo.

A importância estratégica das referidas bases no âmbito do domínio do Pacífico Ocidental tem sido repetidamente salientada pelos EUA, cujos estrategas consideram não ser fácil a sua substituição em condições vantajosas.

De acordo com as negociações realizadas em 1983, as Filipinas recebem dos EUA pelo aluguer daquele território, por um prazo de 5 anos, 425 milhões de dólares de ajuda militar e 475 milhões de dólares de auxílio económico. Só no que respeita ao ano financeiro de 1986, os norte-americanos dedicaram 72 milhões de dólares à ampliação

das duas bases militares nas Filipinas.

Mas não acaba aqui a presença norte-americana no país. Cerca de 80% dos investimentos estrangeiros nas Filipinas pertencem a multinacionais, com as dos EUA à cabeça; dominam por exemplo a produção de detergentes, conservas, bebidas, fábricas de papel, extração de minerais, a produção e exportação do açúcar, etc. A exploração desenfreada da mão-de-obra e dos recursos filipinos levou o país à ruína. Segundo os dados disponíveis, em doze anos (de 1972 a 1984), a dívida externa aumentou doze vezes, atingindo os 30 mil milhões de dólares. O reembolso dos juros dessa dívida representa actualmente cerca de 2 mil milhões de dólares!

Segundo os números oficiais, o PNB baixou em 1984 cerca de 5,5% estimando-se que baixa este ano mais 3,5 por cento.

Estima-se que 70 por cento dos 55 milhões de habitantes das Filipinas vivem abaixo do limiar oficial da pobreza.

Perante uma tal situação, não é de estranhar que a resistência popular ao regime de Marcos seja cada vez maior. A questão que agora se coloca é a de saber se os planos norte-americanos para manter a sua colónia, dourados com a democracia formal do costume, conseguem vingar.

Manifestação contra a ditadura, em Manila, com a queima simbólica da ingerência norte-americana

A ONU contra a militarização do espaço

A Assembleia Geral da ONU aprovou a semana passada uma resolução exortando os países que possuem um grande potencial técnico espacial a darem o seu contributo para a utilização pacífica do espaço, tomando medidas urgentes para evitar a corrida aos armamentos no espaço, salvaguardando a paz e a segurança no mundo.

A resolução foi aprovada por 151 votos, com a abstenção dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha.

A Assembleia, que se congratulou com o início das conversações soviético-americanas sobre os armamentos espaciais e nucleares, apelou à URSS e aos EUA para que mantenham, num espírito construtivo, as conversações bilaterais sobre a prevenção da militarização do espaço, voltando a propor à conferência para o desarmamento que institua, no início da sua sessão ordinária de 1986, uma comissão especial para as conversações sobre um acordo que impossibilite todas as formas de corrida aos armamentos no espaço.

De salientar ainda outra decisão da ONU, respeitante à realização de uma conferência mundial contra o apartheid e a aprovação de oito resoluções de condenação da política sul-africana.

A conferência, cuja organização estará a cargo da ONU, do Movimento dos Não-Alinhados e da OUA, surge na sequência de uma proposta lançada na última cimeira da Organização de Unidade Africana, e está prevista para Junho de 1985.

Entretanto, o Conselho de Segurança da ONU decidiu por unanimidade prorrogar o mandato das Forças Armadas das Nações Unidas de manutenção de paz em Chipre até 15 de Junho do próximo ano.

O contingente da ONU tem como principal tarefa impedir confrontos entre as comunidades grega e turca da ilha, cujas relações foram substancialmente agravadas com a declaração de independência pela parte de Chipre ocupada pela Turquia.

Reforma Agrária em marcha na Nicarágua

O governo da Nicarágua procedeu na passada quinta-feira à entrega de mais 5 mil hectares de terras a cooperativas agrícolas e camponeses, no âmbito da campanha de dinamização da Reforma Agrária no país. Como salientou na ocasião o ministro do Desenvolvimento Agrícola e da Reforma Agrária, apesar da difícil situação económica e financeira do país, o Estado propõe-se dar todo o apoio financeiro possí-



vel às cooperativas e explorações agora constituídas, bem como sementes e maquinaria agrícola.

A prioridade na atribuição de terras continua a ser dada aos camponeses que se viram obrigados a abandonar as suas casas devido à acção dos contra-revolucionários.

Prosseguem entretanto as diligências dos dirigentes sandinistas pela resolução pacífica dos conflitos da região, embora, como afirmou recentemente o presidente nicaraguense Daniel Ortega, as conversações sobre a Acta de Paz do Grupo de Contadora não possam prosseguir nas actuais condições de intensificação da agressão norte-americana contra a Nicarágua.

Os membros do Grupo de Contadora e outros países latino-americanos — disse Daniel Ortega — devem envidar o máximo dos esforços para pôr cobro às acções terroristas da administração Reagan e impedir uma intervenção militar directa dos EUA na Nicarágua.

PC do Uruguai em Conferência Nacional

O Partido Comunista do Uruguai está a realizar em Montevideo, desde terça-feira e até ao próximo domingo, uma conferência nacional em que será eleito o novo Comité Central do Partido.

Os trabalhos da Conferência têm como base um documento em que se faz o balanço da actividade partidária nos últimos 14 anos, a maior parte dos quais vivida na clandestinidade e sob ditadura militar. O documento sublinha que o trabalho do Partido deve ser orientado em particular para a consolidação da democracia, o que implica a luta contra todos os vestígios ainda existentes do regime ditatorial. Segundo afirma o PCU, até à data pouco se fez para liquidar o aparelho repressivo, não obstante terem sido libertados todos os presos políticos, ter sido reposta a legalidade sindical e a liberdade de imprensa e legalizados os partidos políticos.

O Partido Comunista do Uruguai chama ainda a atenção no seu documento para o facto preocupante de o governo de Sanguinetti estar a ceder às fortes pressões dos investimentos estrangeiros, do FMI e dos bancos credores, bem como das forças reacçãoárias internas, o que torna ainda mais premente a necessidade de consolidação da unidade das forças progressistas em torno da Frente Ampla.

Tensão sobe no Médio Oriente

A tensão quase permanente que se regista no Médio Oriente voltou a subir nos últimos dias devido às ameaças de Israel à Síria, suscitadas pelo facto do governo de Damasco estar a proceder à instalação de mísseis terra-ar no seu território.

O caricato desta situação, que é bem esclarecedora dos conceitos particulares que regem as autoridades sionistas, reside na particularidade de Israel se sentir ameaçado pelos mísseis instalados em território sírio, junto da fronteira libanesa, porque os aviões israelitas realizam quase diariamente voos de reconhecimento sobre o Líbano.

Israel, que viola a toda a hora o espaço aéreo libanês, que ocupa uma parte do território do sul do Líbano, que efectua bombardeamentos, e que não hesita em violar as mais elementares regras do direito internacional para, como sucedeu recentemente, atacar

instalações palestinas em Tunísia, acha-se no direito de ameaçar um Estado soberano como a Síria por este fazer o que entende dentro das suas fronteiras!

Como era de se esperar, a reacção de Damasco foi imediata, salientando que a instalação de mísseis é um assunto interno sírio que em nada respeita a Israel, cujas ameaças não intimidam o governo. Também um artigo publicado no órgão oficial do executivo, o diário «Tichirine», aborda esta questão, afirmando que os israelitas devem compreender que os tempos das provocações acabaram e que a Síria está decidida a

fazer frente a qualquer conspiração.

De referir que a decisão síria surge após a aviação israelita ter abatido dois aviões «Mig» sírios que tentavam interceptar voos de reconhecimento dos sionistas em território libanês. Esta situação tem de resto um antecedente no passado recente, quando em 1981 esteve iminente um confronto directo entre os dois países, com Israel a acusar a Síria de pôr em causa a sua segurança nacional com as bases de mísseis instaladas no Vale de Bekaa. Bases que constituíram um dos primeiros alvos da aviação israelita quando em 1982 invadiu o sul do Líbano!

A necessidade de pacificação desta conturbada região do Médio Oriente tem até à data esbarrado com a intransigência dos EUA e

de Israel, cujos objectivos expansionistas e de controlo dos países da área são por demais evidentes. A consciência de que a paz no Médio Oriente passa pela resolução do problema da Palestina e do direito do povo palestino a uma pátria independente, esteve de resto novamente em foco na Assembleia Geral das Nações Unidas onde foi defendida a necessidade de uma conferência internacional sobre o Médio Oriente.

Importa salientar que os EUA, Israel e o Canadá foram os únicos países que votaram contra a realização da conferência.

Substituir o diálogo pelo despoletar de novas crises é um procedimento característico do imperialismo norte-americano e dos seus seguidores. Não é certamente um contributo para a paz.

SOCIALISMO

No caminho da «intensificação»

Entre 1981 e 1985, os rendimentos reais da população soviética aumentaram 11 por cento, enquanto os preços dos principais bens de consumo, rendas de casa e seus encargos (a água, o gás, a electricidade) permaneceram sem alteração. No conjunto, o salário dos operários aumentou de 13 por cento e a remuneração dos camponeses 29. São informações da secretaria central de estatística da URSS.

Uma entre múltiplas pequenas notícias — invariavelmente ignoradas pela informação — que nos vêm dos países socialistas (no caso particular, da União Soviética), e que nos podem ilustrar o quadro de um sistema socioeconómico dos trabalhadores e para os trabalhadores, numa fase particularmente importante da sua vida: a **passagem à intensificação**. Ou, por outras palavras, a criação de condições para um pleno aproveitamento das novas possibilidades da revolução técnico-científica em condições de socialismo.

E é de facto de uma nova fase que se trata. Como há uma semana, em Lisboa, foi também salientado pelo embaixador soviético, em conferência de imprensa realizada na embaixada da URSS.

Esta transformação está a concretizar-se já hoje, na vida quotidiana do povo soviético.

Um exemplo: o complexo agro-industrial.

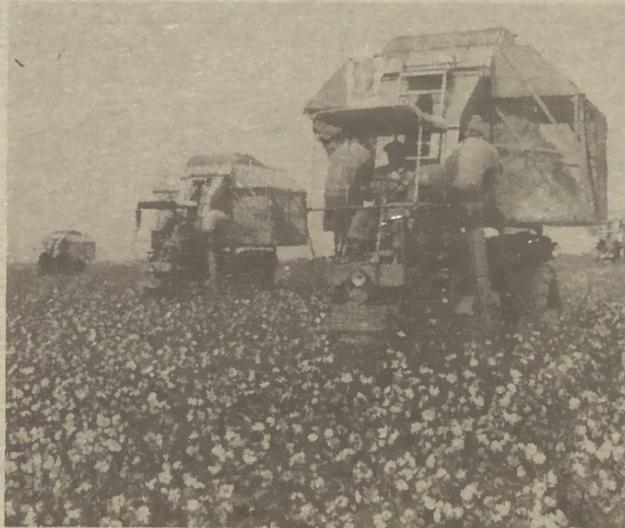
Já no próximo ano a produção de carne deverá ser elevada para 17,3 milhões de toneladas — mais um milhão que 1985 e menos 4 que a meta estabelecida para o final do quinquénio

(1990). Para que tais resultados sejam possíveis aposta-se na imediata modernização do parque de tractores e maquinaria agrícola dos kolkhoses e sovklozes e no desenvolvimento da agroquímica e da selecção.

Alargam-se também os trabalhos de melhoramento dos solos, a ampliação dos terrenos irrigados e drenados. Em 1986, as áreas bonificadas aumentarão em 1,3 milhões de hectares. Factos particularmente importantes se tivermos em conta que actualmente a diminuta parte de terras bonificadas já é responsável pela totalidade da colheita de algodão e arroz, 75 por cento da colheita de legumes, 58 por cento de frutas e uvas, 60 por cento de milho e por uma considerável percentagem de culturas forrageiras.

Este um exemplo de quais os projectos em curso, do que está a ser feito na prática. Utilizando a ciência e a técnica, mas também uma maior autonomia e participação de empresas e colectivos de trabalhadores, o poderoso estímulo inerente ao socialismo que é todo o desenvolvimento económico ter como objectivo último o próprio desen-

volvimento humano. E é assim que, de acordo com o projecto das grandes opções do desenvolvimento económico e social da URSS, até 1990 os rendimentos reais da população deverão ser elevados de 13 a 15 por cento.



Até 1990, os rendimentos reais da população soviética serão elevados de 13 a 15 por cento. Na foto: colheita do algodão numa herdade do Kazaquistão

URSS — Uma nova etapa

Os exemplos práticos são importantes. Mesmo fundamentais. Mas para compreender os factos é indispensável termos uma ideia do quadro em que se desenvolvem. Por isso reproduzimos aqui extractos da intervenção do camarada Gorbachov, na sessão plenária do Soviete Supremo da URSS, em que foram aprovados o plano estatal de desenvolvimento económico e social da URSS e o orçamento de Estado para 1986.

- O novo ano de 1986 não significa apenas o primeiro ano do décimo-segundo quinquénio; abre uma etapa qualitativamente nova no desenvolvimento da sociedade soviética.

- O plano de 1986 traduz a linha estratégica do Partido para a intensificação do desenvolvimento socioeconómico do país. Prevê taxas mais elevadas de crescimento do rendimento nacional, da produção da indústria e da agricultura, da produtividade do trabalho. O aumento da eficácia do aproveitamento dos recursos materiais dá prioridade ao desenvolvimento dos sectores destinados a assegurar o progresso técnico-científico e à melhoria da qualidade dos produtos; aponta medidas para acelerar a reconstrução, a renovação e a modernização das estruturas de produção, aperfeiçoar a gestão e o mecanismo económico a fim de continuar a elevar o bem-estar do povo.

- Os primeiros resultados da grandiosa consulta ao povo, iniciada pelo Partido, atestam que os documentos debatidos encontram a satisfação profunda dos soviéticos. O activo apoio moral e material à linha estratégica do

Partido é a fonte do nosso optimismo e da nossa convicção de que o caminho escolhido é justo e que os nossos projectos serão indubitavelmente realizados.

- Encontramo-nos no início do caminho escolhido: caminho complexo, espinhoso, exigindo a conjugação de uma atitude criadora em relação aos problemas impostos pela vida com a perseverança, elevada disciplina e abnegação. Temos enormes reservas e potencialidades por aproveitar e devemos trabalhar arduamente para accioná-las, fazê-las render o máximo. É necessário que tal se faça em todos os domínios do trabalho económico, social e cultural e, antes de mais, nos sectores em que a situação continua difícil e os atrasos são superados lentamente.

- O plano de 1986 demonstra claramente o carácter pacífico e criador das nossas preocupações. É com essa orientação pacífica da política interna que se prendem, intimamente, as aspirações externas e a política internacional do Estado soviético.

CAPITALISMO

As estatísticas falam por si

O fim de cada ano é momento de balanço. E nesse balanço a divulgação dos dados estatísticos é um elemento muito objectivo que permite avaliar de forma concreta evoluções e problemas fundamentais. Os números que nos vêm dos países capitalistas desenvolvidos falam por si.

Um primeiro elemento: a **redução das taxas de crescimento económico** (particularmente significativo depois da ofensiva propagandística, o ano passado, quando de uma fugaz recuperação, que bem favoreceu a reeleição de Reagan). De acordo com os números divulgados pela Comissão Económica da ONU para a Europa (CEPE), e em análise recentemente publicada, irá registar-se mais uma redução do crescimento económico na Europa Ocidental e na América do Norte, de cerca de 3 por cento em 1985 e de 2,5 por cento em 1986. Também no que respeita ao comércio mundial, verifica-se uma acentuada redução das taxas de crescimento. Em 1984 a troca de mercadorias aumentou 9 por cento. Este ano atingirá no

máximo os 4 ou 5 por cento.

Outro facto sintomático é o **número de falências nos principais países capitalistas industrializados** que atingiu preferencialmente, uma vez mais, as pequenas e médias empresas e as empresas recém-criadas. No primeiro semestre de 1985, cerca de 70 mil empresas dos Estados Unidos, da República Federal Alemã, Grã-Bretanha, França e Japão declararam falência. Na RFA, Grã-Bretanha e França foram atingidos novos recordes no número das falências e há índices que apontam que este ano de 1985 será o da **maior vaga de falências das últimas décadas**.

Esta evolução cria para as massas trabalhadoras uma situa-

ção particularmente difícil. Segundo as mais recentes estatísticas internacionais, há hoje mais de **30 milhões de desempregados registados** nos países capitalistas industrializados. A este número há que acrescentar, segundo informações dos sindicatos, entre dez a vinte milhões de desempregados que, desesperançados, deixaram já de procurar um novo posto de trabalho ou que, por outras razões (e manobras), não estão incluídos nas estatísticas oficiais.

Mas há quem ganhe apesar da crise e com a crise. Para a sua compreensão, basta referirmos **duas causas fundamentais** da actual dramática dimensão do fenómeno do desemprego: a corrida aos armamentos e a utilização dos resultados da revolução técnico-científica na estreita perspectiva do lucro.

Quem fomenta, utiliza e se nutre de tais causas do desemprego são — indelutavelmente — os grandes monopólios. E

também aqui os números são suficientemente elucidativos. Segundo cálculos do secretariado da Conferência das Nações Unidas para o comércio e o desenvolvimento (CNUCED), as vendas das duzentas maiores multinacionais do mundo representavam, em 1984, 2940 mil milhões de dólares, o equivalente a 26% do PNB (produto nacional bruto) mundial (excluindo os países socialistas). Na prática, o domínio total da economia capitalista.

São factos inerentes à própria evolução do capitalismo. Que, pelas imensas dificuldades de vida criadas às mais amplas massas de trabalhadores, e simultaneamente pelo esforço do capital na liquidação pura e simples do movimento sindical, podem tornar a luta mais difícil. Mas que pelas mesmas razões, abrem novas possibilidades a essa luta. Basta referir que a política económica monopolista atinge **todos** os sectores não monopolistas. Ou ainda que a

batalha pela paz — que se impõe venha a somar vitórias decisivas — irá limitar, de forma significativa, o campo de acção do capital monopolista. Abre-se assim campo a grandes batalhas em que objectivamente um número crescente de pessoas estará empenhado (não escamoteando as potencialidades que o capital ainda detém, nomeadamente no que respeita à divisão da classe operária e dos trabalhadores).

Numa referência ao processo fundamental em curso de concentração do capital, a revista norte-americana «US News and World Report», afirmava: «As fusões de empresas, como um elefante enlouquecido, podem pillar pacíficas comunidades, espezinhar trabalhadores inocentes, arruinar sociedades rentáveis e reduzir a nada planos solidamente estabelecidos».

Só a luta dos trabalhadores se pode opor a este e outros «elefantes enlouquecidos».

(...) O movimento toma aspectos cada vez maiores. Só na Freguesia do Couço tomavam parte na greve mais de 6 mil pessoas: carreiros, criadas, comerciantes, barbeiros, taberneiros, carpinteiros, proprietários, costureiras, todas as mulheres, homens e crianças. O entusiasmo era delirante e ninguém temia a repressão. A GNR cercou um grupo de 70 pessoas e queria que dispersasse. O grupo resistiu e um GNR, vendo um soldado do 16 de Évora que fora à terra, mandou-lhe um pontapé. Porém o jovem agarrou-lhe o pé e tirou-lhe a metralhadora. Os outros GNR's correram para o soldado, mas os trabalhadores correram para os GNR's. Um bandido de um cabo fez então fogo para cima da multidão atingindo um trabalhador que foi levado para o Hospital de S. José em estado grave. O soldado foi preso para o forte de Elvas.

«Mas a greve não pára e no dia 25, novos grupos saem a levantar mais ranchos. A GNR partia imediatamente a cercá-los, mas a malta sabia bem os caminhos e quando regressavam contavam novas vitórias. Devem ter estado em greve nesta região para mais de 10 mil pessoas.» (...)

«Um Grupo de Camponeses Relata o que Foi a Greve do Couço» — «Avante!», VI Série, n.º 267, Dezembro de 1958)

AVANTE!

(...) «O sr. Nogueira e o sr. Garin, todos os senhores colonialistas, têm de concordar que não é com roupagens bonitas que se conseguem esconder as chagas profundas deixadas no corpo e no coração do nativo pela mais vil e cruel exploração e opressão colonialistas. Não é com fraseologia que se faz esquecer o sangue que correu já em S. Tomé, em Goa, em Angola, na Guiné, em Timor, etc.»

«O governo de Salazar não consegue já enganar ninguém e muito menos o povo português que sabe, por experiência própria, quanto feroz e brutal é a política fascista. Se o governo de Salazar não respeita os direitos da pessoa humana na metrópole, como os há-de respeitar nas colónias?»

«O colonialismo será sempre colonialismo e a vida dos povos escravizados não será mais feliz por S. Bento ter decretado que às colónias se chame províncias ultramarinas. A felicidade e o progresso desses povos está, sim, na sua libertação do jugo escravagista e na livre escolha do seu destino.»

«Não São Províncias Ultramarinas, São Colónias» — «Avante!», VI Série, n.º 284, 2.ª Quinzena de Dezembro de 1959)

AVANTE!

«Acontecimentos significativos vieram já demonstrar que os estudantes conservam inalterável a capacidade de combate evidenciada ao longo das grandes lutas do último ano lectivo.»

«Outra coisa não seria de esperar, uma vez que, não só persistem todos os graves problemas por cuja solução os estudantes se vinham batendo, como ainda a situação se agravou, com as novas arbitrariedades e prepotências sobre eles exercidas, entre as quais avulta a publicação do decreto 44 632, digno sucessor do tristemente célebre 40 900, com o qual o governo, fazendo tábua rasa dos organismos representativos da vida universitária, que não ouviu, mais uma vez atentou contra algumas das mais legítimas reivindicações estudantis — o direito de os estudantes gerirem os seus próprios interesses sem interferências estranhas e a autonomia da universidade. Os estudantes imediatamente patentearam, porém, com veemência, a sua firmeza e unidade na luta contra o decreto.» (...)

«Prosegue a Luta dos Estudantes» — «Avante!», VI Série, n.º 324, Dezembro de 1962)

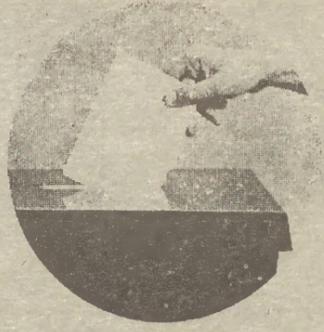
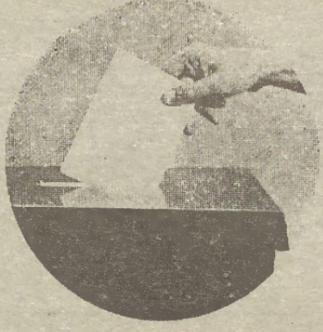
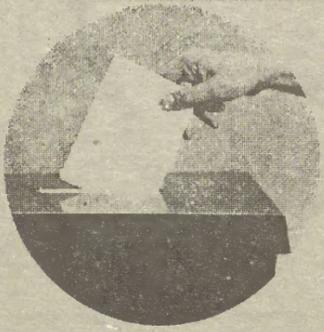
RESULTADOS DAS ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

15 de Dezembro 1985



Câmaras e Assembleias Municipais

Votação e percentagens por concelhos
das principais forças concorrentes em 1982 e 1985



Resultados provisórios
quando faltavam apurar
53 freguesias
em 14 concelhos (incluindo
as 3 freg. de V. R. St.º António)

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

AVEIRO CÂMARA MUNICIPAL

Freguesia	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Águeda	1 382	6,5	6 257	29,5	7 688	36,2	5 173	24,3	000 000	00,0	Águeda	1 197	5,9	4 307	21,3	7 104	35,1	7 045	34,9	-	-
Albergaria-a-Velha	352	3,5	2 568	25,3	3 792	37,3	3 060	30,1	-	-	Albergaria-a-Velha	384	3,6	1 507	14,2	4 144	39,2	4 217	39,8	-	-
Anadia	593	4,0	2 691	18,1	7 807	52,5	3 075	20,7	-	-	Anadia	528	3,8	1 803	13,0	8 550	61,5	2 542	18,3	-	-
Arouca	586	5,2	1 736	15,3	5 872	51,9	2 683	23,7	-	-	Arouca	769	6,5	1 407	11,8	6 536	54,9	2 770	23,2	-	-
Aveiro	1 700	5,7	6 884	22,9	4 615	15,3	15 716	52,3	-	-	Aveiro	2 058	7,0	4 324	14,7	5 963	20,2	15 461	52,4	778	2,6
Castelo de Paiva	416	5,3	3 637	47,6	3 317	43,4	-	-	-	-	Castelo de Paiva	199	2,3	4 887	56,9	3 107	36,2	-	-	-	-
Espinho	2 644	15,2	6 017	34,6	5 839	33,6	2 184	12,6	-	-	Espinho	1 951	10,9	3 975	22,2	6 849	38,3	4 779	24,5	-	-
Estarreja	1 568	11,9	2 492	18,9	5 568	42,2	2 963	22,5	-	-	Estarreja	1 184	8,9	1 440	10,8	5 177	38,9	5 123	38,5	-	-
Feira	4 230	8,0	21 923	41,3	-	-	-	-	24 456	46,0	Feira	4 162	7,7	13 857	25,5	23 166	42,6	4 730	8,7	1 684	3,1
Ílhavo	1 895	14,1	3 827	28,5	4 882	36,4	2 331	17,4	-	-	Ílhavo	905	7,0	4 989	38,7	5 236	40,6	1 342	10,4	-	-
Mealhada	1 737	18,5	3 842	41,1	2 713	29,0	665	7,1	-	-	Mealhada	1 776	18,8	3 082	32,6	4 323	45,7	-	-	-	-
Murtosa	147	3,3	445	9,9	2 990	66,4	646	14,3	-	-	Murtosa	213	5,1	563	13,3	2 961	70,1	328	7,8	-	-
Oliveira de Azeméis	2 470	8,2	7 334	24,5	12 667	42,4	6 276	21,0	-	-	Oliveira de Azeméis	2 121	7,3	4 968	17,1	12 831	44,1	8 225	28,2	-	-
Oliveira do Bairro	338	3,6	881	9,5	4 722	51,0	2 936	31,7	-	-	Oliveira do Bairro	327	3,5	679	7,2	4 399	46,4	3 862	40,7	-	-
Ovar	2 655	13,3	6 496	32,5	8 109	40,6	1 674	8,3	-	-	Ovar	1 011	7,7	2 045	15,5	5 547	42,0	3 239	24,5	827	6,3*
S. João da Madeira	828	9,6	2 140	24,8	-	-	-	-	5 363	62,2	S. João da Madeira	983	9,9	-	-	4 089	41,3	4 600	46,4	-	-
Sever do Vouga	198	2,6	927	12,1	4 428	58,0	1 816	23,8	-	-	Sever do Vouga	191	2,4	693	8,6	3 830	47,6	3 090	38,4	-	-
Vagos	132	1,4	543	5,8	2 744	29,3	2 558	27,3	3 028	32,3*	Vagos	73	0,8	562	6,0	3 546	38,1	2 236	24,0	-	-
Vale de Cambra	416	3,2	2 072	16,0	3 730	28,8	6 285	48,5	-	-	Vale de Cambra	274	2,0	2 214	16,3	5 048	37,2	5 566	41,0	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Águeda	1 485	7,0	6 494	30,6	6 701	31,6	5 781	27,2	-	-	Águeda	1 440	7,1	4 600	22,8	7 508	37,2	6 006	29,7	-	-
Albergaria-a-Velha	394	3,9	2 603	25,6	3 943	38,8	2 800	27,5	-	-	Albergaria-a-Velha	503	4,8	1 739	16,4	4 356	41,2	3 604	34,1	-	-
Anadia	614	4,1	2 943	19,8	7 360	49,5	3 230	21,7	-	-	Anadia	565	4,1	2 023	14,5	8 156	58,6	2 655	19,1	-	-
Arouca	672	5,9	1 559	13,8	5 657	50,0	2 967	26,2	-	-	Arouca	548	4,6	1 475	12,4	6 076	50,1	2 884	24,2	455	3,8
Aveiro	2 102	7,0	7 256	24,1	5 631	18,7	13 824	45,9	-	-	Aveiro	2 160	7,3	4 752	16,1	7 371	25,0	13 120	44,5	1 143	3,9
Castelo de Paiva	445	5,8	3 443	45,1	3 232	42,3	-	-	-	-	Castelo de Paiva	294	3,4	4 578	53,3	3 357	39,1	-	-	-	-
Espinho	2 996	17,2	5 957	34,3	5 633	32,4	2 150	12,4	-	-	Espinho	2 434	13,6	4 061	22,7	7 036	39,3	2 661	14,9	1 084	6,1
Estarreja	1 621	12,3	2 454	18,6	5 558	42,1	2 929	22,2	-	-	Estarreja	1 334	10,0	1 866	14,0	5 369	40,4	4 306	32,4	-	-
Feira	4 706	8,9	22 411	42,2	-	-	-	-	24 209	45,6	Feira	4 442	8,2	16 114	29,6	23 091	42,4	4 929	9,1	1 949	3,6
Ílhavo	1 891	14,1	3 750	28,0	4 883	36,4	2 378	17,7	-	-	Ílhavo	1 216	9,4	4 065	31,6	5 677	44,1	1 460	11,3	-	-
Mealhada	1 595	17,1	3 973	42,5	2 725	29,1	677	7,2	-	-	Mealhada	1 739	18,4	3 223	34,1	4 170	44,1	-	-	-	-
Murtosa	149	3,3	504	11,2	2 864	63,6	710	15,8	-	-	Murtosa	89	2,1	708	16,8	2 923	69,3	345	8,2	-	-
Oliveira de Azeméis	2 594	8,7	7 293	24,4	12 590	42,1	6 252	20,9	-	-	Oliveira de Azeméis	2 425	8,3	5 524	19,0	13 610	46,7	6 537	22,4	-	-
Oliveira do Bairro	295	3,2	982	10,6	4 548	49,1	3 028	32,7	-	-	Oliveira do Bairro	284	3,0	679	7,2	4 408	46,5	3 863	40,7	-	-
Ovar	2 703	13,5	6 563	32,9	7 738	38,7	1 819	9,1	-	-	Ovar	981	7,4	1 959	14,9	5 791	43,9	3 013	22,8	890	6,8*
S. João da Madeira	889	10,3	2 670	31,0	-	-	-	-	4 788	55,6	S. João da Madeira	1 287	13,0	-	-	4 030	40,7	4 275	43,1	-	-
Sever do Vouga	206	2,7	983	12,9	4 217	55,2	1 911	25,0	-	-	Sever do Vouga	258	3,2	818	10,2	3 674	45,7	3 008	37,4	-	-
Vagos	156	1,7	587	6,3	2 739	29,2	2 672	28,5	2 815	30,0*	Vagos	100	1,1	559	6,0	3 670	39,4	2 328	25,0	-	-
Vale de Cambra	495	3,8	2 119	16,3	3 954	30,5	5 580	45,4	-	-	Vale de Cambra	325	2,4	2 065	15,2	5 226	38,5	5 447	40,2	-	-

**PPM Faltam apurar 2 freguesias

* PPM

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

BEJA CÂMARA MUNICIPAL

Freguesia	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Aljustrel	4 904	61,6	1 722	21,6	-	-	910	11,4	-	-	Aljustrel	4 401	61,7	2 215	31,0	-	-	-	-	-	-
Almodôvar	1 842	33,7	2 245	41,1	1 163	21,3	-	-	-	-	Almodôvar	1 186	20,7	3 178	55,4	686	12,0	-	-	490	8,5
Alvito	905	47,7	253	13,3	-	-	632	33,3	-	-	Alvito	703	39,9	-	-	977	55,5	-	-	-	-
Barrancos	832	63,1	435	33,0	-	-	-	-	-	-	Barrancos	951	71,9	305	23,1	-	-	-	-	-	-
Beja	11 497	51,7	5 906	26,5	-	-	3 497	15,7	-	-	Beja	9 900	51,1	5 349	27,6	3 019	15,6	-	-	-	-
Castro Verde	3 088	68,4	836	18,5	348	7,7	-	-	-	-	Castro Verde	2 883	69,5	736	17,7	386	9,3	-	-	-	-
Cuba	2 288	62,8	1 112	30,5	-	-	-	-	-	-	Cuba	2 042	67,9	785	26,1	-	-	-	-	-	-
Ferreira do Alentejo	3 535	52,6	2 317	34,5	-	-	534	7,9	-	-	Ferreira do Alentejo	3 124	53,6	2 101	36,1	401	6,9	-	-	-	-
Mértola	4 132	61,5	1 649	24,5	-	-	576	8,6	-	-	Mértola	3 291	55,2	1 693	28,4	-	-	-	-	674	11,3
Moura	5 546	53,8	3 249	31,5	-	-	951	9,2	-	-	Moura	3 971	46,0	2 949	34,2	-	-	-	-	1 375	15,9
Odemira	10 108	59,8	2 526	14,9	-	-	3 477	20,6	-	-	Odemira	9 040	61,7	2 412	16,5	2 272	15,5	-	-	-	-
Ourique	2 100	42,4	551	11,1	2 027	41,0	-	-	-	-	Ourique	2 290	44,7	-	-	2 691	52,5	-	-	-	-
Serpa	6 418	56,7	2 664	23,5	-	-	1 759	15,5	-	-	Serpa	6 439	60,5	3 735	35,1	-	-	-	-	-	-
Vidigueira	2 964	67,5	660	15,0	-	-	550	12,5	-	-	Vidigueira	2 659	66,9	1 070	26,9	-	-	-	-	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Freguesia	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Aljustrel	4 882	61,3	1 767	22,2	-	-	833	11,1	-	-	Aljustrel	4 391	61,5	2 222	31,1	-	-	-	-	-	-
Almodôvar	1 824	33,4	2 220	40,6	1 195	21,9	-	-	-	-	Almodôvar	1 262	22,0	3 073	53,7	749	13,1	-	-	429	7,5
Alvito	915	48																			

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

BRAGA CÂMARA MUNICIPAL

Amares	287	3,3	2 798	32,4	-	-	-	-	5 139	59,5	Amares	341	3,6	4 210	44,7	4 120	43,8	-	-	366	3,9
Barcelos	3 223	6,1	12 292	23,3	25 941	49,2	9 455	17,9	-	-	Barcelos	2 194	4,4	12 041	23,9	24 933	49,6	8 332	16,6	1 185	2,4*
Braga	6 775	10,2	34 656	52,3	-	-	-	-	21 225	32,1	Braga	6 935	10,0	31 258	45,0	25 726	37,0	-	-	2 642	3,8
Cabeceiras de Basto	210	2,1	4 398	44,0	-	-	-	-	5 118	51,2	Cabeceiras de Basto	125	1,2	4 965	47,3	5 237	49,8	-	-	-	-
Celorico de Basto	799	7,6	2 388	22,7	-	-	-	-	6 597	62,8	Celorico de Basto	259	2,3	1 332	11,8	3 033	26,8	5 715	50,5	587	5,2
Esposende	1 067	7,2	1 298	8,8	5 575	37,6	6 236	42,1	-	-	Esposende	363	2,3	865	5,5	6 140	38,7	7 872	49,6	264	1,7
Fafe	815	3,2	13 369	52,6	-	-	-	-	10 322	40,6	Fafe	1 144	4,4	13 942	54,2	8 675	33,7	1 242	4,8	-	-
Guimarães	10 079	14,3	30 038	42,7	-	-	-	-	27 102	38,6*	Guimarães	6 405	9,7	21 685	32,8	21 345	32,3	10 905	16,5	3 398	5,1**
Póvoa de Lanhoso	428	4,0	2 205	20,7	5 198	48,8	2 382	22,4	-	-	Póvoa de Lanhoso	328	2,9	3 074	27,5	5 797	51,8	1 584	14,2	-	-
Terras de Bouro	231	4,4	976	18,5	-	-	-	-	3 828	72,6	Terras de Bouro	135	2,4	309	5,5	526	9,3	4 508	79,9	-	-
Vieira do Minho	592	7,2	2 698	32,8	-	-	-	-	4 536	55,1	Vieira do Minho	489	6,3	2 298	29,4	4 165	53,3	-	-	520	6,7***
Vila Nova de Famalicão	5 118	9,3	23 085	41,7	22 651	41,0	-	-	-	-	Vila Nova de Famalicão	2 597	4,4	30 868	51,7	19 511	32,7	3 797	6,4	1 758	3,0
Vila Verde	689	3,2	5 962	27,4	-	-	-	-	13 826	63,6	Vila Verde	511	2,2	4 767	20,6	6 750	29,2	10 380	44,9	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Amares	334	3,9	2 751	31,8	-	-	-	-	5 092	58,9	Amares	426	4,5	3 960	42,1	-	-	4 199	44,6	446	4,7
Barcelos	3 436	6,5	12 572	23,8	25 157	47,7	9 550	18,1	-	-	Barcelos	2 487	4,9	11 762	23,4	24 761	49,2	8 862	17,6	-	*
Braga	8 602	13,0	31 901	48,2	-	-	-	-	22 436	33,9	Braga	8 774	12,6	29 879	43,0	-	-	22 963	33,1	4 818	6,9
Cabeceiras de Basto	275	2,8	4 281	42,9	-	-	-	-	5 161	51,7	Cabeceiras de Basto	196	1,9	4 885	46,5	5 216	49,6	-	-	-	-
Celorico de Basto	764	7,3	2 478	23,6	-	-	-	-	6 519	62,1	Celorico de Basto	344	3,0	1 476	13,0	3 059	27,0	5 395	47,7	610	5,4
Esposende	1 354	9,1	1 423	9,6	5 510	37,2	5 866	39,6	-	-	Esposende	505	3,2	976	6,2	6 048	38,1	7 577	47,7	355	2,2
Fafe	1 010	4,0	13 131	51,6	-	-	-	-	10 312	40,5	Fafe	1 477	5,7	13 010	50,5	9 054	35,2	1 405	5,5	-	-
Guimarães	10 110	14,4	31 093	44,2	-	-	-	-	26 718	38,0*	Guimarães	6 872	10,4	21 896	33,1	20 759	31,4	10 414	15,7	4 240	6,4**
Póvoa de Lanhoso	488	4,6	2 548	23,9	4 768	44,8	2 345	22,0	-	-	Póvoa de Lanhoso	415	3,7	3 008	26,9	5 711	51,0	1 614	14,4	-	-
Terras de Bouro	276	5,2	1 118	21,2	-	-	-	-	3 610	68,5	Terras de Bouro	193	3,4	384	6,8	549	9,7	4 097	72,7	233	4,1
Vieira do Minho	723	8,8	2 614	31,8	-	-	-	-	4 437	53,9	Vieira do Minho	580	7,4	2 448	31,3	4 392	56,2	-	-	-	***
Vila Nova de Famalicão	5 436	9,8	24 642	44,6	-	-	20 456	37,0	-	-	Vila Nova de Famalicão	3 342	5,6	27 339	45,8	20 058	33,6	5 346	9,0	2 256	3,8
Vila Verde	1 346	6,2	7 660	35,3	-	-	-	-	-	-	Vila Verde	600	2,6	4 667	20,2	6 993	30,2	9 581	41,4	445	1,9

* UD — União Democrática

* Faltam apurar 11 freguesias



1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

BRAGANÇA CÂMARA MUNICIPAL

Alfândega da Fé	381	8,9	637	14,8	1 966	45,8	1 028	24,0	000 000	00,1	Alfândega da Fé	346	8,8	868	22,6	1 957	49,7	598	15,2	-	-
Bragança	620	3,7	3 563	21,4	4 263	25,6	7 419	44,6	-	-	Bragança	1 302	8,2	2 012	12,7	3 831	24,1	7 416	46,7	616	3,9
Carrizada de Ansiães	165	3,1	1 064	20,1	-	-	-	-	3 795	71,7	Carrizada de Ansiães	155	3,0	1 021	19,6	-	-	2 841	54,7	944	18,2
Freixo de Espada à Cinta	297	9,6	1 113	35,9	-	-	-	-	1 483	47,9	Freixo de Espada à Cinta	214	7,2	1 273	42,8	1 353	45,4	-	-	-	-
Macedo de Cavaleiros	248	2,5	2 014	19,9	4 897	48,4	2 241	22,1	-	-	Macedo de Cavaleiros	264	2,7	2 115	21,3	3 973	40,9	3 175	32,4	-	-
Miranda do Douro	83	1,6	2 532	47,3	-	-	-	-	2 420	45,2	Miranda do Douro	71	1,4	2 369	46,4	2 460	47,8	-	-	-	-
Mirandela	1 121	8,0	2 349	16,7	5 729	40,7	4 193	29,8	-	-	Mirandela	781	5,9	1 617	12,2	5 948	44,9	3 486	26,3	935	7,6
Mogadouro	319	4,9	1 598	24,3	3 233	49,2	1 123	17,1	-	-	Mogadouro	157	2,6	1 792	30,4	2 312	39,2	1 363	23,1	-	-
Torre de Moncorvo	428	6,3	2 884	42,7	-	-	-	-	3 062	45,3	Torre de Moncorvo	254	3,8	3 673	55,4	2 348	35,4	-	-	-	-
Vila Flor	349	7,0	650	13,0	2 345	47,0	1 380	27,7	-	-	Vila Flor	233	4,6	1 697	33,2	2 119	41,5	933	18,3	-	-
Vimioso	51	1,3	1 498	37,1	777	19,2	-	-	-	-	Vimioso	53	1,3	1 859	45,3	917	22,3	1 062	25,9	-	-
Vinhais	113	1,4	1 136	14,0	1 732	21,3	4 697	57,8	-	-	Vinhais	122	1,5	126	1,5	3 303	39,7	4 455	53,6	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alfândega da Fé	401	9,3	698	16,3	1 857	43,3	1 008	23,5	-	-	Alfândega da Fé	376	9,6	862	21,9	1 865	47,4	649	16,5	-	-
Bragança	737	4,4	3 752	22,6	4 392	26,4	6 784	40,8	-	-	Bragança	1 211	7,6	2 521	15,9	4 223	26,6	6 374	40,1	692	4,4
Carrizada de Ansiães	182	3,4	1 091	20,6	-	-	-	-	3 730	70,5	Carrizada de Ansiães	200	3,9	1 073	20,6	2 755	53,0	-	-	910	17,5
Freixo de Espada à Cinta	341	11,0	1 097	35,4	-	-	-	-	1 445	46,7	Freixo de Espada à Cinta	263	8,8	1 185	39,8	1 356	45,5	-	-	-	-
Macedo de Cavaleiros	-	-	2 274	22,5	4 777	47,1	2 331	23,0	-	-	Macedo de Cavaleiros	314	3,2	2 157	21,8	3 979	40,2	2 987	30,1	-	-
Miranda do Douro	123	2,3	2 325	43,4	-	-	-	-	2 497	46,6	Miranda do Douro	90	1,8	2 254	43,8	2 524	49,1	-	-	-	-
Mirandela	1 149	8,2	2 502	17,8	5 588	39,7	4 125	29,3	-	-	Mirandela	844	6,4	1 704	12,9	5 731	43,3	3 476	26,2	968	7,3
Mogadouro	327	5,0	1 607	24,4	3 219	49,0	1 086	16,5	-	-	Mogadouro	199	3,4	1 698	28,7	2 452	41,5	1 270	21,5	-	-
Torre de Moncorvo	538	8,0	2 716	40,2	-	-	-	-	3 085	45,7	Torre de Moncorvo	359	5,4	3 412	51,4	2 461	37,9	-	-	-	-
Vila Flor	408	8,2	694	13,9	2 257	45,2	1 339	26,8	-	-	Vila Flor	366	7,2	1 496	29,6	2 117	41,8	953	18,8	-	-
Vimioso	56	1,4	1 453	36,0	812	20,1	-	-	-	-	Vimioso	91	2,2	1 833	44,6	954	23,2	979	23,8	-	-
Vinhais	-	-	1 269	15,6	1 817	22,4	4 518	55,6	-	-	Vinhais	163	2,0	182	2,2	3 163	38,6	4 468	53,8	-	-

* Falta apurar 1 freguesia

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

CASTELO BRANCO CÂMARA MUNICIPAL

Belmonte	1 239	32,1	854	22,1	-	-	-	-	1 510	39,1	Belmonte	149	3,8	733	18,8	1 137	29,2	-	-	1 676	44,1
Castelo Branco	3 358	11,3	7 180	24,2	-	-	-	-	16 647	56,2	Castelo Branco	2 065	7,2	4 000	13,9	15 515	53,8	1 321	4,6	4 759	16,5
Covilhã	6 125	19,1	14 062	43,9	-	-	-	-	9 608	30,0	Covilhã	8 065	27,1	6 327	21,3	9 344	31,4	-	-	4 355	14,7
Fundão	1 804	10,4	6 415	37,1	-	-	-	-	7 265	42,0	Fundão	1 372	8,3	4 240	25,6	6 637	40,0	-	-	2 833	17,1
Idanha-a-Nova	559	6,0	5 612	60,1	-	-	-	-	2 419	25,9	Idanha-a-Nova	498	5,6	6 200	69,4	1 679	18,8	-	-	-	-
Oleiros	111	2,1	-	-	3 433	63,9	1 516	28,2	-	-	Oleiros	93	1,9	398	8,1	4 170	85,1	-	-	-	-
Penamacor	149	2,8	2 415	45,7	-	-	-	-	2 115	40,1	Penamacor	104	2,0	2 591	48,6	1 444	27,1	660	12,4	239	4,5
Proença-a-Nova	118	1,8	803	12,6	1 086	17,0	4 009	62,8	-	-	Proença-a-Nova	65	1,0	1 067	16,1	5 249	79,3	-	-	-	-
Sertã	208	2,1	1 883	18,8	4 616	46,0	2 795	27,8	-	-	Sertã	160	1,5	882	8,4	7 481	71,3	1 577	15,0	-	-
Vila do Rei	48	1,9	356	13,9	-	-	-	-	1 939	75,7	Vila do Rei	33	1,2	128	4,7	1 037	37,8	1 456	53,0	-	-
Vila Velha de Ródão	453	14,7	1 466	47,5	-	-	-	-	1 018	33,0	Vila Velha de Ródão	272	8,3	1 380	42,1	1 220	37,2	-	-	308	9,4

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Belmonte	1 023	26,5	1 040	26,9	-	-	-	-	1 513	39,1	Belmonte	270	6,9	833	21,4	1 198	30,8	-	-	1 315	33,8
Castelo Branco	3 738	12,6	7 628	25,8	-	-	-	-	16 400	55,4	Castelo Branco	2 186	7,6	4 024	13,9	14 687	50,9	1 536	5,3	5 128	17,8
Covilhã	6 956	21,7	13 619	42,5	-	-	-	-	9 693	30,2	Covilhã	7 614	25,6	6 637	22,3	9 400	31,6	-	-	4 220	14,2
Fundão	2 052	11,9	6 498	37,6	-	-	-	-	7 321	42,4	Fundão	1 724	10,4	4 497	27,1	-	-	5 741	34,6	3 288	19,8
Idanha-a-Nova	620	6,6	5 414	58,0	-	-	-	-	2 529	27,1	Idanha-a-Nova	610	6,8	5 752	64,4	1 880	21,0	-	-	-	-
Oleiros	146	2,7	-	-	3 280	61,1	1 573	29,3	-	-	Oleiros	193	4,0	-	-	4 324	88,4	-	-	-	-
Penamacor	164	3,1	2 374	45,0	-	-	-	-	2 109	40,0	Penamacor	103	1,9	2 547	47,8	1 413	26,5	680	12,8	288	5,4
Proença-a-Nova	124	1,9	826	12,9	1 142	17,9	3 908	61,2	-	-	Proença-a-Nova	98	1,5	1 271	19,2	-	-	4 907	74,1	-	-
Sertã	205	2,0	1 826	18,2	4 602	45,9	2 810	28,0	-	-	Sertã	173	1,7	1 037	9,9	7 195	68,5	1 639	15,6	-	-
Vila do Rei	153	6,0	-	-	-	-	-	-	2 102	82,0	Vila do Rei	35	1,3	155	5,6	1 063	38,7	1 389	50,6	-	-
Vila Velha de Ródão	471	15,3	1 473	47,8	-	-	-	-	983	31,9	Vila Velha de Ródão	327	10,0	1 358	41,3	1 137	34,6	-	-	-	-

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

COIMBRA CÂMARA MUNICIPAL

Arganil	338	4,2	2 307	28,7	-	-	-	-	4 971	61,8	Arganil	215	2,6	3 213	39,1	4 409	53,7	-	-	-	-
Cantanhede	716	4,3	5 010	29,9	6 914	41,3	3 323	19,9	-	-	Cantanhede	790	4,7	4 569	27,2	7 423	44,1	3 374	20,1	-	-
Coimbra	11 188	15,3	34 015	46,5	-	-	-	-	24 334	33,3	Coimbra	11 058	17,4	20 766	32,7	23 758	37,4	-	-	5 142	8,1
Condeixa-a-Nova	895	12,9	2 931	42,3	-	-	-	-	2 627	37,9	Condeixa-a-Nova	1 013	15,0	3 065	45,4	2 398	35,5	-	-	-	-
Figueira da Foz	4 332	14,2	15 184	49,9	-	-	-	-	7 968	26,2	Figueira da Foz	3 414	11,5	11 094	37,5	8 230	27,8	1 326	4,5	4 060	13,7
Góis	87	2,5	1 509	42,7	1 421	40,2	340	9,6	-	-	Góis	48	1,3	2 142	57,8	1 355	36,6	-	-	-	-
Lousã	467	6,8	3 446	50,4	-	-	-	-	2 596	37,9	Lousã	403	5,9	3 889	57,2	1 808	26,6	429	6,3	-	-
Mira	126	2,0	1 995	31,7	2 526	40,2	1 409	22,4	-	-	Mira	100	1,5	1 645	24,9	2 596	39,4	2 060	31,2	-	-
Miranda do Corvo	312	5,4	2 095	36,3	-	-	-	-	3 054	53,0	Miranda do Corvo	258	4,8	1 452	27,0	3 460	64,5	-	-	-	-
Montemor-o-Velho	1 460	11,4	7 511	59,5	-	-	-	-	3 052	23,9	Montemor-o-Velho	1 143	9,6	4 575	38,5	3 008	25,3	768	6,5	1 880	15,8
Oliveira do Hospital	328	2,8	3 632	31,2	-	-	-	-	7 154	61,4	Oliveira do Hospital	222	2,0	3 301	30,1	5 875	53,6	-	-	1 097	10,0
Pampilhosa da Serra	236	6,3	-	-	2 100	55,8	446	11,8	-	-	Pampilhosa da Serra	156	4,4	461	12,9	2 772	77,7	-	-	-	-
Penacova	461	5,4	3 213	37,5	2 787	32,5	1 641	19,1	-	-	Penacova	603	7,4	2 822	34,9	3 137	38,8	1 251	15,5	-	-
Penela	123	3,0	1 271	30,6	2 440	58,8	68	1,6	-	-	Penela	144	3,6	1 135	28,3	2 584	64,5	-	-	-	-
Soure	985	8,9	7 226	65,0	1 869	17,8	413	3,7	-	-	Soure	950	9,0	5 848	55,5	3 017	28,6	192	1,8	-	-
Tábua	165	2,5	2 016	30,5	3 133	47,4	921	13,9	-	-	Tábua	149	2,3	1 881	28,8	3 160	48,4	1 120	17,1	-	-
Vila Nova de Poiares	84	2,3	1 211	32,7	2 268	61,2	-	-	-	-	Vila Nova de Poiares	78	2,2	978	27,3	2 254	62,9	87	2,4	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arganil	346	4,3	2 362	29,4	-	-	-	-	4 874	60,6	Arganil	256	3,1	3 393	41,3	-	-	4 068	49,5	-	-
Cantanhede	797	4,8	5 004	29,9	6 804	40,7	3 376	20,2	-	-	Cantanhede	847	5,0	4 653	27,6	7 361	43,8	3 220	19,1	-	-
Coimbra	12 782	17,5	31 640	43,3	-	-	-	-	24 958	34,2	Coimbra	12 410	19,5	21 801	34,3	-	-	18 621	29,3	6 934	10,9
Condeixa-a-Nova	1 004	14,5	2 972	42,9	-	-	-	-	2 589	37,4	Condeixa-a-Nova	1 173	17,4	2 818	41,8	2 464	36,5	-	-	-	-
Figueira da Foz	4 634	15,2	15 891	52,2	-	-	-	-	8 222	27,0	Figueira da Foz	3 805	12,9	10 226	34,6	8 244	27,9	1 418	4,8	4 318	14,6
Góis	102	2,9	1 541	43,4	1 302	36,7	387	10,9	-	-	Góis	75	2,0	2 110	57,0	1 355	36,6	-	-	-	-
Lousã	536	7,8	3 423	50,0	-	-	-	-	2 554	37,3	Lousã	505	7,4	3 621	53,2	1 923	28,3	439	6,4	-	-
Mira	220	3,5	2 355	37,4	3 284	52,2	-	-	-	-	Mira	170	2,6	1 911	29,0	2 640	40,1	1 642	24,9	-	-
Miranda do Corvo	355	6,2	2 230	38,7	-	-	-	-	2 872	49,8	Miranda do Corvo	326	6,0	1 726	32,0	3 096	57,5	-	-	-	-
Montemor-o-Velho	1 594	12,5	7 324	57,4	-	-	-	-	3 149	24,7	Montemor-o-Velho	1 282	10,8	4 336	36,5	3 058	25,7	753	6,3	1 902	16,0
Oliveira do Hospital	372	3,2	3 680	31,6	-	-	-	-	7 028	60,3	Oliveira do Hospital	282	2,6	3 598	32,8	-	-	5 098	46,5	1 344	12,3
Pampilhosa da Serra	227	6,0	-	-	2 057	54,6	458	12,2	-	-	Pampilhosa da Serra	175	4,9	468	13,1	2 708	75,9	-	-	-	-
Penacova	553	6,4	3 161	36,9	2 816	32,8	1 605	18,7	-	-	Penacova	654	8,0	2 730	33,7	3 335	41,2	1 061	13,1	-	-
Penela	139	3,4	1 286	31,0	2 478	51,8	-	-	-	-	Penela	156	3,9	1 170	29,1	2 529	63,0	-	-	-	-
Soure	1 091	9,8	6 926	62,4	1 954	17,6	448	4,0	-	-	Soure	1 083	10,3	5 758	54,7	2 194	27,5	210	2,0	-	-
Tábua	182	2,8	1 97																		



1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

ÉVORA CÂMARA MUNICIPAL

Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	AD N.º	AD %	Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	PRD N.º	PRD %
Alandroal	3 178	64,7	758	15,4	-	-	-	-	767	15,6	Alandroal	2 909	67,0	373	8,6	687	15,8	-	-	261	6,0
Arraiolos	3 814	67,4	1 350	23,9	-	-	-	-	-	-	Arraiolos	3 720	68,5	-	-	1 308	24,1	-	-	226	4,2
Borba	2 981	57,3	1 944	37,4	-	-	-	-	-	-	Borba	2 236	43,0	2 702	53,7	-	-	-	-	-	-
Estremoz	4 982	45,4	1 948	17,8	-	-	-	-	3 535	32,2	Estremoz	4 735	45,9	5 131	49,7	-	-	-	-	-	-
Évora	16 731	54,3	4 852	15,8	8 102	26,3	-	-	-	-	Évora	14 968	52,3	-	-	9 915	34,6	-	-	2 675	9,3
Montemor-o-Novo	8 481	62,8	2 534	18,8	2 110	15,6	-	-	-	-	Montemor-o-Novo	8 111	65,5	2 016	16,3	1 946	15,7	-	-	-	-
Mora	2 775	59,9	-	-	-	-	-	-	1 558	33,6	Mora	2 740	65,7	-	-	1 152	27,6	-	-	-	-
Mourão	704	35,1	686	34,2	521	26,0	-	-	-	-	Mourão	924	45,8	-	-	987	48,9	-	-	-	-
Portel	3 279	66,9	862	17,6	542	11,1	-	-	-	-	Portel	2 724	57,0	1 890	39,5	-	-	-	-	-	-
Redondo	2 221	48,9	1 133	25,0	-	-	-	-	1 014	22,3	Redondo	2 301	54,0	-	-	1 242	29,2	-	-	569	13,4
Reguengos de Monsaraz	2 204	31,5	3 583	51,2	-	-	-	-	952	13,6	Reguengos de Monsaraz	2 684	43,6	3 267	53,1	-	-	-	-	-	-
Vendas Novas	3 692	51,5	1 203	16,8	-	-	-	-	2 109	29,4	Vendas Novas	4 178	55,6	3 086	41,0	-	-	-	-	-	-
Viana do Alentejo	2 397	61,0	851	21,7	485	12,3	-	-	-	-	Viana do Alentejo	2 324	64,5	1 116	31,0	-	-	-	-	-	-
Vila Viçosa	2 888	56,1	1 260	24,5	817	15,9	-	-	-	-	Vila Viçosa	2 631	50,2	-	-	2 133	41,0	-	-	263	5,0

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	AD N.º	AD %	Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	PRD N.º	PRD %
Alandroal	3 136	63,8	780	15,9	-	-	-	-	780	15,9	Alandroal	2 830	65,2	398	9,2	703	16,2	-	-	289	6,7
Arraiolos	3 765	66,6	1 373	24,3	-	-	-	-	-	-	Arraiolos	3 759	69,2	-	-	1 463	26,9	-	-	-	-
Borba	2 923	56,2	1 974	37,9	-	-	-	-	-	-	Borba	2 303	44,3	2 706	52,0	-	-	-	-	-	-
Estremoz	4 942	45,0	1 945	17,7	-	-	-	-	3 582	32,6	Estremoz	4 723	45,8	-	-	5 187	50,2	-	-	-	-
Évora	16 487	53,5	5 023	16,3	8 148	26,5	-	-	-	-	Évora	14 345	50,1	9 680	33,8	-	-	-	-	3 220	11,2
Montemor-o-Novo	8 422	62,4	2 497	18,5	2 178	16,1	-	-	-	-	Montemor-o-Novo	8 079	65,1	2 032	16,4	2 007	16,2	-	-	-	-
Mora	2 779	60,0	-	-	-	-	-	-	1 549	33,4	Mora	2 688	64,5	-	-	1 181	28,3	-	-	-	-
Mourão	708	35,2	684	34,0	521	25,9	-	-	-	-	Mourão	886	43,9	1 008	49,9	-	-	-	-	-	-
Portel	3 252	66,3	880	17,9	550	11,2	-	-	-	-	Portel	2 760	57,3	1 845	38,6	-	-	-	-	-	-
Redondo	2 203	48,5	1 138	25,1	-	-	-	-	1 024	22,6	Redondo	2 241	52,6	1 128	26,5	-	-	-	-	727	17,1
Reguengos de Monsaraz	2 231	31,9	3 408	48,7	-	-	-	-	1 073	15,3	Reguengos de Monsaraz	2 711	44,1	3 230	52,5	-	-	-	-	-	-
Vendas Novas	3 671	51,2	1 235	17,2	-	-	-	-	2 081	29,0	Vendas Novas	4 131	55,0	-	-	3 153	42,0	-	-	-	-
Viana do Alentejo	2 380	61,0	847	21,5	-	-	-	-	507	13,0	Viana do Alentejo	2 267	62,9	1 152	32,0	-	-	-	-	-	-
Vila Viçosa	2 787	54,1	1 278	24,8	863	16,8	-	-	-	-	Vila Viçosa	2 522	48,4	2 033	39,0	-	-	-	-	445	8,5

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

FARO CÂMARA MUNICIPAL

Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	AD N.º	AD %	Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	PRD N.º	PRD %
Albufeira	1 032	12,0	3 546	41,2	3 245	37,7	466	5,4	-	-	Albufeira	775	10,0	3 207	41,2	2 937	37,7	-	-	681	8,8
Alcoutim	426	13,5	1 645	52,1	840	26,6	-	-	-	-	Alcoutim	322	10,5	1 630	52,9	959	31,1	-	-	-	-
Aljezur	700	20,3	1 818	52,7	764	22,2	-	-	-	-	Aljezur	816	24,1	1 722	50,9	398	11,8	-	-	308	9,1
Castro Marim	398	10,1	2 273	57,9	888	22,6	-	-	-	-	Castro Marim	229	5,6	1 636	42,7	1 213	31,7	-	-	566	14,8
Faro	6 155	24,9	8 226	33,3	-	-	-	-	9 227	37,3	Faro	4 846	22,5	4 620	21,4	9 531	44,2	-	-	1 793	8,3
Lagoa	1 544	18,0	3 964	46,2	1 877	22,0	810	9,4	-	-	Lagoa	1 222	14,8	2 149	26,1	3 318	40,3	-	-	1 294	15,7
Lagos	2 484	21,3	5 119	44,1	-	-	-	-	3 360	28,9	Lagos	1 795	16,3	3 598	32,8	2 218	20,2	349	3,2	2 672	24,3
Loulé	3 187	13,6	6 986	29,7	10 310	43,8	1 738	7,4	-	-	Loulé	1 591	7,4	5 292	24,7	11 218	52,3	863	4,0	1 721	8,0
Monchique	410	6,8	2 693	44,7	2 064	34,2	645	10,7	-	-	Monchique	142	2,4	3 937	67,0	1 672	28,4	-	-	-	-
Olhão	3 195	19,0	6 346	37,7	-	-	-	-	3 648	21,7	Olhão	2 846	18,4	6 806	44,0	4 563	29,5	-	-	851	5,5
Portimão	3 427	17,3	10 947	55,3	-	-	-	-	4 487	22,7	Portimão	2 095	11,1	9 768	52,0	4 408	23,5	-	-	1 798	9,6
S. Brás de Alportel	967	23,1	1 385	33,1	1 663	39,7	-	-	-	-	S. Brás de Alportel	657	16,1	897	22,0	2 393	58,6	-	-	-	-
Silves	5 381	29,3	6 951	37,8	5 045	27,5	-	-	-	-	Silves	7 064	42,6	3 189	19,3	5 141	31,0	520	3,1	-	-
Tavira	1 442	11,3	6 256	48,8	2 340	18,3	1 937	15,1	-	-	Tavira	1 063	8,7	5 864	47,8	4 131	33,7	-	-	716	5,8
Vila do Bispo	1 433	45,2	1 256	39,7	286	9,0	-	-	-	-	Vila do Bispo	1 124	35,8	1 009	32,1	844	26,9	-	-	-	-
V. Real de Santo António	4 416	46,5	2 492	26,2	1 812	19,1	318	3,3	-	-	V. Real de Santo António	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	AD N.º	AD %	Município	APU N.º	APU %	PS N.º	PS %	PSD N.º	PSD %	CDS N.º	CDS %	PRD N.º	PRD %
Albufeira	1 063	12,3	3 458	40,2	3 222	37,4	517	6,0	-	-	Albufeira	812	10,4	2 991	38,4	3 074	39,5	-	-	724	9,3
Alcoutim	471	14,9	1 477	46,8	953	30,2	-	-	-	-	Alcoutim	377	12,2	1 543	50,1	990	32,1	-	-	-	-
Aljezur	745	21,6	1 746	50,6	778	22,6	-	-	-	-	Aljezur	804	23,8	1 674	49,5	429	12,7	-	-	321	9,5
Castro Marim	420	10,7	2 206	56,2	898	22,9	-	-	-	-	Castro Marim	298	7,8	1 558	40,7	1 202	31,4	-	-	566	14,8
Faro	5 966	24,1	8 502	34,4	-	-	-	-	9 144	37,0	Faro	4 928	22,8	4 451	20,6	9 460	43,8	-	-	1 918	8,9
Lagoa	1 561	18,2	3 918	45,7	1 858	21,6	859	10,0	-	-	Lagoa	1 256	15,3	2 089	25,4	3 204	38,9	-	-	1 409	17,1
Lagos	2 584	22,2	5 046	43,4	-	-	-	-	3 289	28,3	Lagos	1 961	17,9	3 373	30,7	2 394	21,8	349	3,2	2 525	23,0
Loulé	3 141	13,3	7 165	30,5	9 986	42,4	1 832	8,8	-	-	Loulé	1 703	7,9	5 028	23,4	11 246	52,4	864	4,0	1 796	8,4
Monchique	515	8,5	2 576	42,7	2 037	33,8	641	10,6	-	-	Monchique	217	3,7	3 762	64,0	1 730	29,4	-	-	-	-
Olhão	3 381	20,1	6 223	37,0	-	-	-	-	3 586	21,3	Olhão	3 053	19,7	6 403	41,4	4 687	30,3	-	-	927	6,0
Portimão	3 619	18,3	10 359	52,3	-	-	-	-	4 805	24,3	Portimão	2 327	12,4	8 882	47,2	4 797	25,5	-	-	1 966	10,5
S. Brás de Alportel	964	23,0	1 384	33,1	1 661	39,7	-	-	-	-	S. Brás de Alportel	697	17,1	938	23,0	2 305	56,5	-	-	-	-
Silves	5 442	29,6	6 822	37,1	5 062	27,5	-	-	-	-	Silves	7 447	45,0	-	-	6 701	40,5	1 000	6,0	-	-
Tavira	1 478	11,5	6 154	48,0	2 450	19,1	1 850	14,4	-	-	Tavira	1 145	9,3	5 493	44,7	4 177	34,0	-	-	864	7,0
Vila do Bispo	1 381	43,8	1 160	36,																	

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

GUARDA CÂMARA MUNICIPAL

Aguiar da Beira	67	1,6	137	3,3	1 227	29,6	2 491	60,0	-	-	Aguiar da Beira	48	1,2	489	11,7	1 246	29,7	2 046	48,8	164	3,9
Almeida	204	3,6	1 073	18,7	-	-	-	-	4 176	72,9	Almeida	308	5,8	801	13,2	2 687	44,3	2 059	34,0	-	-
Celorico da Beira	137	2,4	1 188	21,2	2 199	39,2	1 778	31,7	-	-	Celorico da Beira	106	2,1	-	-	2 912	58,2	1 801	36,0	-	-
Fig. de Castelo Rodrigo	131	2,6	1 463	29,3	1 955	39,1	1 135	22,7	-	-	Fig. de Castelo Rodrigo	91	2,3	366	8,2	2 625	58,4	1 244	27,7	-	-
Fornos de Algodres	92	2,4	483	12,6	1 247	55,9	936	24,4	-	-	Fornos de Algodres	106	2,5	-	-	1 978	47,7	1 903	45,8	-	-
Gouveia	843	7,9	4 360	40,8	3 565	33,3	1 196	11,2	-	-	Gouveia	433	4,3	4 847	48,0	3 026	29,9	762	7,5	585	5,8
Guarda	938	4,2	12 966	57,3	-	-	-	-	7 418	32,8	Guarda	616	3,9	8 174	52,2	5 010	32,0	-	-	1 087	6,9
Manteigas	257	10,6	1 149	47,5	-	-	-	-	920	38,0	Manteigas	212	7,9	1 954	72,4	-	-	457	16,9	-	-
Meda	86	1,8	1 571	33,1	966	20,3	1 834	38,6	-	-	Meda	23	1,2	-	-	764	39,6	642	33,3	386	20,0
Pinhel	836	11,5	1 089	15,0	2 066	28,4	2 768	38,0	-	-	Pinhel	564	9,7	864	14,8	2 095	36,0	1 555	26,7	516	8,9
Sabugal	242	2,3	1 891	17,8	4 153	39,0	3 601	33,9	-	-	Sabugal	214	2,8	2 553	24,8	3 124	30,4	3 794	36,9	-	-
Seia	888	5,5	9 135	56,4	-	-	-	-	5 447	33,6	Seia	1 142	7,4	7 871	51,9	5 426	35,2	-	-	440	2,9
Trancoso	216	3,1	795	11,3	3 104	44,1	2 445	34,7	-	-	Trancoso	202	2,9	515	7,5	3 045	44,4	1 536	22,4	1 225	17,8
Vila Nova de Foz Côa	584	9,6	1 514	24,9	2 265	37,2	1 365	22,4	-	-	Vila Nova de Foz Côa	244	4,3	1 301	22,9	2 481	43,6	1 395	24,5	-	-

Faltam apurar 29 freguesias

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Aguiar da Beira	72	1,7	-	-	1 354	32,6	2 487	59,9	-	-	Aguiar da Beira	47	1,1	456	10,9	1 350	32,2	1 944	46,4	161	3,8
Almeida	221	3,9	1 133	19,8	-	-	-	-	4 106	71,7	Almeida	310	5,1	907	15,0	2 540	41,9	2 031	33,5	-	-
Celorico da Beira	449	8,0	1 236	22,0	2 056	36,6	1 531	27,3	-	-	Celorico da Beira	220	4,4	1 447	28,9	3 054	61,3	-	-	-	-
Fig. de Castelo Rodrigo	155	3,1	1 413	28,3	1 941	38,8	1 151	23,0	-	-	Fig. de Castelo Rodrigo	125	2,8	455	10,1	2 539	56,5	1 182	26,3	-	-
Fornos de Algodres	116	3,0	554	14,4	2 127	55,4	846	22,0	-	-	Fornos de Algodres	154	3,7	670	16,1	1 637	39,4	1 529	36,8	-	-
Gouveia	913	8,5	4 203	39,3	3 364	31,5	1 398	13,1	-	-	Gouveia	608	6,2	4 622	45,7	3 028	30,0	862	8,5	479	4,7
Guarda	1 196	5,3	12 444	55,0	-	-	-	-	7 873	34,8	Guarda	784	5,0	7 983	60,0	-	-	4 825	30,8	1 324	8,5
Manteigas	331	13,7	1 104	45,6	-	-	-	-	894	37,0	Manteigas	300	11,1	1 730	64,1	586	21,7	-	-	-	-
Meda	96	2,0	1 491	31,4	956	20,1	1 902	40,0	-	-	Meda	29	1,5	663	34,4	-	-	722	37,4	371	19,2
Pinhel	756	10,4	1 138	15,7	2 055	28,3	2 763	38,0	-	-	Pinhel	493	8,5	938	16,1	2 162	37,2	1 484	25,5	444	7,6
Sabugal	290	2,7	1 965	18,5	3 917	36,9	3 571	33,6	-	-	Sabugal	251	2,4	2 448	23,8	3 190	31,2	3 693	35,9	-	-
Seia	1 208	7,5	8 360	51,6	-	-	-	-	5 807	35,8	Seia	1 306	8,5	7 373	47,9	-	-	5 428	35,2	650	4,2
Trancoso	250	3,5	823	11,7	3 096	43,9	2 383	33,8	-	-	Trancoso	244	3,6	612	8,9	3 072	44,8	1 562	22,8	993	14,5
Vila Nova de Foz Côa	573	9,4	1 491	24,5	2 220	36,4	1 405	23,1	-	-	Vila Nova de Foz Côa	339	6,0	1 181	20,8	2 496	43,9	1 355	23,8	-	-

Faltam apurar 29 freguesias



1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

LEIRIA CÂMARA MUNICIPAL

Alcobaça	2 024	7,6	10 775	40,3	-	-	-	13 101	49,0	Alcobaça	1 992	8,3	5 477	22,7	15 626	64,9	-	-	-	-	
Alvaiázere	92	1,6	375	6,5	1 607	27,9	3 451	59,9	-	-	Alvaiázere	76	1,3	-	-	3 227	54,8	2 385	40,5	-	-
Ansião	411	5,4	1 682	22,2	-	-	-	-	5 230	69,9	Ansião	287	3,9	1 393	18,7	4 837	64,8	711	9,5	-	-
Batalha	139	2,2	1 171	18,3	3 373	52,8	1 019	15,9	-	-	Batalha	118	1,8	1 016	15,5	3 971	60,5	1 233	18,8	-	-
Bombarral	1 273	17,9	978	13,7	1 465	20,6	3 108	43,7	-	-	Bombarral	984	15,2	822	12,7	1 820	28,6	2 350	36,2	315	4,9
Caldas da Rainha	2 132	10,7	4 000	20,1	5 771	29,1	7 195	36,2	-	-	Caldas da Rainha	1 363	7,4	2 951	16,0	8 571	46,4	2 377	12,9	2 622	14,2
Castanheira de Pêra	70	2,5	1 807	64,3	818	29,1	-	-	-	-	Castanheira de Pêra	31	1,7	1 956	67,5	527	18,2	-	-	306	10,6
Figueiró dos Vinhos	62	1,2	1 223	24,0	2 964	58,2	665	3,0	-	-	Figueiró dos Vinhos	61	1,2	1 496	29,1	3 056	59,5	347	6,8	-	-
Leiria	3 375	7,5	9 281	20,6	13 947	31,0	16 765	37,2	-	-	Leiria	2 507	5,7	4 695	10,6	13 701	30,9	19 950	45,0	2 024	4,6
Marinha Grande	7 794	47,9	4 598	28,3	2 440	15,0	543	3,3	-	-	Marinha Grande	7 945	52,0	5 302	34,7	-	-	-	-	1 220	8,0
Nazaré	1 120	17,1	3 084	47,1	-	-	-	-	2 041	31,1	Nazaré	531	7,5	3 062	43,7	2 475	34,8	-	-	785	11,4
Óbidos	423	8,4	2 652	52,7	-	-	-	-	1 650	32,8	Óbidos	340	7,2	2 717	57,2	1 532	32,2	-	-	-	-
Pedrógão Grande	48	1,6	650	21,2	1 743	56,9	521	17,0	-	-	Pedrógão Grande	41	1,4	523	18,3	1 861	65,2	160	5,6	167	5,9
Peniche	3 452	26,4	4 727	36,1	4 464	34,1	-	-	-	-	Peniche	3 743	23,5	2 080	18,6	4 359	39,0	594	5,3	-	-
Pombal	636	3,0	7 639	36,0	7 435	35,0	4 622	21,8	-	-	Pombal	406	1,8	11 377	51,2	7 819	35,2	1 847	8,3	-	-
Porto de Mós	1 272	12,1	2 267	21,6	-	-	-	-	6 414	61,8	Porto de Mós	857	8,2	1 160	11,3	4 962	47,2	3 059	29,8	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alcobaça	2 209	8,3	10 176	38,0	-	-	-	13 366	49,9	Alcobaça	2 185	9,7	6 865	28,5	-	-	13 642	56,7	-	-	
Alvaiázere	127	2,2	275	4,5	1 808	31,4	3 321	57,6	-	-	Alvaiázere	70	1,2	231	3,9	3 132	53,2	2 225	37,8	-	-
Ansião	351	4,6	1 706	22,5	-	-	-	-	5 258	69,2	Ansião	299	4,1	1 494	20,2	5 381	72,1	-	-	-	-
Batalha	145	2,2	1 182	18,3	3 248	50,3	1 153	17,9	-	-	Batalha	138	2,1	1 065	16,2	3 935	60,0	1 201	18,3	-	-
Bombarral	1 183	16,6	1 274	17,9	1 583	22,3	2 728	38,4	-	-	Bombarral	978	15,7	910	14,3	2 037	31,4	1 985	30,6	336	5,2
Caldas da Rainha	2 252	11,3	4 406	22,2	6 073	30,6	6 034	30,4	-	-	Caldas da Rainha	1 475	8,0	2 930	15,9	8 688	47,5	2 392	13,0	2 335	12,7
Castanheira de Pêra	94	3,3	1 768	62,8	825	29,3	-	-	-	-	Castanheira de Pêra	44	1,5	1 757	60,6	601	20,7	-	-	406	14,1
Figueiró dos Vinhos	87	1,7	1 184	23,2	2 944	57,7	680	13,3	-	-	Figueiró dos Vinhos	72	1,4	1 428	27,8	3 056	59,5	390	7,6	-	-
Leiria	3 505	7,8	9 457	21,0	14 700	32,6	15 665	34,8	-	-	Leiria	2 659	6,0	5 315	12,0	15 765	35,6	16 676	37,6	2 307	5,2
Marinha Grande	7 632	46,9	4 628	28,4	2 494	15,3	581	3,6	-	-	Marinha Grande	7 857	51,4	-	-	5 034	32,9	-	-	1 374	9,0
Nazaré	1 118	17,1	3 117	47,6	-	-	-	-	2 039	31,1	Nazaré	608	8,5	2 976	41,7	2 519	35,4	-	-	731	10,3
Óbidos	469	9,3	2 556	50,7	-	-	-	-	1 711	34,0	Óbidos	402	8,5	2 503	52,7	1 645	34,6	-	-	-	-
Pedrógão Grande	65	2,1	629	20,5	1 705	55,7	559	18,3	-	-	Pedrógão Grande	41	1,4	545	19,8	1 811	63,4	175	6,1	161	5,6
Peniche	3 408	26,0	4 767	36,4	4 463	34,1	-	-	-	-	Peniche	3 481	31,1	2 290	20,5	4 333	38,8	642	5,7	-	-
Pombal	730	3,4	7 189	33,8	7 72																

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

LISBOA CÂMARA MUNICIPAL

Alenquer	5 231	26,3	10 362	52,2	-	-	-	-	3 498	17,6	Alenquer	4 472	24,2	9 676	52,3	3 055	16,5	501	2,7	-	-
Amadora	34 966	41,0	23 768	27,9	-	-	-	-	22 949	26,9	Amadora	37 432	47,7	29 178	37,2	-	-	8 341	10,6	-	-
Arruda dos Vinhos	753	17,1	2 271	51,4	-	-	-	-	1 131	25,6	Arruda dos Vinhos	802	18,8	1 901	44,6	907	21,2	350	8,2	-	-
Azambuja	4 275	38,2	3 871	34,6	2 049	18,3	-	-	-	-	Azambuja	4 068	40,4	4 875	48,4	-	-	-	-	-	-
Cadaval	662	8,3	3 072	38,7	-	-	-	-	3 803	47,9	Cadaval	602	9,0	1 753	26,1	3 156	47,0	867	12,9	-	-
Cascais	19 772	25,7	14 738	19,2	22 909	29,8	15 645	20,3	-	-	Cascais	15 639	23,5	8 572	12,9	27 711	41,7	6 954	10,5	4 768	7,2
Lisboa	127 384	26,6	129 499	27,0	-	-	-	-	198 274	41,3	Lisboa	109 013	27,5	71 275	18,0	177 439	44,8	-	-	-	-
Loures	64 728	44,3	41 529	28,4	-	-	-	-	34 023	23,3	Loures	61 729	47,1	52 296	39,9	-	-	-	-	9 760	7,5
Lourinhã	336	3,0	5 721	50,4	-	-	-	-	4 841	42,6	Lourinhã	301	2,7	7 213	63,2	2 897	25,4	625	5,5	-	-
Mafra	3 385	15,1	7 596	33,9	-	-	-	-	9 619	42,9	Mafra	3 202	16,0	4 395	21,9	7 734	38,5	2 514	12,5	1 186	6,0
Oeiras	23 340	29,7	20 959	26,8	-	-	-	-	31 083	39,7	Oeiras	17 807	27,5	10 335	15,7	29 215	44,4	-	-	6 281	9,5
Sintra	35 949	31,7	34 792	30,7	-	-	-	-	37 362	32,9	Sintra	31 469	31,5	21 387	21,4	32 181	22,3	-	-	10 433	10,5
Sobral de Monte Agraço	2 356	54,7	908	21,1	-	-	-	-	693	16,1	Sobral de Monte Agraço	2 909	71,0	959	23,4	-	-	-	-	-	-
Torres Vedras	6 464	19,1	15 017	44,3	-	-	-	-	11 110	32,8	Torres Vedras	6 292	19,5	13 095	40,5	9 332	28,9	1 162	3,6	948	2,9
Vila Franca de Xira	21 060	44,9	15 693	33,4	-	-	-	-	8 611	18,3	Vila Franca de Xira	21 895	49,7	17 046	38,7	-	-	3 377	7,7	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alenquer	5 505	27,7	9 692	48,8	-	-	-	-	3 934	19,8	Alenquer	4 875	26,4	8 708	47,2	3 691	20,0	626	3,4	-	-
Amadora	34 844	40,9	23 952	28,1	-	-	-	-	22 615	26,5	Amadora	34 934	44,5	-	-	30 356	38,6	3 596	4,6	5 788	7,4
Arruda dos Vinhos	825	18,7	2 304	55,2	-	-	-	-	1 123	25,4	Arruda dos Vinhos	773	18,1	1 873	44,0	833	19,5	412	9,7	192	4,5
Azambuja	4 338	38,8	4 044	36,2	1 939	17,4	-	-	-	-	Azambuja	4 254	42,2	-	-	4 403	43,7	-	-	-	-
Cadaval	691	8,7	3 079	38,8	-	-	-	-	3 762	47,4	Cadaval	647	9,7	1 768	26,4	3 051	45,5	876	13,7	-	-
Cascais	19 722	25,7	15 734	20,5	22 093	28,7	15 233	19,8	-	-	Cascais	15 657	23,5	8 928	13,4	27 339	41,1	7 329	11,2	4 963	7,5
Lisboa	127 010	26,5	132 535	27,6	-	-	-	-	197 754	41,2	Lisboa	115 139	29,5	84 218	21,3	-	-	162 826	41,8	-	-
Loures	63 844	43,8	41 992	28,8	-	-	-	-	34 164	23,4	Loures	61 830	47,2	-	-	49 825	38,0	3 556	2,7	9 846	7,5
Lourinhã	438	3,9	5 478	48,3	-	-	-	-	4 961	43,7	Lourinhã	377	3,3	6 608	57,9	3 247	28,5	774	6,8	-	-
Mafra	3 435	15,3	8 184	36,5	-	-	-	-	9 665	43,1	Mafra	3 209	16,0	4 948	24,6	7 563	37,6	2 121	10,6	1 326	6,6
Oeiras	22 943	29,4	21 244	27,2	-	-	-	-	31 010	39,7	Oeiras	18 012	27,4	11 832	18,0	-	-	26 054	39,6	7 414	11,3
Sintra	35 790	31,5	34 867	30,7	-	-	-	-	37 240	32,8	Sintra	31 666	31,8	24 030	24,1	-	-	26 316	26,4	12 540	12,6
Sobral de Monte Agraço	2 387	55,4	965	22,4	-	-	-	-	737	17,1	Sobral de Monte Agraço	2 796	68,2	-	-	1 073	26,2	-	-	-	-
Torres Vedras	6 685	19,7	14 333	42,3	-	-	-	-	11 476	33,9	Torres Vedras	6 262	19,4	12 737	39,4	9 696	30,0	1 396	4,3	1 322	4,9
Vila Franca de Xira	21 016	44,8	15 605	33,2	-	-	-	-	8 692	18,5	Vila Franca de Xira	22 936	52,1	-	-	17 683	40,1	1 503	3,4	-	-



1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

PORTALEGRE CÂMARA MUNICIPAL

Alter do Chão	971	30,1	1 077	33,4	-	-	-	-	996	30,9	Alter do Chão	1 024	32,3	1 129	35,7	748	23,6	-	-	137	4,3
Arronches	381	14,4	1 490	56,4	-	-	-	-	670	25,4	Arronches	477	18,5	1 117	43,2	931	36,3	-	-	-	-
Avis	2 574	62,0	757	18,2	-	-	-	-	723	17,4	Avis	2 742	67,5	499	12,3	677	16,7	-	-	-	-
Campo Maior	1 928	36,7	2 795	53,3	384	7,3	-	-	-	-	Campo Maior	1 866	35,7	2 847	54,5	388	7,4	-	-	-	-
Castelo de Vide	361	13,9	1 696	65,2	-	-	-	-	362	13,9	Castelo de Vide	434	17,1	1 950	76,8	-	-	-	-	-	-
Crato	1 444	43,0	1 649	49,0	-	-	-	-	-	-	Crato	1 502	44,3	1 685	49,7	-	-	-	-	-	-
Elvas	3 922	30,5	2 707	21,0	-	-	-	-	3 839	29,8*	Elvas	2 766	22,7	2 420	19,3	5 846	46,6	-	-	1 173	9,4
Fronteira	480	16,6	1 666	57,6	621	21,5	-	-	-	-	Fronteira	681	22,6	917	30,5	1 329	44,2	-	-	-	-
Gavião	624	15,8	2 143	54,3	-	-	-	-	958	24,3	Gavião	474	12,2	2 259	58,3	395	10,1	-	-	571	14,7
Marvão	256	8,7	1 449	49,2	-	-	-	-	1 109	37,6	Marvão	194	6,8	706	24,8	1 651	58,3	-	-	183	6,4
Monforte	415	15,6	1 280	48,3	-	-	-	-	819	30,9	Monforte	473	18,7	1 210	47,8	-	-	-	-	747	29,5
Niza	2 524	35,9	2 202	31,4	-	-	-	-	1 855	26,4	Niza	3 468	49,5	2 670	38,7	-	-	-	-	489	7,0
Ponte de Sor	6 324	59,8	1 335	12,6	2 506	23,7	-	-	-	-	Ponte de Sor	6 526	58,3	-	-	4 346	38,8	-	-	-	-
Portalegre	2 369	14,3	7 457	44,9	-	-	-	-	6 222	37,5	Portalegre	1 611	9,9	6 753	41,5	6 108	37,5	394	2,4	1 051	6,5
Sousel	1 738	35,8	316	6,5	2 556	52,7	88	1,8	-	-	Sousel	1 538	33,5	289	6,3	2 627	57,2	-	-	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alter do Chão	964	29,9	1 066	33,0	-	-	-	-	1 011	31,3	Alter do Chão	1 045	33,0	1 108	35,0	851	26,9	-	-	-	-
Arronches	422	16,0	1 450	54,9	-	-	-	-	668	25,3	Arronches	525	20,3	1 072	41,5	914	35,4	-	-	-	-
Avis	2 506	60,3	806	19,4	-	-	-	-	731	17,6	Avis	2 644	65,1	539	13,3	716	17,6	-	-	-	-
Campo Maior	1 955	37,3	2 663	50,8	486	9,3	-	-	-	-	Campo Maior	1 951	37,3	2 591	49,6	543	10,4	-	-	-	-
Castelo de Vide	374	14,4	1 628	62,6	407	15,7	-	-	-	-	Castelo de Vide	463	18,2	1 903	75,0	-	-	-	-	-	-
Crato	1 393	41,4	1 676	49,9	-	-	-	-	-	-	Crato	1 460	43,4	1 703	50,5	-	-	-	-	-	-
Elvas	3 831	29,7	2 968	23,0	-	-	-	-	3 957	30,7*	Elvas	2 907	23,2	3 390	27,5	-	-	4 113	32,8	1 635	13,4
Fronteira	525	18,2	1 605	55,6	633	21,9	-	-	-	-	Fronteira	722	24,0	898	29,8	1 282	42,6	-	-	-	-
Gavião	662	16,8	2 100	53,2	-	-	-	-	963	24,4	Gavião	548	14,1	2 088	53,9	430	11,1	-	-	595	15,4
Marvão	270	9,2	1 456	49,4	-	-	-	-	1 090	37,0	Marvão	223									



1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

PORTO CÂMARA MUNICIPAL

Amarante	1 781	7,2	8 928	36,0	10 281	41,4	2 416	9,7	-	-	Amarante	1 579	6,3	7 876	31,6	11 279	45,3	3 093	12,4	-	-	
Baião	446	3,7	6 765	55,6	-	-	-	-	4 422	36,3	Baião	639	5,1	6 609	52,8	4 476	35,8	-	-	-	332	2,6
Felgueiras	1 121	4,8	13 328	58,0	-	-	-	-	7 694	33,5	Felgueiras	1 216	5,0	12 047	49,8	5 415	22,4	3 499	14,5	1 293	5,3	
Gondomar	14 349	20,7	26 522	38,3	21 741	31,4	4 669	6,7	-	-	Gondomar	11 923	18,8	23 036	36,2	20 277	31,9	2 576	4,0	3 786	6,0	
Lousada	1 322	7,7	7 127	41,3	-	-	-	-	8 218	47,6	Lousada	1 053	6,0	6 338	36,2	9 520	54,3	-	-	-	-	-
Maia	5 908	14,1	15 700	37,5	-	-	-	-	18 548	44,3	Maia	3 897	9,5	8 142	19,8	24 864	60,5	-	-	-	2 843	6,9
Marco de Canaveses	1 430	6,8	6 227	29,8	6 248	29,9	6 400	30,6	-	-	Marco de Canaveses	1 017	4,3	3 557	15,2	4 712	20,1	13 480	57,5	-	-	
Matosinhos	10 693	14,7	39 516	54,2	12 345	16,9	8 577	11,8	-	-	Matosinhos	8 003	11,9	31 620	46,9	18 706	27,7	2 846	4,2	4 499	6,7	
Paços de Ferreira	1 245	6,2	2 374	11,8	9 663	48,1	6 341	31,6	-	-	Paços de Ferreira	1 321	6,9	2 747	14,3	11 736	61,1	3 019	15,7	-	-	
Paredes	2 155	6,9	7 808	25,3	6 388	20,7	13 588	44,0	-	-	Paredes	1 706	5,2	6 433	19,7	8 829	27,1	14 811	45,4	-	-	
Penafiel	2 871	9,4	13 221	43,5	-	-	-	-	12 652	41,6	Penafiel	2 181	6,7	16 260	50,2	10 314	31,8	2 807	8,7	0	0,0	
Porto	37 275	19,5	65 881	34,5	-	-	-	-	81 475	42,6	Porto	29 524	18,1	43 682	26,8	68 824	36,1	13 665	8,4	12 089	7,4	
Póvoa do Varzim	2 946	11,0	5 752	21,5	7 596	28,4	9 571	35,8	-	-	Póvoa do Varzim	1 852	7,0	3 239	12,1	6 488	24,2	14 494	54,0	-	-	
Santo Tirso	4 754	9,4	21 800	43,3	13 013	25,8	8 224	16,3	-	-	Santo Tirso	3 269	6,6	22 153	44,4	20 094	40,3	-	-	3 256	6,5	
Valongo	5 878	19,0	13 077	42,4	7 720	25,0	3 140	10,2	-	-	Valongo	3 458	11,6	12 451	41,7	9 649	32,3	1 565	5,2	1 863	6,2	
Vila do Conde	3 132	9,7	17 402	54,1	-	-	-	-	10 382	32,3	Vila do Conde	1 884	5,7	19 420	58,7	8 813	26,7	2 130	6,4	-	-	
Vila Nova de Gaia	20 584	17,0	51 138	42,3	32 535	26,9	11 809	9,8	-	-	Vila Nova de Gaia	*14 613	14,9	31 174	31,7	33 144	33,7	6 897	7,0	9 220	9,4	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Amarante	1 885	7,6	9 028	36,4	10 191	41,0	2 236	9,0	-	-	Amarante	1 688	6,8	7 884	31,7	11 128	44,7	2 985	12,0	-	-	
Baião	657	5,4	6 627	54,4	-	-	-	-	4 247	34,9	Baião	827	6,6	6 270	50,1	4 449	35,5	-	-	-	431	3,4
Felgueiras	1 367	6,0	12 707	55,3	-	-	-	-	8 012	34,8	Felgueiras	1 373	5,7	11 239	46,5	5 844	24,2	3 563	14,7	1 430	5,9	
Gondomar	14 907	21,6	25 981	37,6	21 058	30,4	4 789	6,9	-	-	Gondomar	12 912	20,3	20 597	32,4	20 822	32,8	2 816	4,4	4 284	6,7	
Lousada	1 430	8,3	7 239	41,9	-	-	-	-	7 922	45,9	Lousada	1 153	6,6	6 620	37,8	9 136	52,1	-	-	-	-	-
Maia	6 280	15,0	16 227	38,8	-	-	-	-	17 551	41,9	Maia	4 292	10,4	8 871	21,6	23 217	56,2	-	-	-	3 271	8,0
Marco de Canaveses	1 432	6,8	6 531	31,2	6 480	31,0	5 832	27,9	-	-	Marco de Canaveses	1 233	5,3	4 286	18,3	5 332	22,7	11 841	50,5	-	-	
Matosinhos	11 337	15,6	37 457	51,4	12 846	17,6	8 557	11,7	-	-	Matosinhos	8 719	12,9	29 037	43,1	19 480	28,9	3 158	4,7	5 130	7,6	
Paços de Ferreira	1 534	7,6	3 110	15,5	9 096	45,3	5 829	29,0	-	-	Paços de Ferreira	1 401	7,3	3 152	16,4	11 078	57,6	3 165	16,5	-	-	
Paredes	2 271	7,4	8 226	26,6	7 052	22,8	12 346	40,0	-	-	Paredes	1 859	5,7	6 726	20,6	9 606	29,5	13 478	41,3	-	-	
Penafiel	3 127	10,3	12 956	42,6	-	-	-	-	13 373	44,0	Penafiel	2 625	8,1	14 408	44,5	11 195	34,6	3 220	9,9	0	0,0	
Porto	38 981	20,4	63 907	33,4	-	-	-	-	81 545	42,6	Porto	31 258	19,2	38 062	23,3	60 683	37,2	14 850	9,1	13 348	8,2	
Póvoa do Varzim	3 132	11,7	5 921	22,2	6 513	28,5	9 162	34,3	-	-	Póvoa do Varzim	2 381	8,9	4 086	15,2	7 077	26,4	12 463	46,5	-	-	
Santo Tirso	4 725	9,4	22 054	43,8	12 612	25,1	8 321	16,5	-	-	Santo Tirso	4 056	8,1	22 308	44,7	-	-	17 530	35,2	4 491	9,0	
Valongo	5 835	18,9	12 970	42,0	7 747	25,1	3 193	10,3	-	-	Valongo	3 842	12,9	11 601	38,9	9 663	32,4	1 605	5,4	2 152	7,2	
Vila do Conde	3 456	10,7	16 130	50,2	-	-	-	-	11 169	34,7	Vila do Conde	2 137	6,5	17 660	53,4	8 624	26,1	2 729	8,2	1 015	3,1	
Vila Nova de Gaia	20 798	17,2	50 470	41,8	32 731	27,1	11 966	9,9	-	-	Vila Nova de Gaia	*14 734	15,0	30 530	31,0	33 555	34,1	7 104	7,2	9 220	9,4	

* Faltam apurar três freguesias

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

SETÚBAL CÂMARA MUNICIPAL

Alcácer do Sal	5 551	57,9	2 883	30,1	-	-	-	-	-	-	Alcácer do Sal	4 975	59,0	2 843	33,7	-	-	-	-	-	-		
Alcochete	3 087	49,7	2 172	35,0	-	-	-	-	499	8,0	Alcochete	3 348	57,9	2 125	36,8	-	-	-	-	-	-		
Almada	40 948	49,0	21 765	26,0	-	-	-	-	16 774	20,1	Almada	37 004	49,5	-	-	25 571	34,2	-	-	-	9 065	12,1	
Barreiro	30 274	60,4	11 121	22,2	5 262	10,5	1 133	2,3	-	-	Barreiro	25 442	58,0	5 663	12,9	6 582	15,0	-	-	-	4 610	10,5	
Grândola	6 427	63,0	1 594	15,6	1 328	13,0	462	4,5	-	-	Grândola	6 300	67,4	2 674	28,6	-	-	-	-	-	-	-	
Moita	18 835	65,4	4 853	16,9	-	-	-	-	3 085	10,7	Moita	15 919	61,3	4 770	18,4	-	-	-	-	-	-	3 440	13,2
Montijo	9 035	44,6	6 614	32,7	3 193	15,8	589	2,9	-	-	Montijo	8 849	46,6	9 248	48,7	-	-	-	-	-	-	-	
Palmela	11 023	57,2	3 860	20,0	2 785	14,4	722	3,7	-	-	Palmela	9 047	53,4	2 157	12,7	2 798	16,5	-	-	-	2 403	14,2	
Santiago do Cacém	9 326	54,7	3 301	19,4	2 078	12,2	1 568	9,2	-	-	Santiago do Cacém	8 355	49,9	7 598	45,3	-	-	-	-	-	-	-	
Seixal	25 662	58,7	8 646	19,8	4 296	9,8	3 386	7,7	-	-	Seixal	25 131	61,1	13 582	33,0	-	-	-	-	-	-	-	
Sesimbra	7 359	56,7	2 654	20,4	-	-	-	-	2 376	18,3	Sesimbra	7 264	54,9	5 441	41,2	-	-	-	-	-	-	-	
Setúbal	23 755	43,2	17 048	31,0	7 877	14,3	3 597	6,5	-	-	Setúbal	19 821	39,0	21 414	42,1	-	-	-	-	-	-	7 491	14,7
Sines	3 913	61,6	1 130	17,8	-	-	-	-	1 072	16,9	Sines	3 872	64,2	819	13,6	1 114	18,5	-	-	-	-	-	

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alcácer do Sal	5 551	57,9	2 942	30,7	-	-	-	-	-	-	Alcácer do Sal	5 041	59,8	-	-	2 630	31,2	-	-	-	-		
Alcochete	3 189	51,3	2 174	35,0	-	-	-	-	537	8,6	Alcochete	3 366	58,1	-	-	2 037	35,2	-	-	-	-		
Almada	40 722	48,7	22 000	26,3	-	-	-	-	16 969	20,3	Almada	35 520	47,6	22 125	29,6	-	-	5 534	7,4	8 777	11,8		
Barreiro	30 109	60,1	11 515	23,0	5 993	12,0	-	-	-	-	Barreiro	25 229	57,5	5 890	13,4	6 424	14,6	-	-	-	4 684	10,7	
Grândola	6 307	61,8	1 627	16,0	1 469	14,4	479	4,7	-	-	Grândola	6 239	66,8	-	-	2 694	28,8	-	-	-	-	-	
Moita	18 781	65,2	4 855	16,9	-	-	-	-	3 066	10,6	Moita	15 922	61,3	-	-	4 705	18,1	-	-	-	-	3 459	13,3
Montijo	9 059	44,7	6 473	32,0	3 338	16,5	611	3,0	-	-	Montijo	9 065	47,7	-	-	8 987	47,3	-	-	-	-	-	
Palmela	10 803	56,0	4 021	20,8	2 855	14,8	671	3,5	-	-	Palmela	8 865	52,3	2 240	13,2	2 929	17,3	-	-	-	2 341	13,8	
Santiago do Cacém	9 274	54,4	3 399	19,9	2 239	13,1	1 572	9,2	-	-	Santiago do Cacém	8 790	52,8	-	-	6 527	39,2	754	4,5	-	-	-	
Seixal	25 007	57,2	9 185	21,0	4 735	10,8	3 187	7,3	-	-	Seixal	23 804	57,9	-	-	12 260	29,8	-	-	-	-	3 466	8,4
Sesimbra	6 894	53,1	3 016	23,2	-	-	-	-															



1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

SANTARÉM CÂMARA MUNICIPAL

Abrantes	4 312	17,8	10 385	42,9	-	-	-	-	7 776	32,1	Abrantes	4 099	16,8	9 419	38,6	5 196	21,3	998	4,1	3 444	14,1
Alcanena	1 159	14,3	3 632	44,9	-	-	-	-	2 890	35,7	Alcanena	1 021	13,3	2 543	33,2	1 428	18,6	1 905	24,9	443	5,8
Almeirim	2 867	24,3	6 121	51,8	-	-	-	-	2 371	20,1	Almeirim	2 403	22,4	2 077	19,1	2 217	20,6	-	-	3 757	35,0
Alpiarça	3 217	63,8	888	17,6	-	-	-	-	604	12,0	Alpiarça	3 045	66,7	788	17,2	437	9,6	41	0,9	-	-
Benavente	5 692	62,9	1 532	16,9	-	-	-	-	1 456	16,1	Benavente	5 710	68,7	994	12,0	1 389	16,7	-	-	-	-
Cartaxo	2 420	20,2	7 041	59,0	-	-	-	-	1 976	16,5	Cartaxo	1 766	16,3	4 375	40,3	1 929	17,8	-	-	2 324	21,4
Chamusca	4 370	59,2	1 631	22,1	602	8,2	472	6,4	-	-	Chamusca	4 730	66,2	1 159	16,2	-	-	941	13,2	-	-
Constância	475	23,2	603	29,4	849	41,4	-	-	-	-	Constância	861	39,1	480	21,8	669	30,4	-	-	116	5,3
Coruche	8 549	58,1	2 626	17,8	-	-	-	-	2 887	19,6	Coruche	7 372	54,4	-	-	3 894	28,7	-	-	1 655	12,2
Entroncamento	1 347	20,9	2 810	43,6	-	-	-	-	1 952	30,3	Entroncamento	799	12,4	2 329	36,1	1 172	18,1	427	6,6	1 525	23,6
Ferreira do Zêzere	226	4,4	1 248	24,1	-	-	-	-	3 329	64,3	Ferreira do Zêzere	159	2,9	369	6,7	3 976	72,5	488	8,9	254	4,6
Golegã	1 454	41,6	1 817	51,9	-	-	-	-	-	-	Golegã	960	27,6	1 744	50,1	-	-	-	-	654	18,8
Mação	382	5,7	1 583	23,8	-	-	-	-	4 304	64,7	Mação	363	5,5	1 201	18,2	4 689	71,1	-	-	-	-
Rio Maior	401	4,1	4 146	41,8	-	-	-	-	4 993	50,3	Rio Maior	278	2,5	5 327	47,7	5 305	47,5	-	-	-	-
Salvaterra de Magos	3 235	36,4	3 886	43,7	-	-	-	-	1 272	14,3	Salvaterra de Magos	1 651	18,2	5 033	55,5	915	10,1	-	-	1 193	13,2
Santarém	5 728	16,2	17 268	48,7	-	-	-	-	10 569	29,8	Santarém	4 799	15,1	12 403	39,0	8 586	27,0	1 691	5,3	3 463	10,9
Sardoal	76	2,7	1 815	63,4	-	-	-	-	791	27,6	Sardoal	70	2,3	1 932	64,9	548	18,4	-	-	285	9,6
Tomar	2 873	12,3	7 407	31,7	-	-	-	-	11 885	50,8	Tomar	2 798	12,3	4 574	20,1	7 585	33,3	4 424	19,4	2 400	10,5
Torres Novas	4 344	23,0	5 706	30,3	-	-	-	-	7 611	40,4	Torres Novas	3 533	19,5	4 222	23,3	6 632	36,5	1 319	7,3	1 524	8,4
Vila Nova da Barquinha	1 174	27,2	1 822	42,2	-	-	-	-	1 156	26,8	Vila Nova da Barquinha	431	10,3	820	19,6	1 904	45,6	-	-	752	18,0
Vila Nova de Ourém	533	2,8	2 467	12,9	7 485	39,2	7 788	40,8	-	-	Vila Nova de Ourém	791	4,0	1 689	8,5	7 488	37,6	7 456	37,5	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Abrantes	4 591	19,0	10 024	41,4	-	-	-	-	7 812	32,3	Abrantes	4 246	17,4	8 263	33,9	5 507	22,6	1 276	5,2	3 670	15,0
Alcanena	1 210	14,9	3 547	43,8	-	-	-	-	2 924	36,1	Alcanena	1 119	14,6	2 124	27,7	1 963	25,6	1 599	20,9	496	6,5
Almeirim	2 937	24,9	5 879	49,8	-	-	-	-	2 530	21,4	Almeirim	2 576	24,0	2 249	20,9	2 330	21,7	-	-	3 248	30,2
Alpiarça	3 199	63,5	887	17,6	-	-	-	-	607	12,0	Alpiarça	3 014	66,0	801	17,5	475	10,4	-	-	-	-
Benavente	5 306	58,8	1 771	19,6	-	-	-	-	1 544	17,1	Benavente	5 139	61,9	1 108	13,3	1 428	17,2	-	-	362	4,4
Cartaxo	2 508	20,9	6 730	56,1	-	-	-	-	2 132	17,8	Cartaxo	1 840	17,0	4 108	37,9	2 094	19,3	-	-	2 339	21,6
Chamusca	3 983	54,0	1 886	25,6	658	8,9	497	6,7	-	-	Chamusca	3 797	53,2	1 093	15,3	717	10,0	563	7,9	667	9,3
Constância	535	26,1	631	30,8	770	37,6	-	-	-	-	Constância	834	37,9	427	19,4	655	29,7	-	-	185	8,4
Coruche	8 366	56,8	2 650	18,0	-	-	-	-	2 966	20,1	Coruche	6 941	51,2	3 976	29,3	-	-	-	-	1 922	14,2
Entroncamento	1 338	20,8	2 868	44,5	-	-	-	-	1 890	29,3	Entroncamento	922	14,3	2 180	33,8	1 310	20,3	354	5,5	1 429	22,1
Ferreira do Zêzere	254	4,9	1 310	25,3	-	-	-	-	3 244	62,7	Ferreira do Zêzere	188	3,4	497	9,1	3 752	68,4	528	9,6	277	5,5
Golegã	1 443	41,3	1 187	34,0	-	-	-	-	634	18,1	Golegã	999	28,7	1 689	48,5	-	-	-	-	662	19,0
Mação	419	6,3	1 687	25,4	-	-	-	-	4 167	62,7	Mação	395	6,0	1 276	19,4	4 546	69,0	-	-	-	-
Rio Maior	423	4,3	3 978	40,1	-	-	-	-	5 115	51,6	Rio Maior	402	3,6	4 917	44,0	5 519	49,4	-	-	-	-
Salvaterra de Magos	3 111	35,0	3 841	43,2	-	-	-	-	1 432	16,1	Salvaterra de Magos	1 962	21,6	4 215	46,5	1 193	13,1	-	-	1 323	14,6
Santarém	6 352	18,1	16 386	46,6	-	-	-	-	11 054	31,4	Santarém	5 229	16,4	11 422	35,9	9 085	28,5	1 525	4,8	3 565	11,2
Sardoal	127	4,4	1 714	59,9	-	-	-	-	805	28,1	Sardoal	119	4,0	1 778	59,7	443	14,9	211	7,1	273	9,2
Tomar	2 939	12,6	7 445	31,8	-	-	-	-	11 722	50,1	Tomar	2 630	11,5	4 740	20,8	7 930	34,8	3 898	17,1	2 516	11,0
Torres Novas	4 395	23,3	5 834	30,9	-	-	-	-	7 359	39,0	Torres Novas	3 846	21,2	3 907	21,5	6 460	35,6	1 238	6,8	1 680	9,3
Vila Nova da Barquinha	1 077	25,0	1 836	42,6	-	-	-	-	1 214	28,1	Vila Nova da Barquinha	480	11,5	812	19,4	1 792	42,9	-	-	785	18,8
Vila Nova de Ourém	560	2,9	2 611	13,3	7 377	38,6	7 652	40,0	-	-	Vila Nova de Ourém	711	3,6	1 972	9,9	8 154	41,0	6 830	34,3	-	-

1982

APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%								

1985

APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%								

VIANA DO CASTELO CÂMARA MUNICIPAL

Arcos de Valdevez	736	5,2	3 224	22,8	5 784	40,8	3 823	27,0	-	-	Arcos de Valdevez	500	3,4	2 840	19,3	7 607	51,8	2 705	18,4	460	3,1
Caminha	795	8,6	5 078	55,2	-	-	-	-	2 991	32,5	Caminha	434	4,6	4 686	49,2	4 141	43,5	-	-	-	-
Melgaço	163	2,8	3 175	55,4	734	12,8	1 365	23,8	-	-	Melgaço	129	2,1	4 204	69,2	1 500	24,7	-	-	-	-
Monção	261	2,1	3 190	25,8	2 660	21,5	5 391	43,5	-	-	Monção	334	2,6	2 233	17,5	5 274	41,3	3 950	31,0	311	2,4
Paredes de Coura	802	14,9	2 851	52,8	-	-	-	-	1 518	28,1	Paredes de Coura	503	9,9	2 608	47,1	1 454	26,3	264	4,8	520	9,4
Ponte da Barca	232	3,3	2 425	34,0	-	-	-	-	4 128	57,9	Ponte da Barca	117	1,6	1 234	16,8	3 628	49,3	1 950	26,5	207	2,8
Ponte de Lima	1 564	7,1	5 117	23,1	-	-	-	-	14 264	64,4	Ponte de Lima	1 058	4,4	2 606	10,8	8 625	35,8	10 255	42,6	805	3,3
Valença	285	3,9	1 775	24,0	2 175	29,4	1 861	25,2	-	-	Valença	218	3,9	1 042	14,8	4 534	64,2	836	11,8	-	-
Viana do Castelo	8 002	18,8	12 907	30,4	-	-	-	-	18 877	44,4	Viana do Castelo	6 912	16,7	5 045	12,2	14 911	36,0	5 162	12,5	7 379	17,8
Vila Nova de Cerveira	145	2,8	2 120	40,5	-	-	-	-	2 782	53,2	Vila Nova de Cerveira	234	4,7	1 415	28,3	3 103	62,1	-	-	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Arcos de Valdevez	708	5,0	3 369	23,8	5 779	40,8	3 669	25,9	-	-	Arcos de Valdevez	711	4,8	3 105	21,1	7 425	50,6	2 820	19,2	-	-
Caminha	932	10,1	4 833	52,5	-	-	-	-	3 062	33,3	Caminha	592	6,2	4 524	47,5	3 952	41,5	-	-	-	-
Melgaço	187	3,3	3 130	54,6	789	13,8	1 303	22,7	-	-	Melgaço	204	3,4	3 906	64,3	1 711	28,2	-	-	-	-
Monção	299	2,4	3 255	26,3	2 697	21,8	5 182	41,9	-	-	Monção	430	3,4	2 339	18,4	4 990	39,2	3 810	29,9	353	2,8
Paredes de Coura	790	14,6	2 771	51,3	-	-	-	-	1 591	29,5	Paredes de Coura	530	9,6	2 623	47,4	1 690	30,5	-	-	500	9,3
Ponte da Barca	298	4,2	2 301	32,3	-	-	-	-	4 166	58,4	Ponte da Barca	210	2,9	1 467	19,9	3 522	47,8	1 861	25,2	-	-
Ponte de Lima	1 614	7,3	5 078	22,9	-	-	-	-	14 180	64,0	Ponte de Lima	1 216	5,5	2 789	11,6	8 930	37,6	9			

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

VILA REAL CÂMARA MUNICIPAL

Alijó	462	4,7	3 463	35,0	-	-	-	-	5 548	56,0	Alijó	284	2,9	3 137	31,4	4 764	47,7	1 362	13,6	-	-
Boticas	234	5,9	1 250	31,4	2 220	55,8	-	-	-	-	Boticas	-	-	1 341	29,6	2 420	53,4	336	7,4	-	-
Chaves	1 443	6,4	5 052	22,3	12 028	53,2	2 572	11,4	-	-	Chaves	1 526	7,2	3 108	14,7	13 497	64,0	1 831	8,7	-	-
Mesão Frio	85	2,8	690	22,8	1 835	61,2	241	8,0	-	-	Mesão Frio	48	1,6	1 054	34,3	1 842	59,9	-	-	-	-
Mondim de Basto	173	3,7	946	20,4	957	20,6	1 810	39,0	-	-	Mondim de Basto	200	4,2	543	11,3	739	15,3	3 125	64,8	-	-
Montalegre	294	3,3	3 622	40,2	4 441	49,3	-	-	-	-	Montalegre	197	2,9	3 920	41,6	4 302	45,7	553	5,9	-	-
Murça	148	3,2	382	8,3	1 966	42,5	1 727	37,3	-	-	Murça	172	3,6	147	3,9	2 831	59,4	1 427	30,0	-	-
Peso da Régua	621	6,0	5 408	52,5	-	-	-	-	3 660	35,5	Peso da Régua	415	4,0	5 094	49,2	4 494	43,4	-	-	-	-
Ribeira de Pena	123	3,1	1 121	27,9	-	-	-	-	2 561	63,6	Ribeira de Pena	73	1,7	1 082	25,1	2 362	54,9	612	14,2	-	-
Sabrosa	253	5,3	1 284	27,0	-	-	-	-	2 979	62,5	Sabrosa	199	4,1	1 989	40,8	2 551	51,4	-	-	-	-
S. Marta de Penaguiao	142	2,9	2 294	45,2	-	-	-	-	2 339	46,1*	S. Marta de Penaguiao	96	1,7	2 408	42,9	2 341	40,9	665	11,6	-	-
Valpaços	264	2,0	1 804	14,1	5 492	43,0	4 542	35,6	-	-	Valpaços	197	1,6	1 372	10,8	6 281	49,6	4 300	34,0	-	-
Vila Pouca de Aguiar	513	6,3	2 388	29,5	-	-	-	-	4 780	59,0	Vila Pouca de Aguiar	431	5,2	1 900	23,4	4 554	55,2	763	9,3	274	3,3
Vila Real	2 054	8,5	7 404	30,5	-	-	-	-	12 681	52,3	Vila Real	1 681	7,1	6 789	28,3	13 096	54,6	-	-	960	4,0

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alijó	535	5,4	3 408	34,4	-	-	-	-	5 488	55,4	Alijó	440	4,4	3 029	30,3	4 482	44,9	1 326	13,3	209	2,9
Boticas	249	6,3	1 231	31,0	2 216	55,8	-	-	-	-	Boticas	-	-	1 290	28,3	2 419	53,1	347	7,6	-	-
Chaves	1 552	6,8	5 296	23,4	11 775	51,9	2 529	11,2	-	-	Chaves	1 510	7,2	3 149	14,9	12 993	61,6	1 777	8,4	469	2,2
Mesão Frio	102	3,4	694	22,9	1 811	59,8	239	7,9	-	-	Mesão Frio	95	3,9	1 020	33,2	1 792	58,3	-	-	-	-
Mondim de Basto	241	5,2	1 040	22,4	1 080	23,3	2 044	44,1	-	-	Mondim de Basto	221	4,6	578	11,9	812	16,7	3 064	63,2	-	-
Montalegre	335	3,7	3 595	39,9	4 442	49,0	-	-	-	-	Montalegre	228	2,4	3 840	40,8	4 339	46,1	539	5,7	-	-
Murça	269	5,8	390	8,5	1 859	40,3	1 609	34,9	-	-	Murça	351	7,4	215	4,5	2 688	56,5	1 292	27,1	-	-
Peso da Régua	802	7,8	5 137	49,9	-	-	-	-	3 762	36,5	Peso da Régua	551	5,3	4 797	46,3	5 660	45,0	-	-	-	-
Ribeira de Pena	138	3,4	1 116	27,7	-	-	-	-	2 531	62,9	Ribeira de Pena	142	3,3	1 081	25,1	2 339	54,3	561	13,4	-	-
Sabrosa	302	6,3	1 222	25,6	-	-	-	-	2 979	62,5	Sabrosa	253	5,1	1 913	38,6	2 534	51,9	-	-	-	-
S. Marta de Penaguiao	196	3,9	2 281	45,0	-	-	-	-	2 297	45,3	S. Marta de Penaguiao	128	2,2	2 306	40,3	2 323	40,6	739	12,9	-	-
Valpaços	262	2,0	1 835	14,4	5 445	42,6	4 536	35,5	-	-	Valpaços	285	2,2	1 453	11,4	6 172	48,4	4 258	33,4	-	-
Vila Pouca de Aguiar	553	6,8	2 423	29,9	-	-	-	-	4 719	58,2	Vila Pouca de Aguiar	472	5,7	1 954	23,7	4 477	54,3	718	8,7	291	3,5
Vila Real	2 389	9,9	7 370	30,4	-	-	-	-	13 029	53,8	Vila Real	1 823	7,6	6 635	27,7	13 160	54,9	-	-	1 168	4,9

* Falta apurar 1 freguesia

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

UISEU CÂMARA MUNICIPAL

Armamar	177	3,9	346	7,5	1 640	35,8	2 018	44,0	-	-	Armamar	230	5,1	-	-	2 452	54,3	1 634	36,2	-	-
Carregal do Sal	207	4,1	863	17,3	2 798	56,0	909	18,2	-	-	Carregal do Sal	237	5,3	543	12,1	2 441	54,5	1 078	24,7	-	-
Castro Daire	263	2,8	1 057	11,2	5 826	61,6	1 776	18,8	-	-	Castro Daire	445	4,7	1 435	15,5	5 150	54,0	1 505	15,8	558	5,8
Cinfães	268	2,5	4 395	40,6	3 346	30,9	2 338	21,6	-	-	Cinfães	342	3,0	4 635	40,6	4 100	35,9	1 935	16,9	-	-
Lamego	787	5,1	3 760	24,4	5 540	35,9	3 723	24,1	-	-	Lamego	707	4,4	2 757	17,2	3 956	24,6	3 088	19,2	5 035	31,4
Mangualde	564	5,1	5 015	45,4	3 353	30,4	1 746	15,8	-	-	Mangualde	391	3,3	6 122	51,0	5 170	43,7	-	-	-	-
Moimenta da Beira	345	5,5	731	11,6	2 458	39,0	2 444	38,7	-	-	Moimenta da Beira	235	3,5	550	8,2	2 327	34,8	3 283	49,1	-	-
Mortágua	214	4,3	1 785	35,5	2 815	56,0	-	-	-	-	Mortágua	180	3,5	1 699	33,4	2 879	56,7	171	3,4	-	-
Nelas	485	6,7	3 339	46,2	-	-	-	-	2 882	39,9	Nelas	387	5,2	2 170	29,1	2 735	36,7	1 709	22,0	-	-
Oliveira de Frades	97	1,6	671	11,2	3 879	64,7	1 219	20,3	-	-	Oliveira de Frades	160	2,6	882	14,6	2 667	44,3	2 209	36,5	-	-
Penalva do Castelo	136	2,7	1 175	23,3	1 209	24,0	2 219	44,0	-	-	Penalva do Castelo	55	1,0	955	17,3	2 395	43,4	1 913	34,7	-	-
Penedono	105	4,8	569	25,9	-	-	-	-	1 390	63,2	Penedono	124	5,8	590	27,7	899	42,2	398	18,7	-	-
Resende	237	3,5	837	12,4	4 342	64,5	952	14,1	-	-	Resende	149	2,1	752	10,6	4 531	64,0	1 360	19,2	-	-
Santa Comba Dao	133	1,9	2 722	39,4	-	-	-	-	3 757	54,4	Santa Comba Dao	123	1,8	2 936	43,4	3 448	50,9	-	-	-	-
S. Joao da Pesqueira	303	6,3	1 235	25,6	519	10,7	2 359	48,8	-	-	S. Joao da Pesqueira	218	4,9	1 288	28,8	2 689	60,9	-	-	-	-
S. Pedro do Sul	1 065	9,6	2 627	23,6	4 955	44,4	2 071	18,6	-	-	S. Pedro do Sul	1 366	12,8	2 574	24,4	5 016	46,8	1 364	12,7	-	-
Sátão	70	1,0	654	9,7	2 827	41,7	3 021	44,6	-	-	Sátão	55	0,7	596	8,3	2 306	22,2	4 010	55,9	-	-
Sernacelhe	60	1,5	173	4,3	1 006	25,3	2 553	64,2	-	-	Sernacelhe	48	1,1	167	3,9	1 459	34,1	2 419	56,6	-	-
Tabuaço	109	2,4	-	-	1 664	37,2	2 396	53,6	-	-	Tabuaço	29	0,6	-	-	2 244	46,4	2 383	49,3	-	-
Tarouca	500	13,0	764	19,8	-	-	-	-	2 388	62,0	Tarouca	1 406	33,6	382	9,1	1 761	42,8	472	11,2	-	-
Tondela	689	3,7	3 213	17,5	6 542	35,5	7 085	38,5	-	-	Tondela	445	2,4	3 594	19,4	8 502	45,9	5 191	28,5	-	-
Vila Nova de Paiva	47	1,4	843	25,3	1 104	33,1	1 154	34,6	-	-	Vila Nova de Paiva	63	1,7	512	14,9	1 236	34,1	1 691	46,5	-	-
Viseu	1 518	3,7	8 652	21,3	14 512	35,8	12 453	30,7	-	-	Viseu	1 177	2,8	6 103	14,9	14 678	35,9	15 537	38,3	1 611	3,9
Vouzela	279	4,0	2 059	29,5	2 534	36,3	1 820	26,0	-	-	Vouzela	283	4,2	2 588	36,8	3 086	43,8	839	11,9	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Armamar	239	5,2	361	7,9	1 664	36,3	1 905	41,6	-	-	Armamar	273	6,5	192	4,3	2 304	51,5	1 459	32,3	-	-
Carregal do Sal	208	4,2	1 049	21,0	2 589	51,9	908	18,2	-	-	Carregal do Sal	256	5,7	652	14,6	2 308	51,5	1 069	23,9	-	-
Castro D																					



1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

açores CÂMARA MUNICIPAL

Município	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Angra do Heroísmo	457	2,8	6 494	40,3	7 092	44,0	1 288	8,0	000 000	00,0	Angra do Heroísmo	229	1,5	6 189	39,8	6 978	44,9	1 480	9,5	-	-
Calheta	-	-	-	-	1 683	89,0	-	-	-	-	Calheta	15	0,7	-	-	1 519	73,3	464	22,4	-	-
S. Cruz da Graciosa	-	-	899	35,7	1 524	60,5	-	-	-	-	S. Cruz da Graciosa	21	0,8	404	16,5	1 933	79,1	-	-	-	-
Velas	-	-	813	30,3	1 732	64,5	-	-	-	-	Velas	70	2,6	-	-	1 856	69,4	666	24,9	-	-
V. Praia da Vitória	172	1,9	3 131	34,4	4 871	53,5	609	6,7	-	-	V. Praia da Vitória	161	1,8	2 503	28,7	4 224	48,4	1 505	17,2	-	-
Corvo	-	-	88	37,6	129	55,1	-	-	-	-	Corvo	6	2,5	78	33,0	145	61,4	-	-	-	-
Horta	428	5,4	2 120	26,9	4 356	55,3	565	7,2	-	-	Horta	621	8,8	1 518	21,6	4 236	60,2	511	7,3	-	-
Lajes das Flores	57	5,5	83	8,0	347	33,4	-	-	347	33,4*	Lajes das Flores	103	11,1	34	3,7	608	65,8	144	15,6	-	-
Lajes do Pico	37	1,2	1 311	41,3	1 571	49,5	176	5,6	-	-	Lajes do Pico	43	1,5	1 462	50,0	1 324	45,3	-	-	-	-
Madalena	121	3,8	1 033	32,3	1 919	60,0	-	-	-	-	Madalena	69	2,2	1 287	41,6	1 618	52,3	-	-	-	-
S. Cruz das Flores	55	4,0	115	8,4	776	56,6	388	28,3	-	-	S. Cruz das Flores	86	6,0	406	28,4	749	52,3	150	10,5	-	-
S. Roque do Pico	154	7,9	633	32,6	1 054	54,3	-	-	-	-	S. Roque do Pico	196	10,6	547	29,5	1 059	57,1	-	-	-	-
Lagoa	155	3,8	791	19,6	2 184	54,1	601	14,9	-	-	Lagoa	127	4,1	649	21,2	1 932	63,0	-	-	-	-
Nordeste	72	2,2	872	26,7	1 669	51,2	470	14,4	-	-	Nordeste	174	6,0	686	23,7	1 925	66,5	-	-	-	-
Ponta Delgada	857	3,8	7 204	31,6	11 305	49,6	2 133	9,4	-	-	Ponta Delgada	885	4,8	2 352	12,7	10 882	58,7	-	-	3 108	16,8
Povoação	71	1,9	896	24,6	1 736	47,6	700	19,2	-	-	Povoação	108	3,2	988	29,6	1 556	46,7	-	-	494	14,8
Ribeira Grande	172	1,6	3 778	34,8	5 542	51,0	553	5,1	-	-	Ribeira Grande	305	3,3	3 239	34,8	5 194	55,8	-	-	-	-
V. Franca do Campo	109	2,4	1 786	39,2	2 108	46,3	335	7,4	-	-	V. Franca do Campo	94	2,2	1 592	37,7	2 101	49,8	-	-	257	6,1
Vila do Porto	44	1,7	1 171	46,1	1 115	43,9	84	3,3	-	-	Vila do Porto	10	0,4	1 322	56,5	878	37,5	-	-	-	-

* ASDI

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %					
Angra do Heroísmo	539	3,3	6 214	38,5	7 253	45,0	1 347	8,4	-	-	Angra do Heroísmo	365	2,3	5 665	36,4	7 305	46,9	1 581	10,2	-	-
Calheta	-	-	-	-	1 674	88,6	-	-	-	-	Calheta	19	0,9	-	-	1 483	71,6	480	23,2	-	-
S. Cruz da Graciosa	-	-	859	34,1	1 553	61,7	-	-	-	-	S. Cruz da Graciosa	20	0,8	450	18,4	1 880	76,9	-	-	-	-
Velas	-	-	795	29,6	1 749	65,1	-	-	-	-	Velas	74	2,8	-	-	1 842	68,9	677	25,3	-	-
V. Praia da Vitória	200	2,2	3 160	34,7	4 926	54,1	572	6,3	-	-	V. Praia da Vitória	182	2,1	2 538	29,1	4 465	51,2	1 285	14,7	-	-
Corvo	-	-	84	35,9	134	57,3	-	-	-	-	Corvo	13	5,5	83	35,2	132	55,9	-	-	-	-
Horta	466	5,9	2 102	26,7	4 339	55,1	545	6,9	-	-	Horta	627	8,9	1 513	21,5	4 190	59,5	536	7,6	-	-
Lajes das Flores	93	9,0	125	12,0	352	33,9	-	-	430	41,4*	Lajes das Flores	154	16,7	-	-	565	61,1	147	15,9	-	-
Lajes do Pico	54	1,7	1 305	41,2	1 514	47,7	205	6,5	-	-	Lajes do Pico	37	1,3	1 329	45,5	1 276	43,7	200	6,8	-	-
Madalena	130	4,1	1 072	33,5	1 869	58,5	-	-	-	-	Madalena	78	2,5	1 172	37,9	1 510	48,9	219	7,1	-	-
S. Cruz das Flores	66	4,8	135	9,9	776	56,6	346	25,3	-	-	S. Cruz das Flores	125	8,7	384	26,8	671	46,9	200	14,0	-	-
S. Roque do Pico	172	8,9	646	33,3	1 015	52,3	-	-	-	-	S. Roque do Pico	221	11,9	549	29,6	1 011	54,5	-	-	-	-
Lagoa	174	4,3	827	20,5	2 162	53,5	616	15,3	-	-	Lagoa	160	5,2	669	21,8	2 064	67,3	-	-	-	-
Nordeste	108	3,3	861	26,4	1 659	50,9	443	13,6	-	-	Nordeste	204	7,0	665	23,0	1 908	66,0	-	-	-	-
Ponta Delgada	906	3,4	6 753	29,6	11 693	51,2	2 117	9,3	-	-	Ponta Delgada	909	4,9	2 505	13,5	11 223	60,6	-	-	2 731	14,7
Povoação	82	2,3	899	24,7	1 621	44,5	811	22,3	-	-	Povoação	118	3,5	915	27,5	1 633	49,0	-	-	469	14,1
Ribeira Grande	233	2,1	3 629	33,4	5 670	52,2	601	5,5	-	-	Ribeira Grande	288	3,1	3 221	34,6	5 205	55,9	-	-	-	-
V. Franca do Campo	131	2,9	1 770	38,9	2 112	46,4	324	7,1	-	-	V. Franca do Campo	99	2,3	1 531	36,3	2 109	50,0	-	-	287	6,8
Vila do Porto	81	3,2	1 079	42,5	1 259	49,6	-	-	-	-	Vila do Porto	44	1,9	1 085	46,4	1 127	48,2	-	-	-	-

* ASDI

1982									
APU		PS		PSD		CDS		AD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

1985									
APU		PS		PSD		CDS		PRD	
N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%

Madeira CÂMARA MUNICIPAL

Município	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %							
Calheta	135	2,1	382	6,0	4 156	65,6	1 367	21,6	-	-	Calheta	74	1,3	694	11,4	3 839	67,7	911	16,1	-	-		
Câmara de Lobos	193	1,8	1 395	13,3	7 602	74,4	688	6,6	-	-	Câmara de Lobos	135	1,4	802	8,5	7 415	78,3	438	4,6	-	-		
Funchal	1 982	4,0	17 922	36,1	23 068	46,5	3 767	7,6	-	-	Funchal	1 606	3,8	7 761	18,2	24 116	56,6	2 816	6,6	2 969	7,0	-	-
Machico	129	1,3	401	4,1	5 313	54,2	265	2,7	-	-	Machico	191	1,9	142	1,4	4 949	49,4	152	1,5	-	-		
Ponta do Sol	66	1,4	120	2,6	3 220	70,7	1 012	22,2	-	-	Ponta do Sol	59	1,4	271	6,6	3 061	74,4	590	14,3	-	-		
Porto Moniz	2	0,1	63	3,0	1 102	52,3	889	42,2	-	-	Porto Moniz	30	1,5	120	6,0	1 362	68,1	411	20,5	-	-		
Porto Santo	13	0,6	894	39,1	1 188	52,0	106	4,6	-	-	Porto Santo	10	0,5	642	30,8	1 370	65,7	-	-	-	-		
Ribeira Brava	114	2,0	527	9,4	4 255	76,3	343	6,1	-	-	Ribeira Brava	83	1,6	430	8,5	3 858	76,2	374	7,4	-	-		
Santa Cruz	628	5,6	1 901	17,0	7 118	63,6	731	6,5	-	-	Santa Cruz	815	7,3	1 534	13,7	7 903	70,6	421	3,8	-	-		
Santana	33	0,7	510	10,0	3 813	75,1	495	9,8	-	-	Santana	48	0,9	144	2,8	2 941	58,1	1 680	33,2	-	-		
São Vicente	59	1,7	457	12,8	1 994	56,0	779	21,9	-	-	São Vicente	51	1,6	297	9,2	1 669	51,6	875	27,0	180	5,6	-	-

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %	1982 N.º	1982 %	1985 N.º	1985 %							
Calheta	136	2,1	424	6,7	4 172	65,8	1 384	21,8	-	-	Calheta	77	1,4	463	8,2	4 063	71,7	922	16,2	-	-		
Câmara de Lobos	206	2,0	1 399	13,3	7 582	72,3	695	6,7	-	-	Câmara de Lobos	137	1,4	816	8,6	7 415	78,3	463	4,9	-	-		
Funchal	2 194	4,4	16 746	33,7	23 632	47,6	4 005	8,1	-	-	Funchal	1 687	4,0	7 414	17,4	24 143	56,7	2 978	7,0	2 940	6,9	-	-
Machico	150	1,5	540	5,5	5 336	54,4	251	2,6	-	-	Machico	178	1,7	238	2,3	5 071	49,8	176	1,7	-	-		
Ponta do Sol	73	1,6	170	3,7	3 245	71,2	925	20,3	-	-	Ponta do Sol	141	3,4	212	5,1	3 155	76,6	516	12,5	-	-		
Porto Moniz	3	0,1	118	5,6	1 113	52,8	810	38,4	-	-	Porto Moniz	39	1,9	117	5,8	1 357	67,8	423	21,1	-	-		
Porto Santo	25	1,1	924	40,4	1 262	55,2	-	-	-	-	Porto Santo	16	0,7	650	31,2	1 350	64,8	-	-	-	-		
Ribeira Brava	130	2,3	574	10,3	4 219	75,6	375	6,7	-	-	Ribeira Brava	83	1,6	460	9,1	3 819	75,4	389	7,7	-	-		
Santa Cruz	678	6,1	1 930	17,2	7 057	63,0</																	

Câmaras APU

Distrito de Beja

Aljustrel

Presidente: António Alexandre Raposo, 48 anos, professor, PCP.
5 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Barrancos

Presidente: António Guerra, 33 anos, funcionário público, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Beja

Presidente: José Carreira Marques, 42 anos, técnico de contas, PCP.
4 vereadores APU + 2 vereadores PS + 1 vereador PSD.

Castro Verde

Presidente: Fernando Sousa Caeiros, professor, MDP/CDE.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Cuba

Presidente: António São Braz, 40 anos, bancário, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Ferreira do Alentejo

Presidente: José Guerreiro, 34 anos, funcionário público, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Mértola

Presidente: Fernando Rosa, 46 anos, empregado de comércio, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Moura

Presidente: Lamas de Oliveira, economista, PCP.
4 vereadores APU + 2 vereadores PS + 1 vereador PRD.

Odemira

Presidente: Justino Santos, 45 anos, médico, PCP.
5 vereadores APU + 1 vereador PS + 1 vereador PSD.

Serpa

Presidente: João Rocha da Silva, 35 anos, professor, PCP.
5 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Vidigueira

Presidente: Carlos Góis, 50 anos, bancário, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Distrito de Évora

Alandroal

Presidente: Inácio Melrinho, 46 anos, motorista, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PSD.

Arraiolos

Presidente: Joaquim Charrua Miguel, 38 anos, operário agrícola, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PSD.

Évora

Presidente: Abílio Fernandes, 47 anos, economista, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PSD.

Montemor-o-Novo

Presidente: Fernando Cruz, 31 anos, economista, PCP.
5 vereadores APU + 1 vereador PS + 1 vereador PSD.

Mora

Presidente: João Saraiva, 42 anos, engenheiro-agrônomo, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PSD.

Portel

Presidente: José Manuel Fialho, 26 anos, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Redondo

Presidente: Alfredo Falamino Barroso, 36 anos, engenheiro, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PSD.

Vendas Novas

Presidente: João Teresa Ribeiro, 39 anos, economista, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Viana do Alentejo

Presidente: Manuel António Pão-Mole, 43 anos, operário da construção civil, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Vila Viçosa

Presidente: Miguel Patacão Rodrigues, 39 anos, empregado de finanças, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PSD.

Distrito de Faro

Silves

Presidente: José Viola, 35 anos, funcionário público, PCP.
4 vereadores APU + 2 vereadores PSD + 1 vereador PS.

Vila do Bispo

Presidente: José de Deus, 30 anos, licenciado em direito, PCP.
2 vereadores APU + 2 vereadores PS + 1 vereador PSD.

Distrito de Leiria

Marinha Grande

Presidente: Emílio Rato, 58 anos, industrial de hotelaria, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PS.

Distrito de Lisboa

Amadora

Presidente: Orlando de Almeida, 40 anos, engenheiro-agrônomo, PCP.
6 vereadores APU + 5 vereadores PS.

Loures

Presidente: Severiano Falcão, 62 anos, orçamentista de construção civil, PCP.
6 vereadores APU + 5 vereadores PS.

Sobral de Monte Agraço

Presidente: António Bogalho, 28 anos, operário PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Vila Franca de Xira

Presidente: Daniel Branco, 40 anos, engenheiro-técnico, PCP.
5 vereadores APU + 4 vereadores PS.

Distrito de Portalegre

Avis

Presidente: António Bartolomeu, 36 anos, engenheiro-técnico-agrícola, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PSD.

4 vereadores APU + 1 vereador PSD.

Nisa

Presidente: José Manuel Basso, 27 anos, médico, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Ponte de Sôr

Presidente: José Amante, 36 anos, engenheiro-técnico-agrícola, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PSD.

Distrito de Santarém

Alpiarça

Presidente: Armindo Pinhão, 32 anos, professor, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PS.

Benavente

Presidente: António Ganhão, 40 anos, professor, PCP.
5 vereadores APU + 1 vereador PS + 1 vereador PSD.

Chamusca

Presidente: Sérgio Carrinho, 36 anos, empregado de escritório, independente.
5 vereadores APU + 1 vereador PS + 1 vereador CDS.

Constância

Presidente: António Mendes, 35 anos, ferroviário, PCP.
2 vereadores APU + 2 vereadores PS + 1 vereador PSD.

Coruche

Presidente: António Teles, 51 anos, economista, PCP.
4 vereadores APU + 2 vereadores PSD + 1 vereador PRD.

Distrito de Setúbal

Alcácer do Sal

Presidente: Graciete Baião, 38 anos, enfermeira, PCP.
5 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Alcochete

Presidente: Miguel Boieiro, 38 anos, contabilista, PCP.
3 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Almada

Presidente: José Vieira, 37 anos, operário, PCP.
6 vereadores APU + 4 vereadores PSD + 1 vereador PRD.

Barreiro

Presidente: Hélder Madeira, 46 anos, empregado de escritório, PCP.
6 vereadores APU + 1 vereador PSD + 1 vereador PS.

Grândola

Presidente: António Figueira Mendes, 42 anos, empregado de escritório, PCP.
5 vereadores APU + 2 vereadores PS.

Moita

Presidente: José Luís Pereira, 45 anos, empregado de escritório, PCP.
5 vereadores APU + 1 vereador PS + 1 vereador PRD.

Palmela

Presidente: Ferreira da Costa, 49 anos, desenhador, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PSD + 1 vereador PRD + 1 vereador PS.

Santiago do Cacém

Presidente: Sérgio Martins, 36 anos, médico, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PS.

Seixal

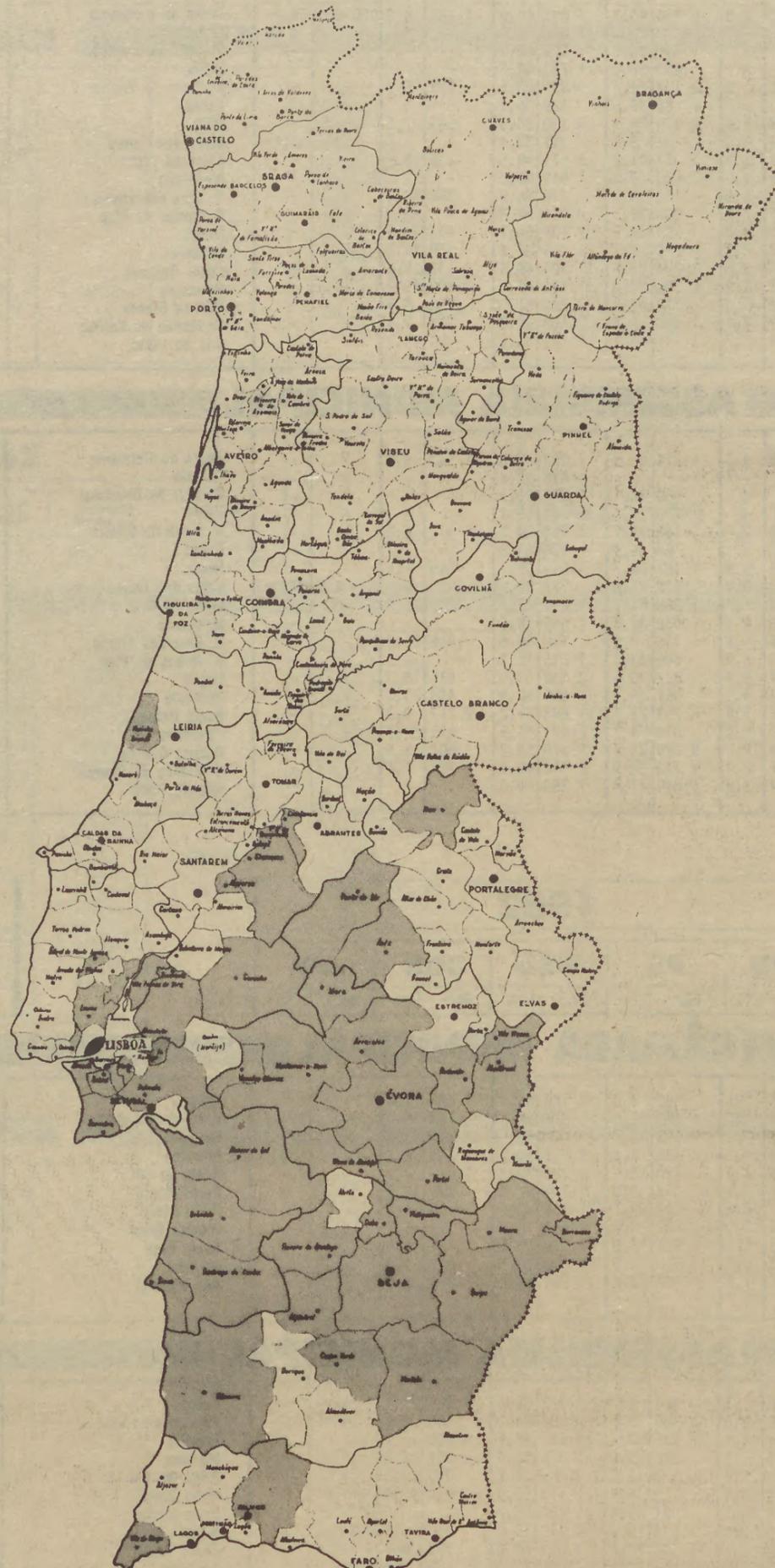
Presidente: Eufrázio Filipe, 36 anos, empregado bancário, PCP.
6 vereadores APU + 3 vereadores PS.

Sesimbra

Presidente: Ezequiel Lino, 44 anos, empregado bancário, PCP.
4 vereadores APU + 3 vereadores PS.

Sines

Presidente: Francisco Pacheco, 38 anos, empregado bancário, PCP.
4 vereadores APU + 1 vereador PSD.



Agenda

Avante!

Ano 53 - Série VII
N.º 625

19 de Dezembro de 1985

4.º Caderno

Não pode ser vendido
separadamente



ALVALADE

encontro Alvalade

Cinema

Domingo, dia 22, às 17.00 e às 21.30, «O Fim da Quinta Berhof», realização de Jiri Svoboda (Checoslováquia) — um dos filmes seleccionados para o Festival de Tróia.

Segunda, dia 23, às 17.00 e às 21.30, «A Noiva», realização de Günther Reisch e Günther Rucker (RDA) — filme incluído no ciclo «Rostos de Mulheres», que prossegue até final do mês.

Café Encontro

O pianista Fernando Potier — com Pedro Branco no sábado, com Luísa Ortigoso no domingo. Às 23.00, como habitualmente.

Teatro

«Amar, Verbo Intransitivo», a adaptação teatral do romance homónimo do escritor brasileiro Mário de Andrade, interpretada pelo grupo Arte Viva, de S. Paulo, encerrou em Novembro passado o FITEI e foi então considerado pela crítica um dos espectáculos mais conseguidos ali apresentados.

A história, que o autor situou na década de 20, é a de uma «fraulein» que aparentemente deveria ensinar alemão e piano em casa de uma família paulista — de facto, contratada para fazer a iniciação sexual de um filho de 15 anos. A crítica severa, e no entanto terna, que Mário de Andrade faz no romance, a partir desta trama, aos costumes e falsos padrões da família burguesa brasileira em decadência, foi criativamente transposta para a adaptação teatral: segundo Carlos Porto, **as personagens, assim como as situações que representam, exprimem valores teatrais, humanos e sociais excepcionais.**

Destacado por todos, crítica e público, foi o trabalho de todo o grupo e em parti-

Leilão de obras de Arte

Sexta, dia 20, às 21.30. «Pregoeiro»: José Viana.

Passagem do Ano

O programa continua a «crescer». Revelada esta semana a participação de Marilyn Monroe: «Quanto Mais Quente Melhor». Programa definitivo no próximo «Avante!».

Manhã infantil

Domingo, 11.00. Cinema, palhaços, e canções por José Barata Moura.



Roberto Cordovani

cular o do actor Roberto Cordovani, também autor da teatralização do romance, «fraulein» na peça num «travesti» de grande rigor, delicadeza e sensibilidade. **Comovente** se escreveu em jornais portugueses e também do Brasil, onde a peça esteve em cena durante três anos.

Acontecimento cultural de relevo entre os muitos que têm justificado e enobrecido o Espaço APU no ex-cinema Alvalade, os três espectáculos que os Arte Livre ali apresentação de hoje a sábado são também a oportunidade única de ver a peça em Lisboa: na próxima semana, o grupo inicia uma digressão que os levará a Espanha, França, Itália, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

Amar, Verbo Intransitivo, romance de Mário de Andrade teatralizado por Roberto Cordovani, Grupo «Arte Livre» de

Quinta

• BAIXA DA BANHEIRA

Sessão de esclarecimento com o camarada **Ángelo Veloso**. Às 21.30.

Sexta

• S. PEDRO DO SUL

Encontro de Quadros da região de La-

fões para análise dos resultados eleitorais e preparação da participação na Conferência Nacional do PCP so-

bre as Eleições Presidenciais. Às 21.30, no Centro de Trabalho de S. Pedro do Sul.

Unir os Democratas para a Vitória da Democracia



ÁNGELO VELOSO
CANDIDATO DO PCP À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Sábado

• MORTÁGUA

Reunião de Quadros no CT da Gandara. Às 20.00.

• PORTO

Reunião plenária da DORP para análise da situação política. Na ordem de trabalhos, ainda as eleições presidenciais e a Conferência Nacional do PCP a realizar em Janeiro. A

partir das 9.30 no CT da Boavista.

• VISEU

Reunião de Quadros para análise dos resultados eleitorais e discussão das Eleições Presidenciais. No CT às 21.00.

Domingo

• FIGUEIRA DA FOZ

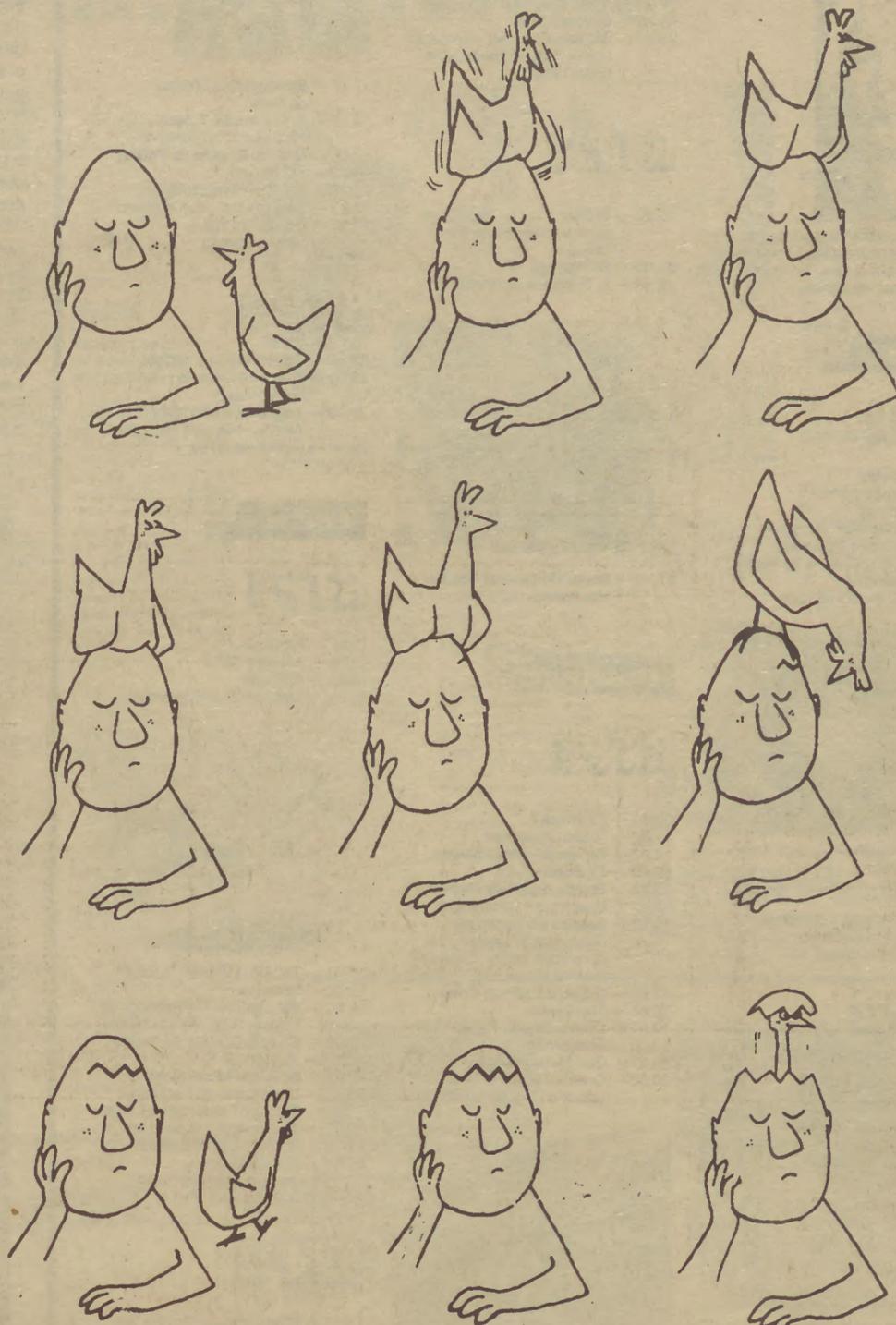
Sessão de esclarecimento com o camarada **Ángelo Veloso**. Às 21.00.

Às 17.00 **Ángelo Veloso** estará em **Vila Verde**, a nova freguesia APU no concelho da Figueira da Foz.

Segunda

• LISBOA

Plenário do Sector de Transportes de Lisboa, para discussão da situação política e social. No Centro de Trabalho Vitória, às 18.30.



KITKA, Louis, (1940) Desenho publicado em «Les chefs-d'œuvre du dessin d'humor», publicado por Edições Planète, 1968

TV O Programa

Quinta ¹⁹

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela: «Origens», 57.º Epis.
- 18.00 — Tempo dos Mais Novos: «As Aventuras de Marco Polo»
- 18.35 — Notícias
- 18.55 — Curso de Inglês: («Follow Me»)
- 19.20 — Desporto
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — Telenovela: «Louco Amor», 119.º Epis.
- 21.30 — Série: «Crime, Disse Ela»
- 22.15 — Programa da Direcção de Informação
- 23.45 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Conheça Melhor: «A Ilha dos Museus» em Berlim, capital da RDA
- 20.30 — Série: «Horizontes de Glória»



21.40 — Da... Música: com o violoncelista Paul Tortelier, em obras de J. S. Bach

22.50 — Jornal da Noite

Sexta ²⁰

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela: «Origens»
- 16.00 — Natal dos Hospitais
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico



- 20.35 — Telenovela: «Louco Amor»
- 21.15 — Europa
- 21.45 — Série: «Duarte & Ca.», 3.º Epis.
- 22.45 — Televisão, a Caixa que Mudou o Mundo
- 23.45 — Último Jornal

RTP2



- 19.30 — Desenhos Animados
- 20.00 — Medicinas Alternativas: «Acupunctura»
- 20.30 — História dos Teatros em Portugal: O Teatro S. João do Porto
- 21.30 — Directo/2
- 22.30 — Jornal da Noite

Sábado ²¹

RTP1

- 11.30 — Tempo dos Mais Novos
- 14.00 — Dar e Receber
- 14.30 — Os Velhos Cowboys: «Os Salteadores dos Ares», real. George Sherman
- 15.30 — Panorama
- 16.00 — Série: «O Dia em que o Mundo Mudou»
- 17.00 — Fame
- 18.00 — Museu do Louvre
- 19.00 — Parlamento
- 19.45 — Totoloto
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.35 — A Grande Barraca



- 21.10 — Série: «Rabo de Saia»
- 22.00 — Aplauso: Bruce Springsteen
- 23.25 — Último Jornal
- 23.40 — Sábado Especial: «Tentação Loira», real. Richard Quine (EUA/1954)

RTP2

- 15.30 — Troféu: Final da Taça Davis (ténis), transmissão de Munique
- 20.00 — RTP/Brasil
- 20.30 — O Tempo das Catedrais



- 21.30 — Série: «Manuel na Ilha das Maravilhas», 1.º Epis.

Domingo ²²

RTP1

- 10.30 — 70 Vezes 7
- 11.00 — Missa Dominical
- 12.00 — Tempo dos Mais Novos
- 13.00 — TV Rural
- 13.30 — Tempo dos Mais Novos: «Q. Maestro e a Companhia»
- 15.30 — Sessão da Tarde: «A Conquista do Oeste», real. John Ford, Henry Hathaway, George Marshall (EUA/1962)
- 18.00 — O Outro Lado da Crise
- 19.00 — Top Disco
- 19.50 — Como, Quem, Porquê?
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Bol. Meteorológico
- 20.30 — Crónica do Bem Dizer (sober a Língua Portuguesa)



- 21.00 — Série: «Uma Mulher de Corpo Inteiro»
- 22.00 — Domingo Desportivo
- 23.00 — Último Jornal

RTP2

- 19.30 — Novos Horizontes
- 20.00 — Adágio
- 20.30 — Nós por Cá
- 21.15 — Cine-Clube: «Rivalidade», real. Allan Dwan (EUA)

Segunda ²³

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»
- 17.00 — Tempo dos Mais Novos (Especial de Natal)
- 17.30 — Notícias



- 17.45 — Basquetebol (Torneio de Natal)
- 19.15 — A Revolução Liberal — «A Carta Constitucional»
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.35 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.15 — Concurso 1, 2, 3
- 23.40 — Último Jornal.

RTP2

- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.50 — Viana do Castelo («A Mesa e a Música»)
- 20.30 — Telefilme — «Ao Menos o Amor», Real. Jeff Bleckner
- 22.30 — Jornal da Noite.

Terça ²⁴

RTP1

- 12.00 — Notícias
- 12.05 — Espaço 12/13
- 12.45 — Notícias
- 13.00 — Telenovela — «Origens»



- 18.00 — Tempo dos Mais Novos
- 18.35 — Notícias
- 18.50 — Telefilme — «Os Recados de Maria», Real. Manuel Varela
- 19.55 — O Livro Grande de Petete
- 20.00 — Telejornal
- 20.27 — Boletim Meteorológico
- 20.30 — Mensagem de Natal do Cardeal Patriarca de Lisboa
- 20.45 — Telenovela — «Louco Amor»
- 21.40 — A Cela dos Pais-Natal
- 22.50 — Missa do Galo — Transmissão directa da Basílica de S. Pedro.

RTP2

- 17.40 — Basquetebol (Torneio de Natal)
- 19.30 — Desenhos Animados
- 19.55 — Videopolis
- 20.25 — Falar de Macau
- 21.00 — Canções para um Mundo Novo
- 22.30 — Jornal da Noite.

Livros

«**Proseguir Alqueva**» Autor: Vários. Editorial Caminho, colecção «Poder Local». Preço: 500\$00

Em 1978, por razões exclusivamente políticas, um dos vários governos reaccionários que têm afundado o País de há dez anos a esta parte, ordenou a suspensão do projecto do Alqueva, no Alentejo. Para justificar este atentado à economia nacional, os responsáveis pela decisão, e sua persistência até hoje (todos parceiros da caldeirada restauracionista cozinhada por PS/PSD/CDS), inventaram mirabolantes justificações, caídas entretanto pela base, já que foi solidamente demonstrado que nenhuma razão científica ou técnica constituía impedimento.

Mais coisas foram, entretanto, solidamente demonstradas a propósito do Alqueva, da sua importância socioeconómica e da gravidade desta decisão paralisante. Como se sabe (apesar dos esforços de silenciamento por parte dos mais significativos meios de comunicação social estatizados), realizou-se em Moura, a 25 de Março de 1984, o «II Encontro Proseguir Alqueva para Desenvolver o Alentejo e o País», importante iniciativa da Comissão de Defesa de Alqueva, que reuniu à volta de um largo e profundo debate mais de 500 participantes, eleitos das autarquias, representantes de organizações sociais, sindicais e profissionais, técnicos e cientistas, especializados nas várias áreas que integram o empreendimento do Alqueva.

Das intervenções efectuadas no Encontro concluiu-se — mais uma vez — que o projecto do Alqueva é absolutamente necessário ao desenvolvimento do Alentejo e do País e que o empreendimento é claramente rendível do ponto de vista do desenvolvimento económico e social que irá gerar, permitindo, por outro lado, desmascarar os falsos argumentos que os opositores de Alqueva têm apresentado como pretexto para a não prossecução das obras da barragem.

Para se ter uma ideia da profundidade, competência e qualidade da análise feita neste Encontro sobre a questão do Alqueva, basta enunciar alguns títulos das dezenas de intervenções ali feitas, passando, positivamente, a «pente fino» o conjunto de realidades que fazem deste projecto uma autêntica questão nacional. Acrescente-se que nunca, no nosso País, foi feita tão completa e qualificada apreciação do projecto, o que, só por si, justifica

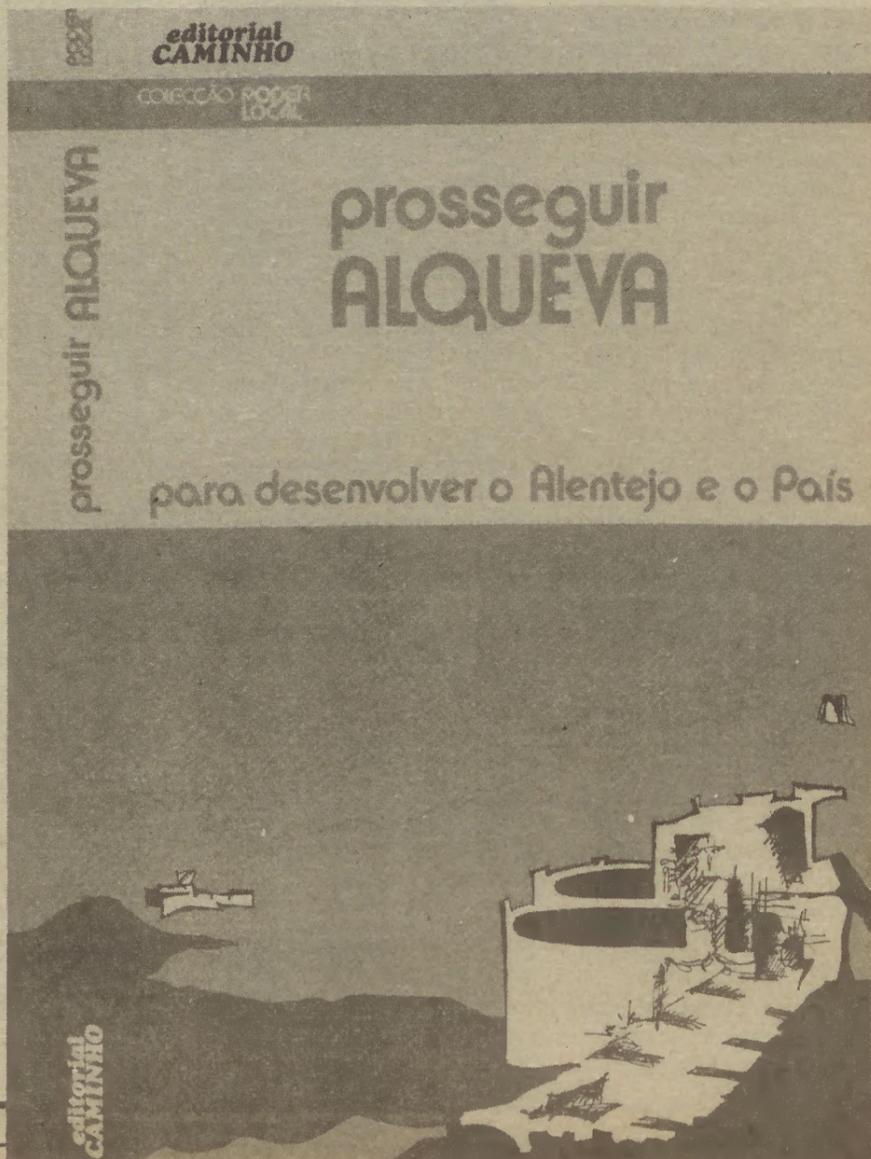
que ninguém, de entre os opositores do Alqueva, se atrevesse à mínima contraposição a esta análise.

Assim, no «II Encontro Proseguir Alqueva para Desenvolver o Alentejo e o País» analisou-se o que significa este projecto quanto ao abastecimento de água às populações, quanto à gestão da água do Guadiana à escala peninsular (questões da água em si própria, do convénio luso-espanhol e estudo da garantia de caudais), e ainda quanto às disponibilidades de água em Alqueva.

Só que o projecto não se fica pela (importante) questão do aproveitamento directo de recursos hídricos. Foram igualmente analisadas, no Encontro, as incidências do projecto com o desenvolvimento socioeconómico da região, nomeadamente em relação à Reforma Agrária, ao emprego agrícola, ao uso e aproveitamento dos rios internacionais nas suas zonas fronteiriças, ao desporto e turismo, ao ordenamento e desenvolvimento do Alentejo. Outras questões debatidas, após profunda análise, foram as incidências da fábrica da Portucel no empreendimento, a produção energética do Alqueva com o aproveitamento hidroeléctrico do rio Guadiana, os problemas ecológicos relacionados com o empreendimento (a transformação da fácies lítica em fácies lântica), apreciações sobre o impacto ambiental e a estratégia para o Alqueva.

Ora todas estas (e outras) intervenções estão, agora, à disposição do público, numa iniciativa da «Editorial Caminho» que as reuniu num único volume, excelentemente organizado e onde não faltam os quadros e gráficos que não só ilustram o elevado índice técnico que caracterizou o Encontro, mas, sobretudo, permitem apreciar o rigor e profundidade das suas conclusões.

Uma das quais, emergente de todo o Encontro e referida na badana do livro, considera «Inadmissível a actual posição de bloqueio ao empreendimento de Alqueva e ao Plano de Rega do Alentejo, condenando à desertificação toda uma região, onde existe um potencial — a água — que poderia e deveria constituir o vector fundamental ao seu desenvolvimento económico e social e que, ao invés disso, continua a correr, sem qualquer aproveitamento, para o mar».



Cinema

		António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A	A Casa e o Mundo	★★★★★	★★★★	★★★★	★★★★	—
B	Cocoon	—	—	★★	—	★★
C	A Companhia dos Lobos	★	★★	★★	—	—
D	Cotton Club	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
E	A Floresta Esmeralda	★★★	—	★★	—	★★
F	Os Gonnies	★★	—	★★	—	★★
G	Siberiada — II Parte	★★★★★	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★

- A — Real. Satyajit Ray — Quarteto/2 (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — Lisboa.
- B — Real. Ron Howard — Hollywood/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24.00), Las Vegas/2 (15.30, 18.45, 21.45), S. Jorge/2 (14.30, 16.45, 19.00, 21.45) — Lisboa.
- C — Real. Neil Jordan — Alfa/Clube (13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45, 23.45) — Lisboa.
- D — Real. Francis Ford Coppola — Alfa/3, (13.45, 16.15, 18.45, 21.15, 23.45), Apolo 70, (14, 16.30, 19, 21.30, 24) Nimas, (14, 16.30, 19, 21.30) Quarteto/1 (14, 16.30, 19, 21.30) — Lisboa; S. João (14, 16.30, 19, 21.45), Stop/2 (14, 16.30, 19, 21.45) — Porto.
- E — Real. John Boorman — Alfa/2 (14, 16.30, 19, 21.30, 24) — Amoreiras/1 (14, 16.30, 19, 21.30, 24) — Lisboa.
- F — Real. Richard Donner — Ávila (14.45, 17, 19.10, 21.45), — Castil (15.30, 18.30, 21.30) — Terminal (13, 15, 17, 19, 21.30), Vox (15, 18.15, 21.30) — Lisboa — Trindade (15, 18, 21.15) — Porto.
- G — Real. Andrei Kontchalovski — Estúdio 444 (15.30, 18.30, 21.30) — Lisboa.

Classificação de A a G

Teatro

O Cartaz

• LISBOA

Comuna, Pr. de Espanha. De 3.^a a sáb. 21.30; dom. 17.00; 21.30; sáb. e dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Maria Matos, Av. Frei Manuel Contreiras, 58. De 3.^a a dom. 21.45; sáb. e dom., 16.00. **A Revista à Portuguesa**, recolta e adapt. Joaquim Pessoa, enc. Gabriel Pais.

Maria Vitória, Pq. Mayer. Não Batam Mais no Zezinho, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.^a a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.30.

Nac. D. Maria II, De 3.^a a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h. **O Morgado de Cafe em Lisboa**, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Soc. Guilherme Cossou, Av. D. Carlos I, 61, 1.^o — 6.^a e sáb./21.30. (Recomende-se a partir de 10-1-86): **O Rei da Vela**, de Oswald de Andrade, enc. Hermínio Fernandes.

Teatro Aberto, Pr. de Espanha. De 3.^a a sáb., 21.45; dom., 16.00. **Tu e Eu**, de F. Karl Waechter, enc. João Lourenço.

Teatro do Bairro Alto, R. Ten. Raul Cascais, 1-A. De 3.^a a sáb./21 h; Dom/16 h. **Páscoa**, de August Strindberg, enc. Luís Miguel Cintra — Cornucópia.

Teatro do Século, R. do Século, 41. De Dom. a 3.^a/21.30, sáb/17.00: **Embalagem Perdida**, de Vera Feyder, enc. Ricardo Marques. — De 4.^a a sáb/21.30, dom/17.30: **As Artimanhas de Scapin**, de Molière, enc. Rogério de Carvalho.

Teatro da Trindade, R. Nova da Trindade — **Festival Grupo de Campolide**. Dias 19 e 20/21.30: Hughie, Antes do Pe-

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.^a a Sáb./21.30, Dom. 16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins — Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. De 3.^a a Sáb./21.30, Dom. 16.00 e 21.30. **Pouco Barulho**, de Michael Frayn, enc. Varela Silva.

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

Teatro dos Modes-

Teatro de Ovar, R. Gonçalo Crisóstomo — De 3.^a a sáb/21.30, dom/17.00 e 21.30; **Don Juan** — Grupo «Os Comediantes».

TEP — Sala Estúdio, R. do Pinheiro, 4. De 4.^a a sáb/21.30; sáb. e dom/16.00. **Teatro de Cordel**, seis farsas do séc. XVIII, adapt. e enc. Mário Viegas.

TAS — Teatro de Animação de Setúbal. 6.^a, sáb. dom. e 2.^a, 21.30. **O Menino de Sua Mãe**, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

Teatro dos Modes-

Ana Mourato — Grupo Joana.

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24, às Janelas Verdes. Sáb. e dom/16.00. **A Banda do Chico da Holanda**, texto de Chico Buarque inspirado nos contos dos irmãos Grimm, música de Chico Buarque, enc. Filipe La Féria.

Comuna, Praça de Espanha. Sáb. e Dom./15.00. **Os Cagados** texto de Alameda Negreiros. Adpt. e enc. João Brites — Grupo de Teatro «O Bando».

Salão das Furnas, R. Raul Carapinha. 3.^{as}, 5.^{as}, 6.^{as}/11 e 13.30. **Bola de Sabão**, enc. Mário Jorge — Grupo os Papa-Léguas.

TIL, R. Leão de Oliveira, 1, ao Calvário. Sáb., dom. e feriados/15.00: **Gallieus**, **Contador de Estrelas**, de José Jorge Letria, enc. Kim Cachopo.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **O Mãe Deixa-me Ir Ver as Outras Mães**, enc.

• SETÚBAL

TAS — Teatro de Animação de Setúbal. 6.^a, sáb. dom. e 2.^a, 21.30. **O Menino de Sua Mãe**, textos de Fernando Pessoa, música de Carlos Curto, enc. Carlos César e Carlos Curto.

• PORTO

Teatro do Campo Alegre, R. do Campo Alegre. De 3.^a a Dom./21.45; Dom. e feriados / 16.00. **Os Amorosos da Foz**, de Camilo Castelo Branco, enc. Norberto Barroca — Seiva Trupe.

• LISBOA

A Barraca, R. Alexandre Herculano, 70. Sáb e dom. 15.30. **O Mãe Deixa-me Ir Ver as Outras Mães**, enc.

Exposições

...e ainda

Música, debates, etc.

António Carmo, pintura. Gal. S. Mamede, R. Escola Politécnica. De 3.^a a sáb/10 às 13 e das 15 às 19.30 até 28/12.

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.^{as}, 4.^{as}, 5.^{as} e dom/10 às 17; 6.^{as} e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

«Arquipélago», colectiva de escultura e pintura (Ana Léon, J.P. Croft, P. Cabrita Reis, P. Calapez, Rosa Carvalho, Rui Sanches). SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14 às 20 até 28/12.

Azulejos, colectiva (Bual, Palolo e outros). Oficina 59, R. S. João da Mata, 59.

Bartolomeu Cid, gravuras recentes. Gal. 111, Campo Grande, 113A. De 2.^a a 6.^a/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00.

Carlos Luz, pintura. Gal. Palma, Calçada da Palma de Baixo, 6. De 2.^a a sáb./14.00 às 20.00 (até fim Dez.).

Colectiva de Artes Plásticas, Espaço APU-Alvalade, Av. Roma, 100.

de Etnologia, Av. da Madeira ao Restelo. De 3.^a a dom./10 às 12.30 e 14 às 17.

Escultura Espanhola Contemporânea. Galeria de Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian. 3.^a a sáb./15.00 às 19.00; dom./10.00 às 17.00.

Fernando Lemos, desenho. Gal. Exposições Temporárias, Fund. Gulbenkian.

Fernando Pessoa, retratos e documentos. Gal. Exposições Temporárias da Fund. Gulbenkian.

«Fernando Pessoa, o Último Ano», documental. Biblioteca Nacional de 2.^a a 6.^a, 10 às 20; sáb/9 às 13.00, até fim Fev.^o

Graça Morais, «O Erótico e o Sagrado» — pintura. Livraria da Imprensa Nacional, R. Marquês Sá da Bandeira, 16. De 2.^a a 6.^a/15.00 às 19.00.

Ilda David, «Jogadores de Xadrez» — pintura. Gal. Módulo, Av. Ant.^o Augusto de Aguiar, 56-5.^o Dt.^o. De 2.^a a sáb./16 às 20.00, até 4 Jan.

1-B. De 2.^a a sáb./15 às 20 até 31/12.

Júlio Pomar, pintura. Gal. 111, Campo Grande, 113-A. De 2.^a a 6.^a/10.00 às 13.00 e 15.00 às 19.00; sáb./10.00 às 13.00.

Marta Cárdenas, pintura e desenho. Galeria Exposições Temporárias da Gulbenkian, Av. Berna, 3.^a, 5.^a, 6.^a, dom/10 às 17; 4.^a e sáb./14 às 19.30.

Nadir Afonso, pintura 1942-1953. Bertrand/Chiado. De 2.^a a 6.^a/10.30 às 19; sáb./10.30 às 13.00.

Rocha Pinto, «Os Cavaleiros dum Sol Poente» — pintura. Gal. Tempo, R. Nova S. Mamede, 17-A. De 2.^a a sáb./15.00 às 20.00, até 14/1.

Rui Oliveira, «Cartas do Funchal» — pintura. SNBA, R. Barata Salgueiro, 36. Das 14.00 às 20.00 (até 23/12).

Scarlati e Portugal, Galeria Almada Negreiros, Av.^a República, 16.

sáb./15.00 às 20.00 (até 15/1).

António Sena, pintura. Gal. Módulo, Av. Boavista, 854. Das 17 às 20, excepto domingos. PORTO.

Colectiva de Sócios da «Árvore», Coop. Árvore, R. Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.^a a 6.^a/9.00 às 23.00; sáb. e dom./15.00 às 19.00 e 21.30 às 23.30. PORTO.

Guima, pintura («A Biblioteca e o Homem»). Gal. Espelho da Moda, R. dos Clérigos, 54. Das 9.30 às 12.30 e das 14.30 às 19.30, até 29/12. PORTO.

José Luís Costa, pintura. Gal. EG, R. do Crasto, 210. De 3.^a a sáb./16 às 19.30. PORTO.

Nadir Afonso, pintura. Cooperativa Árvore, Rua Azevedo de Albuquerque, 1. De 2.^a a 6.^a/9 às 23.30; sáb. e dom/15 às 21.30 às 23.30. PORTO.

tografia. Galeria Municipal, CM AMADORA.

A Indústria Cerâmica do Séc. XVI — «Um Forno da Mata da Machado». Convento da Verderena. BARREIRO.

Escultura em Madeira dos Sécs. XIV e XV, arte sacra. Mosteiro da Batalha. 3.^a a dom/9 às 17, até 29/12 — BATALHA.

Gaetan, Pedro Cabrita Reis, Pedro Calapez, pintura. Gal. Alfarroba, Trav. Visconde da Luz, 7. De 2.^a a sáb./15.00 às 19.30 (até 15/1). CASCAIS.

José Rodrigues, aguarelas. Gal. Astolfi. De 4.^a a 2.^a/16.30 às 21. Birre Centro — CASCAIS.

António, «Caras» — caricaturas. Casino Estoril, até 29/12. ESTORIL.

Joaquim Bravo, pintura. Teatro Garcia de Resende — ÉVORA.

Coro e Orquestra Gulbenkian, maestro Michel Corboz, solistas (canto) Naoko Okada, Andrew Dalton, Markus Chaper, David Jennings, obras de J. S. Bach: Missa em sol Menor, Cantata n.º 147, Magnificat — hoje/dia 19, 18.30, Grande Auditório Gulbenkian; amanhã/dia 20, 21.30, Igreja de S. Vicente de Fora.

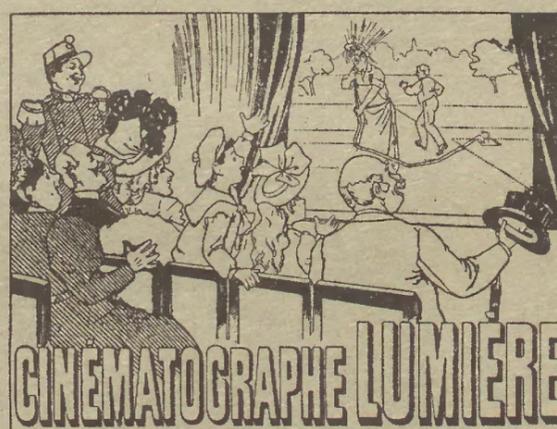
Vitorino d'Almeida, Pedro Osório, Rui Veloso — Concertos hoje, amanhã e no sábado/21.00 no Forum Picoas.

Paco de Lucia, conjunto instrumental e o bailarino de flamengo Monolo Soler — concerto no Pavilhão de Alvalade, 6.^a/dia 20, 22.00.

Música antiga e de Natal pelo «Concertus Antiquus», grupo coral e instrumental. No Átrio do Museu Gulbenkian, com entrada livre, às 12.00 no domingo.

Sérgio Eloy, fotografia. Gal. Municipal de Artes Visuais — Casa de Bocage. De 3.^a a 6.^a/9 às 12 e 14 às 17.30; sáb. e dom/15 às 18. SETÚBAL.

Vasço Callixto, fo-



CINEMATOGAPHE LUMIERE

ABC Cine-Clube de Lisboa
Amanhã/dia 20 às 18.30 no Estúdio 444, Av. Defensores de Chaves: Idi I Smotri (Vai e Vê) real. Elem Klimov (URSS/1985), em continuação do ciclo «Filmes do Festival de Tróia».

Ciclo Eisenstein
Que Viva México (versão Marie Seton), hoje e amanhã às 21.30, sáb./16.00, 19.00 e 21.30; Que Viva México (versão G. Alexandrov) nos dias 22, 23 e 25 às 19.00 e 21.30 — Forum Picoas.

Ciclo «O Musical»
Cerca de 180 filmes (americanos mas também alemães, soviéticos, italianos, franceses, ingleses e espanhóis) a exibir na Fundação Gulbenkian e na Cinemateca, de Dezembro a Março. Na Gulbenkian já estão à venda os bilhetes para todas as sessões que ali decorrerão; na Cinemateca a bilheteira só abre uma hora antes de cada exibição.

A iniciar o ciclo, amanhã, dia 20, às 21.30: Singin' in the Rain (Serenata à Chuva), de Stanley Donen e Gene Kelly/EUA 1952. No sábado, às

G. Kelly (EUA/1949) — todos no Grande Auditório Gulbenkian.

Bailado
O Quebra-Nozes (Armando Jorge segundo Petipa/Tchaikowsky), Comp. Nacional de Bailado, dir. Armando Jorge — dias 19, 20 e 23 às 21.00; dias 21, 22 e 25 às 16.00, Teatro Nacional de S. Carlos.

Conferências
Encerrando o ciclo de conferências que têm vindo a decorrer na Biblioteca Nacional a propósito do centenário do nascimento de Aquilino Ribeiro, Urbano Tavares Rodrigues fará ali na próxima segunda-feira, às 18.30, uma comunicação intitulada «A Mundiividência de Aquilino Ribeiro».



Tempo Fim de Semana

De acordo com a antevisão do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, no fim-de-semana o céu apresentar-se-á pouco nublado ou limpo, com formação de nevoeiro e geada no interior e vento fraco. De 23 a 25 o tempo passará a muito nublado, com possibilidades de chuva.

Ross Macdonald O Arrepio

CAMINHO policial

Ross Macdonald é um dos melhores escritores de toda a história do romance policial. «O Arrepio», que obteve em 1964 o Prémio Adaga de Prata da Associação de Escritores Policiais da Grã-Bretanha, é mais um original e empolgante romance deste consagrado autor

2. Variedades & utilidades

Beethoven

■ Jean e Brigitte Massin, «LUDWIG VAN BEETHOVEN» — Direcção da tradução e revisão de Mário Vieira de Carvalho. Editorial Estampa. Lisboa, 1972.

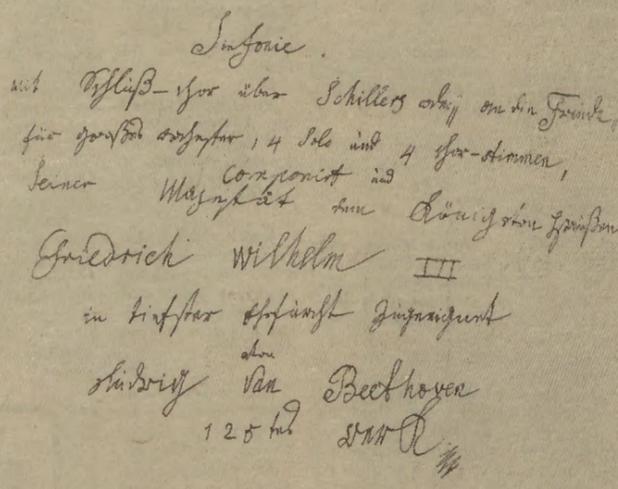
A verdadeira questão que se põe a propósito de Beethoven parece-nos ser antes a seguinte: como é que o homem que quis consagrar a sua obra a exprimir o que havia de mais pessoal na sua vida e no seu coração é também o homem que nela quis exprimir, numa espécie de ciclo épico, os grandes valores humanos que exigiam no seu tempo a construção de uma humanidade melhor: o heroísmo revolucionário (Sinfonia Heróica); o amor fazendo causa comum com a liberdade e a justiça (Leonor-Fidélio); a necessidade para o herói de não romper com a comunidade social (Coriolano); a vitória de um homem livre sobre os determinismos que entravam a sua existência (Quinta Sinfonia); a reconciliação do homem com a natureza (Sinfonia Pastoral); o levantamento nacional de uma guerra de libertação (Quinto Concerto); a união mais completa do heroísmo individual, do amor, da liberdade política e da independência nacional (Egmont); enfim, após ainda outras fases, a comunhão na alegria de uma humanidade livre, inaugurando, na sua reunião total e no seu acordo total com a natureza, uma nova ordem da história (Nona Sinfonia)?

A unidade do homem e da obra

Como é que estes dois homens constituem apenas um? Como é que um criador tão lúcido parece nunca se ter apercebido da mínima diferença entre as suas duas vontades criadoras? Como é que para os seus auditores continua a não ser possível encontrar em qualquer parte uma «linha de separação das águas» entre as duas vertentes que esperaríamos encontrar na sua obra? Como é que a unidade



do homem, a unidade da obra, a unidade do homem e da obra continuam a afirmar-se tão



inegáveis, tão impressionantes como a unidade do granito, do oceano ou da chama?

É aí que reside o verdadeiro problema e a mais alta perfeição de Beethoven: humanamente, trata-se da coexistência entre a vontade mais categórica de viver individualmente e a completa ausência de anarquismo (de «solipsismo» também, como diriam os filósofos); artisticamente, trata-se da fusão do elemento lírico e do elemento épico no seio de uma mesma criação.

Para o resolver, não nos parece suficiente afirmar, como Ro-

main Rolland, que Beethoven se encontra, assim, dotado, como por acaso ou miraculosamente, de uma «alma-universo». Ou se admite com isso a existência de uma harmonia pré-estabelecida entre a alma e o universo, ou então a intervenção de uma vontade divina, providencial, que predestinasse o microcosmos da alma de Beethoven em perfeita correspondência com o macrocosmos do universo. No primeiro caso, resta explicar porque é que cada um de nós não está de posse de uma «alma-universo», funcionando tão impecavelmente

como um mecanismo de relojoaria suíço; no segundo caso, acaba por se fazer de Beethoven um semideus, e bem sabemos que a sua determinação em assumir-se como homem não era compatível com um privilégio dessa ordem.

«Todos os homens ficam irmãos»

A resposta devemos procurá-la antes numa direcção mais psicológica e mais humana. E pensamos que os elementos dessa resposta já estão contidos no que dissemos a princípio sobre a posição geral de Beethoven perante a vida e perante o seu tempo.

«É difícil ser-se um homem. Mas vir a sê-lo aprofundando a sua comunhão não é mais difícil do que vir a sê-lo cultivando a sua diferença», dizia Malraux, no prefácio ao «Temps du Mépris», ao contrapor «a vontade de criar o homem completo» ao «fanatismo da diferença». Ora, no que há de mais sério, e apaixonado, e irredutível na sua pessoa, bem como no que há de mais lúcido e voluntário na sua reflexão, Beethoven é o homem da comunhão. Abdicar, para não ser mais do que qualquer outro, é coisa que se recusa a fazer, mas as suas originalidades e extravagâncias são sempre involuntárias; nunca procura distinguir-se. Preocupa-se, sim, com o descer ao fundo de si próprio e, quando o faz, não é com o intuito de acentuar a diferença em relação a qualquer outro; é com a esperança consciente, com a vontade firme de encontrar o universo.

«Os teus encantos voltam a unir o que o rigor da moda desuniu; todos os homens ficam irmãos lá onde a tua doce asa plana.» Beethoven quer exprimir-se a si próprio mas tem horror à solidão e considera-a imoral. Opta pela investigação e criação mais imediatamente ligadas à sua vida e à sua luta; mas esta vida quer-se na fraternidade e esta luta tende para a unidade. Não se basta a si próprio. Também não se julga o universo inteiro.

A autenticidade rigorosa com que a sua obra faz corpo com a sua vida é para ele o único meio sincero de comunicar. Só deseja exprimir o que profundamente o impressiona: que mais o impressiona, porém, senão precisamente a liberdade, o amor, o élan criador com os quais um homem abraça a totalidade da história, da natureza, do humano, do real? É ao mesmo tempo Florestan e Leonor. Florestan, quando se sente prisioneiro da sua própria solidão e a única coisa que deseja é libertar-se dela, recusando porém uma evasão ilusória e fácil. Leonor, quando desce corajosamente ao calabouço mais fundo, para daí salvar tudo o que constitui a sua razão de viver.

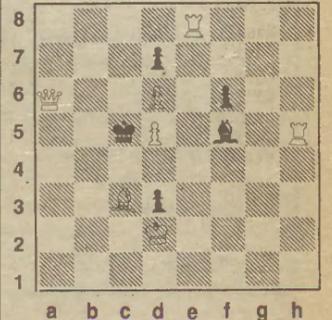
E é tudo? Não: como Leonor, não é só pensando em Florestan que realiza a sua obra; é também para trazer à luz do dia todos os demais cativos, para ter jus ao canto de vitória que celebra a tomada de qualquer Bastilha.

Xadrez

XXXI — 19 de Dezembro de 1985
PROPOSIÇÃO N.º 31
Por D. Elekes

1.ª Menção honrosa, Good Companion/1923-IV

Pr. (5): Ps. d3, d7, f6-Bf5-Rc5
Br. (7): Ps. d5, d6-Bc3-Ts. e8-h5-Da6-Rd2



Mate em 2 lances

JOGO N.º 31

Campeonato do Mundo por equipas, Lucerna/1985

Br. Aldo Haik — Pr. Ghitescu
1. c4,e5; 2. Cc3,Cf6; 3. g3,g6; 4. d4,exd4; 5. Dxd4,d5; 6. Bg2,dxg4; 7. Dxc4,Be6; 8. Da4, Bc5; 9. Cf3,h6; 10. 0-0,0-0; 11. Dc2,Cbd7; 12. b3,De7; 13. a3,a5; 14. Bb2,Cb6; 15. e4,Tfd8; 16. e5,Cfd5; 17. Ce4,Cd7; 18. Tfe1, Bf5; 19. Dc1, Bxe4; 20. Txe4,Cf8; 21. Ch4,Ce6; 22. Tg4,h5; 23. Cf5,hxg4; 24. Cxe7+,Cxe7; 25. De1,Bd4; 26. Bxd4,Txd4; 27. h3,gxh3; 28. Bxh3,Td3; 29. Td1,Txb3; 30. Td7,Rf8; 31. Ddl,a4; 32. Dh5,Cc5; 33. e6 e as Pr. abandonam.

SOLUÇÃO N.º 31 (19.12.85)

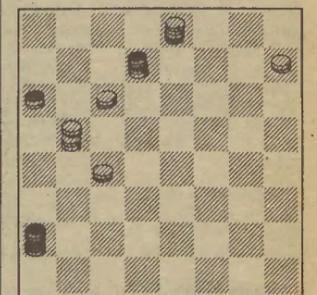
Chave: 1. Db7!
1. ...Rxb6; 2. Bb4 ++
1. ...Rc4; 2. Tc8 ++
1. ...B ad lib.; 2. Db4 ++

A. de M. M.

Damas

XXXI — 19 de Dezembro de 1985
PREPOSIÇÃO N.º 31

Por Mário Dinis Vaz
«Vamos Decifrar» n.º 97/1.8.948
Pr. (8)-24-(27)
Br. 15-(20)-23-25-(30)



Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 31

Br. J. Cruz
Pr. Dr. Orlando Lopes
Tomar, 2.9.1951

1. 9-13, 21-17; 2. 5-9, 25-21; 3. 12-16, 23-19; 4. 11-14, 24-20; 5. 14-23, 28-19; 6. 16-23, 27-20; 7. 7-11, 31-28; 8. 4-7, 20-16; 9. 11-14, 29-25; 10. 14-23, 28-19; 11. 6-11, 32-28; 12. 7-12, 16-7; 13. 3-12, 28-23; 14. 12-16, 21-18; 15. 8-12, 26-21; 16. 11-15, 18-14; 17. 13-18, 22-6; 18. 2-18, 21-14; 19. 15-22, 14-11; 20. 12-15, 11-6; 21. 15-20, 6-2; 22. 20-27, 30-23; 23. 22-27, 2-24; 24. 27-31, 25-21; 25. 9-13, 17-10; 26. 31-22, 10-6; 27. 1-5, 6-3; 28. 22-29, 3-17; 29. 29-25, 17-10 e G.PR.

GOLPE N.º 31

Por Luigi Avigliano, 1927

1. 12-16, 24-20; 2. 10-14, 28-24; 3. 5-10, 20-15; 4. 11-20, 24-15; 5. 7-11, 23-20; 6. 16-23, 27-20; 7. 14-19, 21-17; 8. 10-14, 25-21; 9. 1-5, 32-28; 10. 3-7, 31-27; 11. 7-12 e as Pretas jogam e ganham (Br. 2-4-5-6-9-11-12-14-19 Pr. 15-17-20-21-22-26-27-28-29-30 J. Pr. G.)

SOLUÇÕES — 19.12.85

N.º 31 (M.D.Vaz): 15-19, 24-15; 25-29, 27-20 (Se: 27-16; 19-23, 16-27; 30-11 +); 30-16 e as Br. G. pols: Se: 8-4; 16-12 e 29-25 + Se: 15-11; 19-22 (ou 16-12.) +. Golpe 31 (L.A.): 11. ..., 21-18 e 17-13 e 26-17 e 30-7 e 27-23 e 23-7 +.

A. de M. M.